

cadernos do

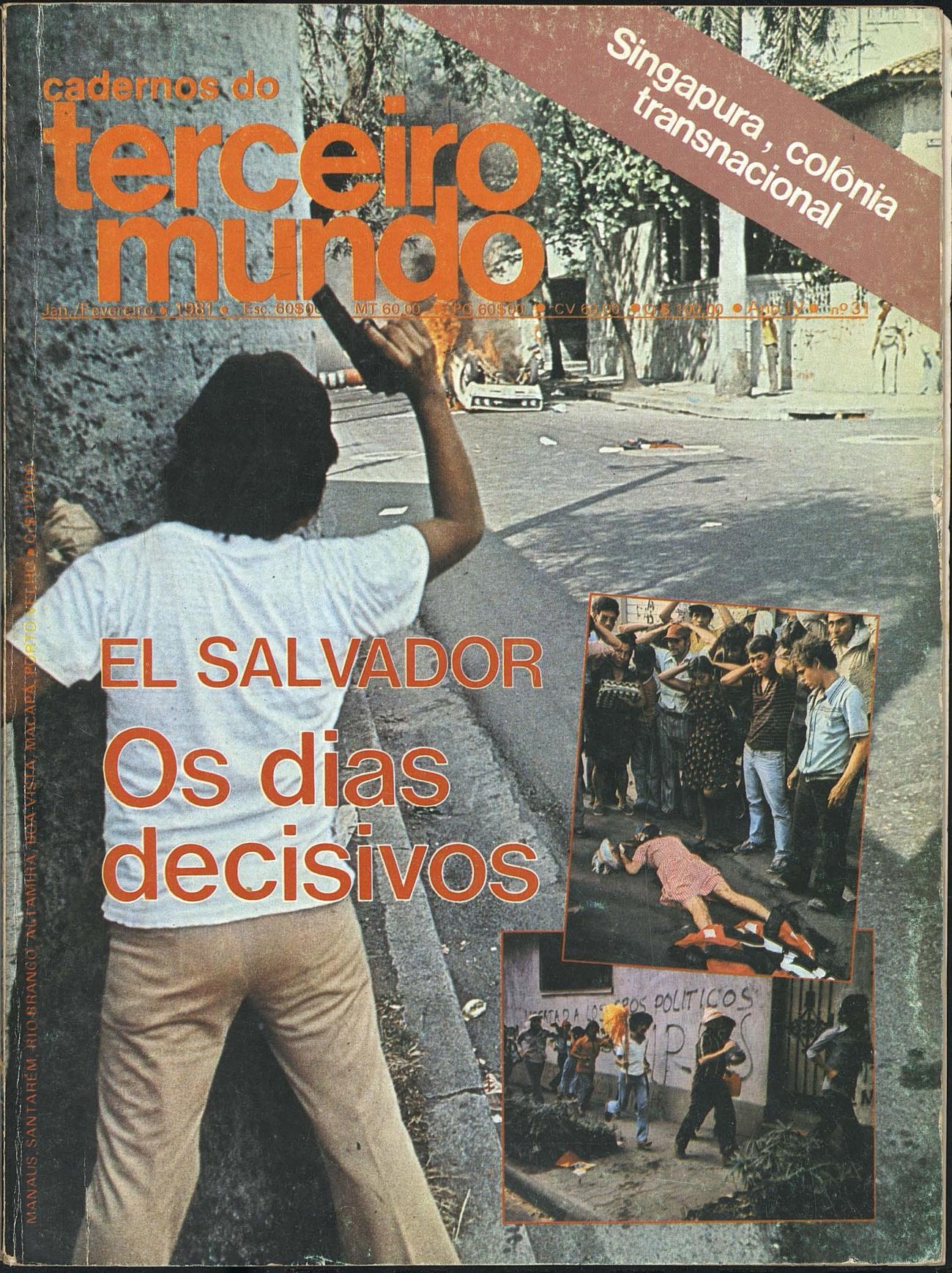
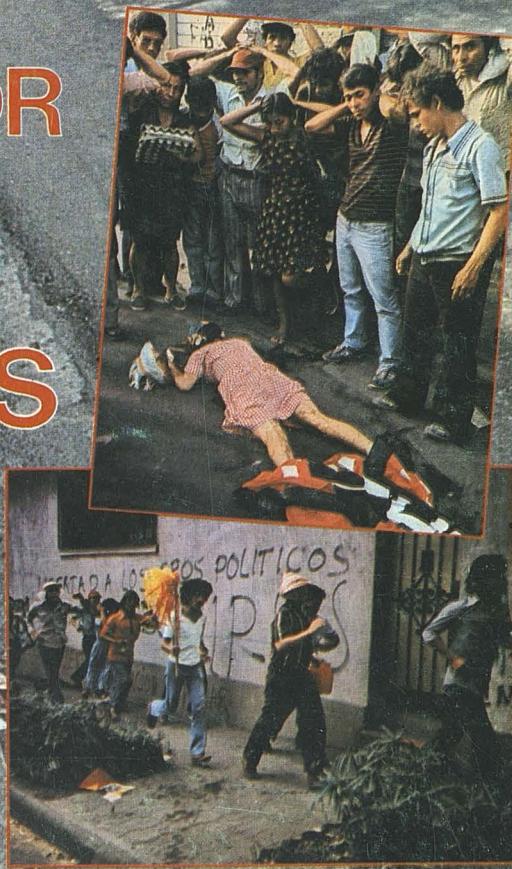
terceiro mundo

Jan./Fevereiro • 1981 • Esc. 60\$00 • MT 60,00 • PO 60\$00 • CV 60,00 • G.S. 100,00 • Ano IV • nº 31

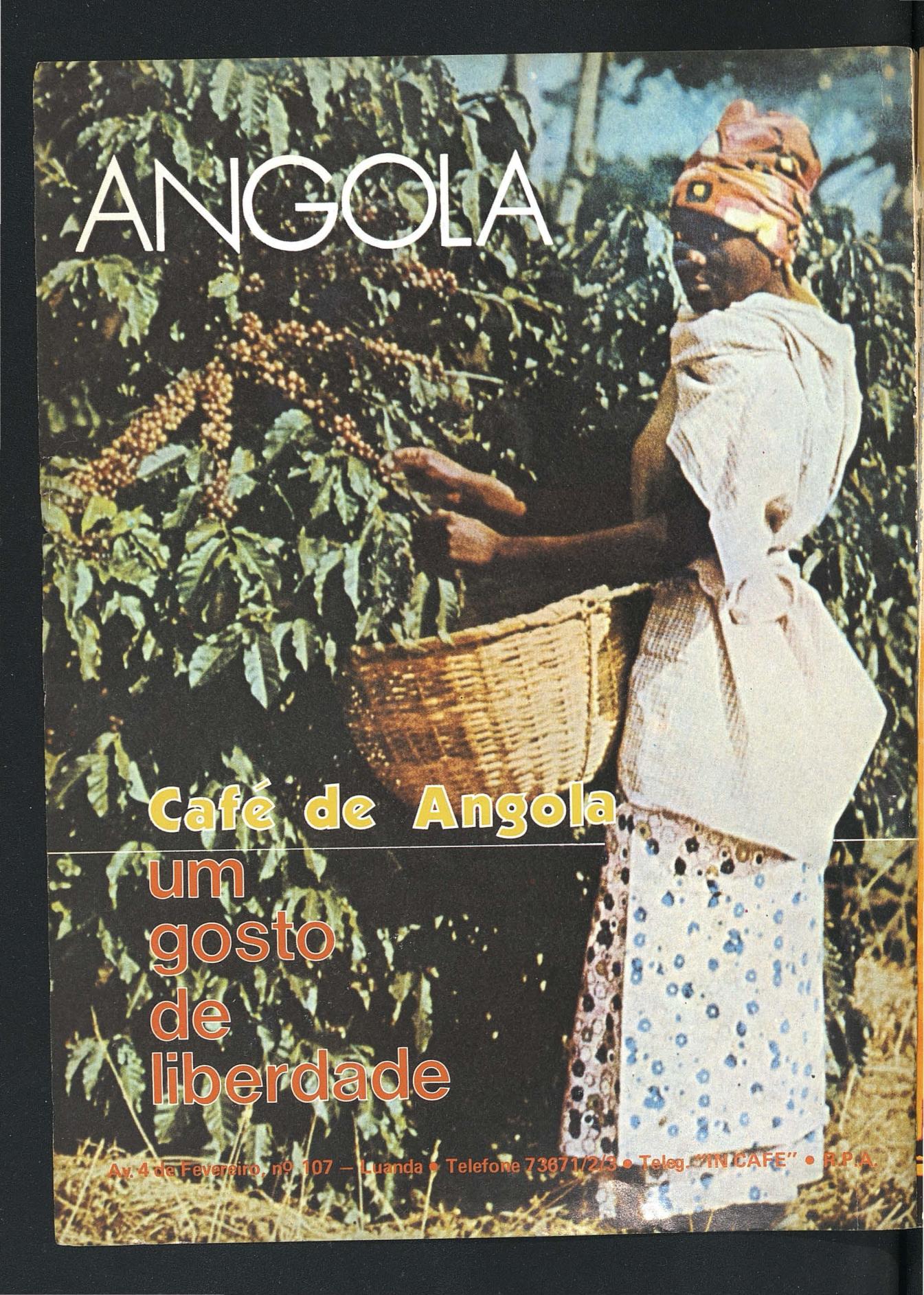
**Singapura, colônia
transnacional**

MANAUS, SANTARÉM, RIO BRANCO - ALTAMIRA - BOA VISTA - MACAÉ - PORTO VELHO - G.S. 120,00

EL SALVADOR Os dias decisivos



ANGOLA

A color photograph showing a woman from the side, wearing a patterned headwrap and a light-colored shawl over her shoulder. She is reaching into a coffee bush to pick ripe, yellowish-brown beans. A large woven basket is positioned in front of her, partially filled with harvested beans. The background is filled with the dense green foliage of coffee plants.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

s leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

A hora e a vez de El Salvador

Desde a vitória da revolução sandinista na Nicarágua que os combates em El Salvador vêm se acirrando numa intensidade progressiva. Mas nos últimos tempos, um acontecimento fundamental marcou a luta pela libertação do país: a criação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), unindo todas as organizações empenhadas na deposição da Junta que "governa" a região mais conturbada da América Central no momento. Somente esse fato já nos tinha motivado a preparação de uma matéria especial sobre a guerra civil instalada em El Salvador. No entanto, outros acontecimentos viriam reforçar ainda mais a necessidade de se aprofundar uma análise sobre o assunto: a audaciosa e arrojada ofensiva da FMLN e o "retorno" da ajuda norte-americana à Junta salvadorenha.

Assim, foi nascendo, aos poucos, a matéria de capa desta edição, reunindo trabalhos de diversos colaboradores, com informações e entrevistas exclusivas, formando um todo esclarecedor dos

decisivos dias por que passa o país. Neiva Moreira conta como foi seu encontro, no mês de dezembro passado, com Guillermo Manoel Ungo — dirigente do Movimento Nacional Revolucionário e, pouco tempo depois, Presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador — numa reunião extraordinária da direção da Conferência de Partidos Políticos da América Latina (Coppal). Roberto Remo, editor de *cadernos* em espanhol, trouxe-nos informações bem detalhadas do bojo da luta — uma visão a partir das organizações revolucionárias. Nilton Santos, nosso colaborador, entrevistou com exclusividade, no início da atual ofensiva guerrilheira, Juan Ramón Medrano, responsável político do Exército Revolucionário do Povo (ERP) e membro da Direção Revolucionária Unificada. Em síntese: quase um-terço desta edição é dedicado à luta de libertação em El Salvador.

A situação social, política e econômica de Singapura, na Ásia, foi analisada por Pablo Piacentini, um de nossos editores associados. Pablo, profundo conhecedor de política internacional, dá ênfase à atuação das transnacionais na economia de Singapura, demonstrando a dependência do país, o que leva, sem dúvida, a uma progressiva redução da qualidade de vida da população em benefício do capital internacional e da burguesia nacional ligada a ele.

Outros destaques: Trindade-Tobago; os antecedentes e a complexa situação política que vive hoje a Guiné-Bissau; e um prosseguimento da matéria de capa do número anterior, com informações mais recentes sobre a explosiva questão da Namíbia, envolvendo a África do Sul e Angola.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

• Edições em português

▲ BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
David Gomes Araújo (Editor)
Maria Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180
(sobreloja "A") Tel. 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915
Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 — 506/507

▲ ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL e SÃO TOME e PRÍNCIPE

Editor
A. L. Campos

Administração
Ernesto Pádua

tricontinental editora ltda.

Calçada do Combro, 10/1.º
telefone 32 06 50 — Lisboa — 1200

Representações

Angola
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Everaldo Hipólito
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

• Edições em espanhol

Editor

Roberto Remo

▲ MEXICO • AMERICA CENTRAL •
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —

calle California, 98A - Coyoacán

México, 21 DF - Telefone 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20.572 —
México, 20, DF.

▲ BOLIVIA • CHILE • COLOMBIA •
EQUADOR • PERU e VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru — Telefone 724-712

• Edições em inglês

▲ ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESNA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das

seguintes agências: ANGOP (Angola).

AIM (Moçambique) IUA (Iraque), IPS (Inter

Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA

(Palestina), e do pool de agências dos Países Não

Aliados. Mantém um intercâmbio editorial com

as revistas Nueva (Equador), Novembro

(Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal

Daily News, de Dar-Es-Salaam

(Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina

— Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica

— Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá

— Checoslováquia — Chile — Colômbia —

Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador

— Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia —

Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iêmen Democrático — Índia

— Indonésia — Iraã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica

— Japão — Kuai — Líbano — México — Moçambique

— Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai

— Peru — Portugal — Porto Rico — Quénia — República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe

— Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela

— Vietnam — Zâmbia — Zimbabwe.

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chingalia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoba 601 y Mendubro, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Terceiro Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guidi News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4746 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espanhola e Portuguesa, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÄ BRENTA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Atheneum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Ferrelli, Via di Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Exportadores y Vendedores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librería México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitanas de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUJA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cáceras No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicaráguia. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméjia, S.A., Ave. España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **POR-TUGAL:** Dijsornal, Rua Joaquim Antônio de Aguiar 66, Lisboa. **POR-TO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **RE-PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Günther Hopfenmüller, Jöringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicações Españolas, S.A., Ave México Lechosso a Pte. Brion, Caracas.

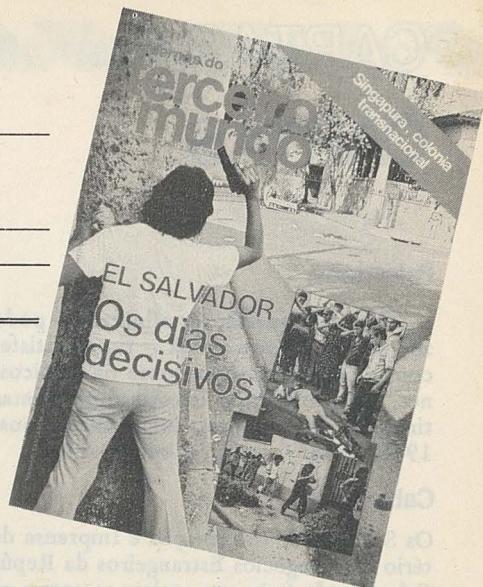
Nesta edição

4 Cartas

5 Editorial: O terceiro mundo e a crise econômica

Materia de Capa: El Salvador, os dias decisivos

- 8 **El Salvador:** A estratégia da insurreição, *Roberto Remo Farabundo Martí*, a audácia de um líder, *Claribel Alegria*
15 Cinquenta anos de luta
20 Alcançar a paz só com a vitória, entrevista com o comandante *Juan Ramón Medrano*, *Nilton Santos*
28 Um acordo para a repressão, *Valeria Yusuk*
30 A resposta latino-americana, *Neiva Moreira*



América Latina

- 36 **Trindade-Tobago:** Nas ilhas gêmeas, pouca coisa mudou ou mudou para pior, *Miguel Torres*
42 **Nicarágua:** O embrião do novo homem, *Roberto Bardini*
46 **Guatemala:** À espera de Reagan, *Macario di Luca*
48 **Equador:** Contra as velhas estruturas, *José Steinsleger*

Africa

- 52 **Guiné-Bissau:** E agora? *Baptista da Silva*
58 **Angola:** Um novo avanço: o poder popular, *Luis Henrique*
62 Congresso Extraordinário do MPLA
64 **Africa do Sul:** A mordaça, *Peter Law*
66 **Namíbia:** O fracasso de Genebra, *Beatriz Bissio*
68 **Uganda:** Depois do caos, a difícil reconstrução, *Gabriel Omotozo*

Nicarágua: o novo homem



Direito Internacional

- 70 Por uma nova ordem democrática, *J. Montserrat Filho*

Ásia

- 74 **Singapura:** Uma ditadura com votos, *Pablo Piacentini*

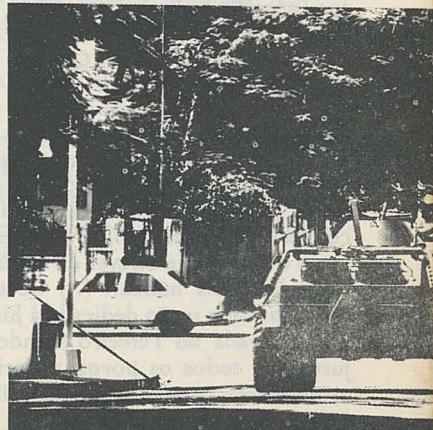
Comunicação

- 78 Em defesa da mulher jornalista africana, *Rosemary Katamba*

Panorama Tricontinental

Cultura

- 95 **Anibal Sampayo:** cantor e militante, *Alicia Hernández*



O golpe na Guiné-Bissau

CARTAS LETTERS CARTAS

Palestinos

(..) Por uma questão de afinidade — podemos dizer de consciência cristã — fiquei satisfeitíssimo com a extensa matéria sobre os heróicos palestinos, esses sofredores injustiçados, vítimas das artimanhas das potências imperialistas, nos idos de 1948. *Carlos J. Pedrosa, Recife, Brasil.*

Cabo Verde

Os Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde (...) congratulam-se com a expansão verificada dos **cadernos**, desejando ainda maiores sucessos. Consideram, e com toda a justiça, serem os **cadernos do terceiro mundo**, uma das suas ferramentas de trabalho. *Gilberto Duarte Lopes, Chefe dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde.*

Temas

(..) e creio que seria interessante tratar com maior regularidade (talvez até como uma rubrica) os problemas das mulheres do Terceiro Mundo, que se apresentam tão diferentes dos nossos, mas ao mesmo tempo com matrizes comuns. *Ana Paula de Oliveira, Lisboa, Portugal.*

Como já era de se esperar, os **cadernos** adquiriram muitos leitores, principalmente entre nós da Faculdade. Gostaríamos que abordassem assuntos (quando de Brasil) sobre Jari, Nordeste, Amazônia, assuntos esses de que estamos um pouco "desinformados". *Jurcy Querido Moreira, Guarulhos, São Paulo, Brasil.*

Admirei a vossa intransigência na luta pelo socialismo e o apoio aos regimes progressistas e movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. Se estou bem informado acerca das lutas travadas contra o imperialismo, o colonialismo, o sionismo e o racismo, é através da vossa (nossa) revista. Não abdiqueis nunca!! (..) Gostaria de ver nos **cadernos** uma seção dedicada à história revolucionária travada no Terceiro Mundo pela sociedade justa que todos os povos, consciente ou inconscientemente, pretendem. *João Batista Ferreira, Vila Real, Portugal.*

Intercâmbios

(..) Poderia, na coluna de leitores, citar meu nome e endereço, como alguém muito interessado em contatar colegas (*jornalistas*) em Angola, Moçambique, Vietnã, Iraque. Sentir-me-ia feliz se recebesse cartas de gente de lá. *Luis Barreiros, Rua Avelino Lopes, 251, Centro, 06000, Osasco, São Paulo, Brasil.*

Gostaria de me corresponder com pessoas de qualquer nacionalidade para troca de informações, idéias, postais etc.. *Eugenio O. Alves Fontes, Av. Getulio Vargas, 150, Mantena, MG, 35290, Brasil.*

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a todos os camaradas da Editora Terceiro Mundo Limitada, fazendo-lhes votos de maior dinamismo no trabalho. Sou jovem angolano de 17 anos de idade e desejo manter correspondência com jovens brasileiros para troca de experiência juvenil. *Ernesto Mununga, Instituto Médio-Agrário do Tchivinguirio, Lubango, Huila, República Popular de Angola.*

Gostaria de me corresponder com jovens portugueses e de outros continentes para troca de amizade. *André Códia Nicolau, Caixa Postal 751, Uíge, República Popular de Angola.*

Gostaria de cumprimentar os editores dos **cadernos do terceiro mundo** pelas ótimas reportagens apresentadas na revista. Além disso, gostaria de me corresponder com jovens de todo o mundo para troca de opiniões e troca de selos e postais. *Efrem Bonisegna Júnior, Rua Imperador Meiji nº 299, Atibaia, São Paulo, Brasil, CEP 12940.*

Leitores na Urss

Sou leitor assíduo da vossa revista, mas infelizmente nem sempre consigo obter os números ainda "frescos", pois sempre os adquiro através de terceiros. Há que notar que nas minhas condições se encontram outros milhares de leitores que muito gostariam de maior regularidade na obtenção da revista cá na URSS, em português, espanhol, francês ou inglês. *Estudantes moçambicanos, Leningrado, União Soviética.*

O terceiro mundo e a crise econômica

Is analistas coincidem em prever que, em 1981, os preços das matérias-primas continuarão baixos, como resultado de uma contida demanda dos consumidores, nos casos de excesso de produção, e que haverá novas quedas de preços sem que existam mecanismos que compensem as consequentes perdas.

Os experts também dizem que na segunda metade deste ano, poderia iniciar-se uma lenta recuperação de algumas cotizações, em particular as de produtos de uso industrial. Acreditam que só então, a recessão poderia começar a

ceder, ocasionando uma alta da demanda. Mas advertem que o prognóstico sobre o fim da recessão poderia ser alterado, seja por novas altas no petróleo, seja pela crise econômica norte-americana, se esta não for resolvida.

A perspectiva é, portanto, muito sombria para os países do Terceiro Mundo, cuja subsistência depende das remunerações pela venda de suas exportações. Dessa situação, só se livram as poucas nações petrolíferas, o que quer dizer que isso afeta aproximadamente dois-terços da população mundial.

A queda do valor das exportações tem sido, nesse período, tão pronunciada que não só freou a realização dos planos de desenvolvimento traçados para a década passada mas, além disso, agravou os níveis de alimentação e saúde em numerosos países. De modo global, aumentou a brecha econômica entre as nações ricas e as pobres. A essas últimas, trouxe simultaneamente um endividamento sem precedentes, avaliado atualmente em cerca de 400 milhões de dólares. Enquanto para os povos das metrópoles do capitalismo, esse fenômeno significou apenas adiar a escalada ao consumismo, para os povos do Terceiro Mundo representou um retrocesso geral, frustração, miséria e maior dependência externa.

Esse processo tem sua única origem no ordenamento estabelecido pelo sistema capitalista transnacional. Entre 1972 e 1974, tinha-se verificado uma expansão na área industrial e, por conseguinte, houve um aumento de preços. Esses não foram, nem de longe, equitativos no sentido de tenderem a equilibrar as desiguais relações econômicas entre o Norte e o Sul, tal como o exigem os países do Terceiro Mundo; foram relativamente remunerativos. Em consequência, foram feitos grandes investimentos em muitos setores, com a finalidade de incrementar a capacidade produtiva. Veio, então, a crise e a consequente recessão. Caiu a demanda dos consumidores, enquanto os produtores viam crescer seus excedentes não-comercializáveis. Com a súbita queda do valor das matérias-primas, pôs-se em funcionamento a Lei do Mercado Livre, imposta pelo sistema capitalista em seu próprio benefício: efetivamente, mediante o encarecimento dos bens industriais e a compra de matérias-primas a custos irrisórios, repassaram o pagamento da crise para o desvalido Terceiro

Mundo não-petrolífero. Acrescenta-se a isto que os baixos preços permitiram-lhes adquirir custosos estoques de reserva e, desse modo, conseguiram um controle fácil e barato sobre o mercado.

Esse é, ainda, o quadro da economia mundial. Durante esse tempo, sucederam-se numerosas iniciativas orientadas no sentido de enfrentar o problema. Um, em âmbito mundial, ricos e pobres enfrentaram-nas numa mesma mesa, como no caso do falido diálogo Norte-Sul. Nesses encontros, viu-se a intransigência das potências industriais (salvo poucas exceções), em aceitarem os princípios de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), sobressaindo-se, em inflexibilidade, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Mas também comprovou-se que, nas discussões, o Terceiro Mundo achava-se dividido e isso permitia aos ricos, encabeçados pelos Estados Unidos, manobrarem para impedir um consenso. Dessa forma, os projetos de interesse para o Sul não eram aprovados ou careciam de fundos para seu financiamento.

No caso específico das matérias-primas, foi proposto o sistema de acordos de preços, por meio dos quais os exportadores teriam receitas estáveis e podiam, portanto, planejar suas economias; mas, também, os importadores teriam vantagens razoáveis em função da mesma estabilidade e de um fornecimento regular.

Dentro dessa linha, a Unctad IV — a 4ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento — fixou a meta de acordos para 18 produtos básicos. Até agora, somente um desses bens — a borracha — foi objeto de um acordo, e isso foi tudo o que se conseguiu em cinco anos de debates.

editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial e

Mas a irracionalidade e a disparidade que caracterizam o mercado são também responsabilidade de um grupo de governos do Terceiro Mundo que, não por casualidade, são os mais identificados com o Ocidente e os que menos reagem à sua penetração. Eles são obstáculos à unidade do Sul e à consolidação dos mecanismos que obriguem o Norte a uma verdadeira negociação.

Um dos instrumentos para a defesa própria, propiciados pelo Movimento dos Países Não-Aliados, são as associações de produtores. Estas, ao controlarem a oferta, poderiam adotar diversas medidas a fim de imporem preços justos como, por exemplo, reduções no fornecimento.

Ninguém esperava que as associações obtivessem um êxito semelhante ao da Opep, pioneira das organizações de países exportadores. Mas não era excessivo esperar que elas pudessem, pelo menos, servir de elemento de pressão, a fim de aumentar as cotizações e levá-las a níveis mais aceitáveis para os países produtores.

Como é evidente, não houve, nesses anos todos, progressos apreciáveis nesse âmbito. Um exemplo revelador da causa desses fracassos é o comportamento do Conselho Intergovernamental dos Países Produtores de Cobre (Cipec). Esse metal foi um dos mais atingidos, apesar de em torno do Cipec existir uma concentração do produto em poucas nações e por isso apresentar uma certa semelhança com o caso da Opep: cinco países controlam 64% das exportações mundiais e poderiam, se quisessem, concordar com uma política de firmeza. Não obstante os sacrifícios a curto prazo, conseguiram o aumento dos valores.

Com tal propósito, o Cipec decidiu, em 1976, que seus membros reduzissem a produção, mas o Chile, o exportador mais importante (suas vendas representam a metade daqueles 64%), desde aquele momento até hoje, em busca de vantagens imediatas, aumentou sua produção em 20% e está executando novos planos de expansão. O resultado foi que, nesse período, o preço do cobre manteve-se muito baixo. E na medida em que continua havendo uma oferta acima da demanda, permanecerá assim por um bom tempo. A posição da ditadura do general Augusto Pinochet, está assim claramente aberta ao capitalismo transnacional e fechada ao Terceiro Mundo.

Naturalmente, existe uma saída para esse círculo vicioso, mas falta, por parte de um grupo de governos, a vontade política de executar as disposições apropriadas. A dependência em relação aos produtos básicos é recíproca entre exportadores e importadores, mas a desunião dos primeiros faz com que só conte a dependência que o Terceiro Mundo sofre.

No entanto, o avanço das forças progressistas, o amadurecimento dos processos de libertação e a pressão popular sobre os regimes entreguistas farão com que, cedo ou tarde, os países do Terceiro Mundo se unam e, por meio de suas próprias organizações — negociando com o Norte sem curvar-se —, implantem uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Entretanto, as demoras de um processo que já deveria ter registrado importantes avanços, será uma grave responsabilidade que deverão assumir o *establishment* do capitalismo transnacional e seus cúmplices no Terceiro Mundo, esses governos que traem seus povos. □

editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial e

A estratégia da insurreição

A ofensiva geral declarada em janeiro não foi uma tentativa desesperada de chegar ao poder antes de Reagan, mas parte de uma estratégia política e militar de longo prazo

Roberto Remo

Uma insurreição operária e camponesa (1932), quatro Juntas cívico-militares "reformistas" (1948, 60, 72 e 79), duas eleições ganhas pelas forças democráticas (1972 e 77): todos os caminhos, realmente, foram percorridos, todos os métodos de luta foram provados pelo povo salvadorenho nos últimos 50 anos com o objetivo de afastar do poder as "14

famílias" oligárquicas e instaurar a democracia.

Uma vez ou outra, esses esforços foram traídos, derrotados e afogados em sangue para manter os privilégios dos 0,02% da população que possuem 40% da terra, dos 8% de ricos que ficam com a metade da receita nacional.

Quais foram as causas desses fracassos? Que lições podem ser

tiradas deles? Estas não são, por certo, questões acadêmicas, principalmente no momento em que os dados já foram lançados e, nos campos e cidades, os salvadorenhos iniciaram uma ofensiva geral que pode terminar ou com a vitória popular ou com um massacre de tal proporção que a paz dos cemitérios voltará a reinar sobre o país durante outro meio século.



Lições do passado

Como se depreende do vibrante relato de Claribel Alegría (Ver página 15 desta mesma edição), a insurreição de 32 foi mais uma resposta espontânea das massas enfurecidas do que um projeto político coerente e planejado. O Partido Comunista — única organização popular nessa época — viu-se envolvido no cruel dilema de tentar frear o ânimo insurreccional dos camponeses (com poucas probabilidades de conseguí-lo devido às contínuas provocações do exército) ou assumir a direção de um levante, sem tempo de organizarlo nem condições políticas propícias para enfrentar um exército com sólido respaldo dos proprietários de terras. Falhas de segurança permitiram que o ditador se infiltrasse no movimento insurreccional, eliminasse o fator surpresa e, finalmente, degolasse a revolução antes que ela explodisse.

O maior erro, no entanto, foi a ingênuo confiança nas adesões militares que abasteceriam o povo com armas e tropas treinadas. Se essas adesões não aconteceram, não foi por falta de oficiais e soldados dispostos a alinharem-se às fileiras do povo, mas porque estes foram imediatamente descobertos e fuzilados sem nenhuma consideração.

O exército salvadorenho nunca foi carente de oficiais democráticos. Talvez nunca se saiba quantos golpes, nesses 50 anos, as jovens gerações de oficiais tentaram dar. Quatro deles tiveram êxito (um deles, o de 1972, durou apenas 18 horas) e três chegaram a instaurar suas respectivas Juntas, prometendo eleições livres, fim da repressão e reformas na propriedade da terra. Nenhuma dessas promessas chegou a ser cumprida. Por que? Héctor Dada Hirezi explica o fato, comentando o fracasso político da

última dessas Juntas, a que foi instaurada a 15 de outubro de 1979:

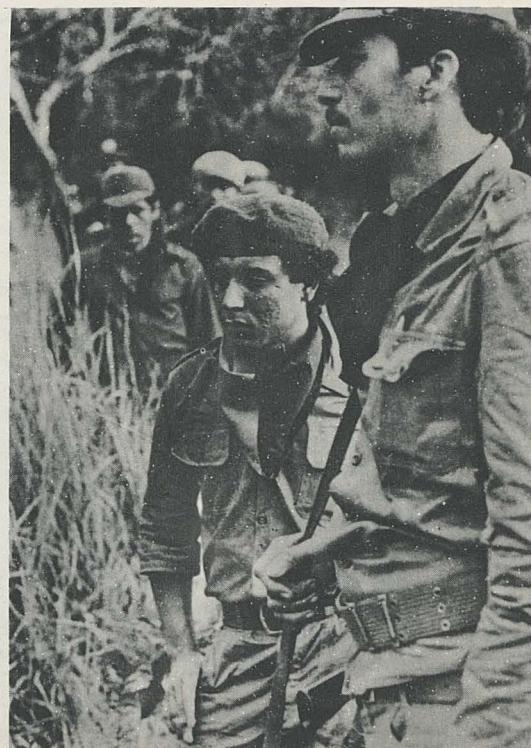
"No momento das deliberações, quando as Forças Armadas decidem internamente sua postura política, os escalões pouco pesam. Por maioria numérica, impõe-se a linha de maior abertura e a Junta sobre, com amplitude, o espectro político de quem se opõe ao regime derrubado. Mas, na prática, quando se atua 'institucionalmente', os escalões são determinantes. E os oficiais mais antigos, que são os de mais alta graduação, pertencem aos setores menos progressistas. Em suas mãos ficam os comandos militares."

A luta eleitoral, por outro lado, é uma atividade da qual os salvadorenhos têm ampla experiência. As forças democráticas e

progressistas ganharam as eleições parlamentares e presidenciais locais, por várias vezes. Só que seu triunfo nunca foi reconhecido. Em 160 anos de vida independente, uma só vez (em 1931) um presidente eleito chegou ao poder mediante um processo realmente livre. Mas se manteve apenas nove meses no governo.

A difícil unidade

O que fazer, então? Durante décadas, essa pergunta dividiu os salvadorenhos. Como explicou Roberto González, porta-voz da Direção Revolucionária Unificada num debate organizado recentemente no México pelo Seminário Permanente sobre a América Latina (Sepla), "nós achávamos que a divisão do movimento revolucionário em nosso país tinha



Em 160 anos de vida independente em El Salvador, uma só vez um presidente eleito chegou ao poder num processo realmente livre

el salvador

origem no problema das formas de luta. Isso levava a um alto grau de simplificação, a uma caricatura do problema e dividia as expressões políticas em via pacífica ou via violenta, linha Pequim ou linha Moscou".

O golpe de 15 de outubro de 1979 encontrou uma oposição ativa e animada pelo recente triunfo sandinista na Nicarágua, mas atomizada em quatro organizações político-militares clandestinas, três grandes partidos semilegais (democráticos, social democratas e comunistas) e dezenas de associações sindicais, de camponeses, de bairros e estudantis. As divisões se aprofundaram ainda mais. Os partidos chamados "democráticos" aderiram ao projeto reformista da jovem oficialidade, encabeçada pelo coronel Majano, enquanto as organizações revolucionárias, que vinham de uma etapa de crescente luta militar com o regime de Romero, não conseguiam esboçar uma resposta coerente, como também não tinham o menor diálogo entre elas.

No mês de novembro de 1979, **cadernos do terceiro mundo** e o Sepla organizaram, no México, uma mesa redonda na qual representantes das três "frentes de massas" (BPR, Fapu, LP-28) e o Partido Comunista expuseram suas opiniões sobre a conjuntura política e as possibilidades de uma aliança. Embora os debates se desenvolvessem num clima de franqueza, os moderadores ficaram desconcertados diante daquilo que pareciam brechas insuperáveis entre cada uma das quatro posições.

No entanto, como reconheceria mais tarde Rafael Menjívar, ex-reitor da Universidade de El Salvador, o simples fato de sentarem-se numa mesa para debater, "ajudou o processo unitário, num momento difícil em que es-

tavam suspensas as conversações" entre os diferentes partidos.

Poucas semanas mais tarde, a situação tinha mudado radicalmente. (Ver a Cronologia na página 20.)

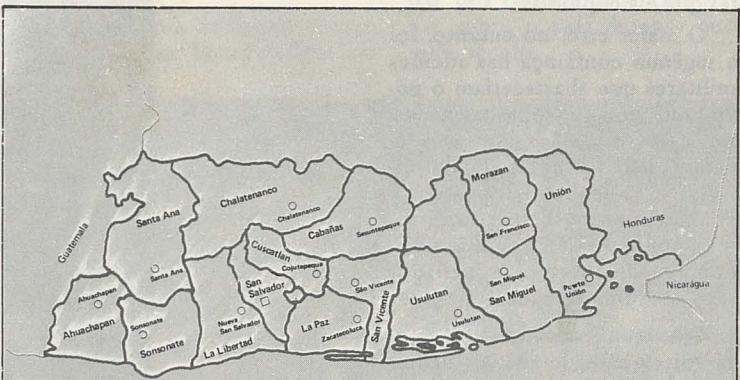
"Chegou um momento — explica Roberto González — em que o problema da unidade deixou de ser uma preocupação exclusiva das organizações e converteu-se em problemas das massas. Qualquer pessoa em nosso país — camponês, operário, vendedor — entendeu que se o movimento popular não se unisse, o inimigo nos derrotava. As pessoas nos pressionavam: 'Agora não há mais saída. Ou nos unimos ou seremos destruídos!'

Amadurecimento de todos

E a unidade foi conseguida. Em janeiro, nasce a Coordenação

Revolucionária Político-Militar e, em junho, a Direção Revolucionária Unificada (DRU), que já não é simplesmente uma coordenação mas um plano político-militar conjunto e um comando único sobre todas as organizações. Finalmente, em agosto, a DRU anuncia a constituição da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, sob cuja bandeira vermelha e branca foram se fundindo progressivamente todas as organizações revolucionárias. Paralelamente, foi-se forjando, na prática, a aliança operário-campesina, representada pela Coordenação Revolucionária de Massas e integrada por todas as organizações e frentes sindicais, campesinas, estudantis e de bairros.

Isso teve um efeito político sobre os partidos democráticos que recompuseram sua aliança e criaram a Frente Democrática e,



O país

Superfície: 21.393km² (é o menor país do continente americano)

População: 4.500.000 (estimativa, 1981)

Densidade: 210 habitantes por km² (a mais alta da América)

Renda per cápita: 570 dólares anuais (1977)

Exportações: café (60%), algodão (7%), manufaturas diversas (15%), dirigidas para os Estados Unidos (29%),

Guatemala (13%), Japão (11%), Venezuela (9%) e Alemanha Federal (6%).

depois, a Frente Democrática Revolucionária, máxima instância unitária até o momento.

A chave desse processo foi, na opinião de Roberto González, "tomar os pontos centrais de todos os problemas submetidos à discussão e adotar sobre eles uma orientação comum que não fosse resultado da imposição de uma organização sobre outra mas do amadurecimento de todos".

Quais foram esses pontos centrais? Basicamente dois: o caráter da revolução e a atitude em relação às forças armadas. Descartando as posições que reclamavam um salto imediato para o socialismo, o programa levantado pela Coordenação propõe a formação de um "governo democrático revolucionário", definido como nacionalista, não-alinhado e pluralista. Os dirigentes afirmam, explicitamente, que o objetivo não é a "ditadura do proletariado", mas um amplo governo que possibilite um programa de reformas antioligárquicas. Da mesma forma, abandonaram-se as palavras-de-ordem antimilitaristas, para oferecer aos oficiais progressistas um lugar nas fileiras do povo e, inclusive, a possibilidade de que, expurgado de criminosos, fascistas e corruptos, o atual exército forme, junto com o exército popular, a força armada da democracia revolucionária.

A greve de agosto

Assim, chegou-se à greve geral de 13, 14 e 15 de agosto, que marcou a virada definitiva. Pela primeira vez, a FDR e FMLN dirigem uma ofensiva que combina a greve geral com exigências políticas e ações militares com um comando unificado.

O governo tomou para si o triunfo e a imprensa internacio-

nal fez-lhe eco: a paralização não foi total; a capital continuou sua atividade "normal".

O que muitos correspondentes recém-chegados, com a intenção de cobrir "outra Nicarágua", não perceberam foi que, nesse dia, os oligarcas mandaram seus motoristas percorrer em círculos as ruas do centro para criarem sensação de movimento; que, no comércio, muitas empregadas choravam de raiva e de tensão (e pouco ou nada venderam, apesar do comércio estar "normalmente" aberto) e que os funcionários

públicos, obrigados a recorrer à força, chegaram à conclusão de que tinham de se organizar e formaram um sindicato que se aliou à FDR.

A nível militar, os rebeldes usaram pela primeira vez uma artilharia semipesada contra os blindados do exército e começaram a instalar acampamentos estáveis no interior.

As maiores batalhas, no entanto, travam-se no plano político e sem tiros, organizando os dispersos, convencendo os indecisos, animando os temerosos.

O exemplo de Navarrete

□ O coronel Ricardo Bruno Navarrete, que junto com outros oficiais e dezenas de soldados do quartel de Santa Ana abandonou o exército regular para passar com toda a sua equipe para as fileiras da FMLN, fez um apelo "a todos os militares" para que sigam seu exemplo.

Através da "Rádio Libertação", emissora clandestina da Frente Democrática Revolucionária, o coronel Navarrete disse ter-se "incorporado definitivamente às guerrilhas da FMLN, que correspondem à linha de libertação que o povo apóia".

"Tudo o que o exército está fazendo — acrescentou — é contrário à Constituição, ao que nos ensinaram em teoria, mas na prática não é cumprido. Há décadas, é o exército quem elege o Presidente de El Salvador. E quando um de nós pergunta por quê, é afastado por se considerada perigosa a sua reflexão, passando imediatamente a ser qualificado de comunista."

Navarrete acusou "os coronéis que mandam, na realidade, na instituição armada" de serem "corruptos e venais". "A maior parte de nossos homens — e nós mesmos — é de origem humilde. Quase todos viemos de camadas médias ou de famílias operárias ou campesinas. Como é possível, então, que nossa profissão seja a de assassinar nossos irmãos, que são tão explorados como o foram nossos pais?"

As batalhas políticas
são travadas na
cada vez mais estreita
“terra de ninguém”



Já não existem neutros

A direita compôs sua própria frente com base em três colunas: a Aliança Produtiva (que congrega a Associação Nacional da Empresa Privada, a Associação Salvadorenha de Indústrias e a Câmara de Comércio e Indústria) reúne as expressões sindicais da oligarquia latifundiária, industrial e financeira; o aparelho armado, composto pelo exército e suas diversas guardas, assim como pelos grupos paramilitares, verdadeiros exércitos privados financiados pelos oligarcas, todos coordenados pelo ministro da Defesa, coronel Guillermo García; e o Partido Democrata Cristão (ou o que sobra dele) que se tornou a expressão política das duas colunas anteriores, dando-lhes, além disso, uma imagem democrática e até mesmo progressista.

A estabilidade desse tripé não é, por certo, muito sólida. Mas os latifundiários já se convenceram de que a reforma agrária e outras “mudanças” não são mais do que adornos cosméticos *for export*, que não os ameaçam em absoluto. E os falcões militares parecem tão entusiasmados com seu novo uniforme de pombos

que até os mais reacionários falam agora de “democracia comunitária” e empregam, sem pudor, toda a fraseologia democristã. Por isso, os Estados Unidos estão tão interessados em conter os radicais de direita (como o major Roberto D’Aubisson ou o coronel Nicolás Carranza): o embaxador White garante que sua maior preocupação é... evitar um golpe de direita.

Batalhas políticas decisivas são travadas na cada vez mais estreita “terra de ninguém” que separa a frente de direita da Frente Democrática Revolucionária. A Federação Nacional de Pequenos Empresários Salvadorenhos (Fenapes) é cortejada pela Aliança Produtiva com a promessa de solucionar seus problemas imediatos: créditos, ajuda econômica para a solvência de uma iminente bancarrota coletiva. A revolução oferece-lhes, a médio prazo, a libertação da opressão financeira agiota e garante-lhes um papel político muito maior que o que têm agora.

A igreja institucional esforça-se em conservar uma posição neutra, condenando periodicamente os excessos de um e outro lado, com a esperança de poder abrir em algum momento uma

instância mediadora. Mas, ao mesmo tempo, são claras as simpatias da maioria dos sacerdotes e religiosos para com o projeto da FDR. “Nenhum cristão pode estar de acordo com esse sistema de mortes e trevas em que nos mantém a Junta”, afirmou um sacerdote, em conferência de imprensa clandestina, ao anunciar o apoio à insurreição da recentemente criada Coordenação Nacional da Igreja Popular.

Da mesma maneira, a União Comunal Salvadorenha, antiga base camponesa da Democracia Cristã, já perdeu há muito sua capacidade de mobilização popular. Mas nela agrupam-se os “promotores” que iam impulsionar a reforma agrária e acreditavam sinceramente nisso. Sua aproximação à FDR é outro duro golpe à já desgastada imagem de Napoleón Duarte.

As armas são, no entanto, o fator decisivo nesses dias cruciais. E é aos militares que as possuem para quem se voltam os maiores esforços políticos dos revolucionários. Apesar de seus constantes vacilos, o coronel Mاجano assumiu uma atitude digna ao negar-se a cumprir a ordem que o mandava a um “exílio dourado” como adido da em-

baixada salvadorenha na Espanha. Muitos oficiais só esperam um gesto seu para unirem-se à FDR. Outros já optaram por fazê-lo, como o coronel Ricardo Bruno Navarrete que, a 13 de janeiro, passou-se com armas e tropas para as fileiras revolucionárias e exortou seus colegas a imitá-lo.

A ofensiva de janeiro

Esse é o quadro político da ofensiva geral que começou a 10 de janeiro. Pode-se falar em fracasso, porque essa ofensiva não chegou a San Salvador antes de Reagan entrar na Casa Branca? Não é essa a opinião da FMLN. O comandante "Marcial", o já legendário Salvador Cayetano Carpio, coordenador geral das ofensivas, declarou a 20 de janeiro que "nossas forças militares, acantonadas em lugares estratégicos, estão prontas para avançar pelas cidades de El Salvador, libertá-las e construir o poder local".

É óbvio que os rebeldes se esforçaram em tirar o maior partido de um momento de debilidade extrema da Junta presidida por Duarte, quando os Estados Unidos, horrorizados pelo covarde assassinato de quatro freiras norte-americanas decidiram suspender toda ajuda militar. Mas as razões de Estado foram mais fortes do que os sentimentalismos e foi o próprio Carter e não Reagan quem ordenou que a ajuda continuasse e aumentasse, provendo o exército de equipamentos "não-leais", como helicópteros para bombardear com napalm os camponeses, exatamente no momento em que o último helicóptero de transporte a serviço da Junta tinha sido derrubado pelos revolucionários.

O governo de Duarte apresentou-se em autodeclarar-se vence-

dor e festejou a tomada de posse de Reagan com anúncios de vitória. "Se o outro lança uma ofensiva e a gente a esmagá, então a guerra está ganha", explicou à imprensa o ministro da Defesa, coronel Guillermo García.

"Temos o controle. Não há motivos para alarme", sublinhou o presidente Duarte. Os correspondentes estrangeiros encarregaram-se de desmenti-lo ao relatarem suas visitas a acampamentos guerrilheiros em lugares estratégicos como a localidade de San Vicente, as encostas do vulcão de Chichontepeque ou o Monte de Guazapa, no norte do país.

A Junta controla, na verdade, a capital e todas as cidades importantes, nas quais houve combates entre 10 e 20 de janeiro. Acontece, comentam os portavozes da FMLN, que nunca se pensou em tomá-las mas sim se-gurar militarmente o inimigo em

seus quartéis e limitar a sua mobilidade, no momento em que todo o país transforma-se em campo de batalha.

Com o mesmo objetivo, foram bloqueadas importantes estradas e cortadas linhas telefônicas e telegráficas. Cumprida a primeira etapa da ofensiva, o grosso dos combatentes da FMLN voltou a reunir-se em suas zonas básicas, com seus militantes transformados em combatentes experimentados que já receberam seu "batismo de fogo". Junto a essa guerrilha em vias de constituir-se em exército preparado para uma guerra de posições, a ofensiva criou Comitês de Defesa da Insurreição, núcleos de resistência e autodefesa local que são, também, o embrião do futuro poder popular.

Os quadros mais capazes dos CDI integram guerrilhas zonais, que fazem escaramuças e atacam quartéis, postos de polícia e instalações estatais, reduzindo ain-



No campo ou na cidade, a luta faz numerosos mortos todos os dias

el salvador

da mais o campo de ação do governo.

Enquanto o exército ficava assim imobilizado nas cidades, a FMLN estendera, no começo da segunda quinzena de janeiro, seu controle em zonas rurais onde, segundo testemunhos de camponeses a correspondentes estrangeiros, as patrulhas do governo "não se atrevem a entrar".

Quando essas áreas se consolidam como "território libertado" é muito provável que nelas seja instalado um governo provisório da FDR, que reivindicaria reconhecimento internacional.

E então?

A partir daí, a evolução da guerra depende em grande medida da atitude norte-americana. Se não fosse o apoio externo, a

Junta já teria caído há tempos. Se a intervenção, já iniciada por ex-guardas somozistas procedentes da Guatemala, prossegue e se amplia, toda a América Central pode transformar-se num Vietnã.

Que outra coisa pode fazer uma administração Reagan que considera inaceitável um novo "triunfo comunista"? Os britânicos, mais hábeis na tarefa de administrar a decadência de um império, sugeriram aplicar o "môdelo Zimbabwe": reconhecer o clima de guerra, fazer um pacto de trégua, convocar eleições realmente livres e formar um novo exército, a partir dos contingentes guerrilheiros e as forças armadas regulares.

A Frente Democrática Revolucionária já declarou sua disposição em negociar com Washington

ton, embora não com a Junta. "Conversaremos com o dono do circo e não com os acrobatas", segundo a irônica expressão de Guillermo Ungo.

Mas o "modelo" aplicado no Zimbabwe para pôr fim à guerra de libertação e conseguir uma transição pacífica à independência consistiu, em essência, no reconhecimento da derrota por parte dos britânicos e a negociação de fórmulas que fizessem menos cruel e mais elegante a retirada. Quanto tempo demorarão os novos inquilinos da Casa Branca para convencerem-se de que o mundo não é o *Far West* e que os fortes sitiados pelos índios não vão continuar encontrando sempre a salvação no mocinho que chega ao som de clarins à frente da cavalaria norte-americana? □

Governo em armas

□ A organização de uma Comissão Político-Diplomática encarregada de formar o novo governo salvadorenho foi anunciada no México a 12 de janeiro. Seus sete membros representam a Frente Democrática Revolucionária e as cinco organizações político-militares que compõem a Frente Farabundo Martí.

A Comissão só não representa, "com caráter plenipotenciário", a FMLN e a FDR no exterior, mas é considerada o primeiro passo em direção ao estabelecimento da futura estrutura governamental. Em suas declarações à imprensa, os dirigentes salvadorenhos deixaram entender que não está descartada a possibilidade de que o coronel Adolfo Majano ocupe algum lugar no governo em formação e sublinharam sua atitude "digna e

corajosa" ao permanecer em El Salvador "junto ao povo" e em aberto desafio à Junta.

Os sete objetivos do governo são: independência nacional, reformas radicais, não-alinhamento, pluralismo político, constituição de um novo exército nacional, apoio à iniciativa privada e liberdade religiosa. "Dada a sua composição heterogênea, não pode ser socialista, — explicou Guillermo Ungo, presidente da FDR — mas também não será anti-socialista".

"Este governo — explicou Rafael Menjívar, representante da FDR no México — ficará instalado no país. Não será um governo no exílio, mas um governo em armas."

A Comissão Político-Diplomática está integrada por Guillermo Manoel Ungo, presidente da FDR e do Movimento Nacional Revolucionário (social-democrata); José Rodríguez Ruiz, reitor da Universidade de El Salvador; Salvador Samaoya, ex-ministro da Educação; Favio Castillo, ex-reitor universitário; Ana Guadalupe Martínez, jovem guerrilheira conhecida internacionalmente pelo livro que escrevera, relatando as torturas a que foi submetida nas "prisões clandestinas" do exército; Rubén Zamora e Mario Aguinada.

Farabundo Martí: a audácia de um líder



*Combatente antinorte-americano
ao lado de Sandino e
comandante de uma grande
insurreição operária
e camponesa em 1932,
seu nome unifica hoje
os revolucionários
do seu país*

Claribel Alegria

Durante muitos anos depois do massacre de 1932, o povo só falava dos acontecimentos em sussurros, só sabiam o que acontecera com eles próprios, seus familiares e amigos próximos. O governo ordenou que todos os arquivos dos jornais do país que tinham feito levantamentos da repressão sangrenta fossem destruídos, provocando assim uma espécie de amnésia nacional por decreto. A recuperação só se deu agora, para extraír de um passado não tão distante, ensinamentos aplicáveis à atual insurreição.

A depressão mundial que começou em fins de 1929 com a

quebra da bolsa de Wall Street, teve efeitos desastrosos na economia de El Salvador nos anos 30 e 31. Os preços mundiais do café, dos quais dependia a economia nacional, caíram e as cifras de desemprego se elevaram. Os camponeses que tinham a sorte de encontrar trabalho estável ganhavam apenas 14 centavos de dólar.

Nesse tempo, "O Capital" ainda não havia aparecido em versão espanhola. Só era acessível àqueles que podiam ler francês, inglês ou alemão. Na vizinha Nicarágua, Augusto César Sandino e seu exército de homens livres já estavam há três anos lu-

tando para libertar o seu país da invasão norte-americana. Sua mensagem antiimperialista encontrou terreno fértil em El Salvador.

Movimento Sindical

Agustín Farabundo Martí, um jovem revolucionário salvadorenho, serviu a Sandino até 1929 como seu secretário pessoal e coronel de alto comando. Martí não conseguiu convertê-lo ao marxismo e os dois se separaram durante o exílio temporário de Sandino no sul do México.

No final dos anos 20, o movimento sindical salvadorenho ha-

via feito grandes progressos. A Federação Regional dos Trabalhadores de El Salvador (FRTS) tinha 75 mil membros e sua influência se estendia aos meios camponeses.

O Partido Comunista Salvadorenho (PCS) foi fundado em março de 1930 e Luis Díaz, um carpinteiro, foi seu primeiro secretário-geral. Os comunistas já controlavam a FRTS, transformando-se, então, o PCS, sem disputas internas, no condutor dos trabalhadores salvadorenhos. Ao contrário de outros partidos comunistas da época, o salvadorenho não foi fundado por universitários ou intelectuais pequeno-burgueses inflamados pelas teorias de Marx e Lênin, e sim pela classe operária. Seus primeiros

líderes foram experientes organizadores sindicais.

Farabundo Martí regressou a El Salvador como representante do Socorro Vermelho International (organismo da Teceira Internacional) poucos meses depois do PCS ter sido fundado. Sua inteligência brilhante, sua energia, o domínio da teoria e seu caráter intransigente de caudilho natural o convertera, sem dúvida nenhuma, no mais capaz entre os líderes do proletariado no país.

Miguel Mármol, autor do relato mais autorizado sobre a insurreição de 32, o retrata assim: "Agustín Farabundo Martí e Ismael Hernández, outro dirigente do Socorro Vermelho, foram feitos prisioneiros numa tentativa de parar o movimento de solidariedade com as vítimas da repressão. Ambos se declararam imediatamente em greve de fome. Martí era um lutador nato a quem nada impressionava, de uma agressividade que afogava a qualquer um, espírito que lhe vinha de sua absoluta identificação com a causa dos humilhados. Ele dizia que um dirigente dos pobres deve ser o mais arrogante possível ao enfrentar-se com um inimigo de classe... Martí e Hernández passaram quatro dias no mais absoluto jejum, no fim dos quais o diretor de Polícia, general Leitzelar, levou-os até seu escritório. Em tom muito amável e conciliador, perguntou-lhes: 'Como se encontram, estimados senhores?' E Martí respondeu-lhe com voz forte: 'Como se encontram sempre os homens, seu filho da puta: firmes'". A atitude de Martí deixou atônitos os oficiais que o mantinham sob custódia... Um deles lhe disse que tinha que pedir perdão ao general Leitzelar, e o Negro (Farabundo Martí era mulato) respondeu dando-lhe um pontapé na espinha. Foram devolvidos à cela aos empurrões com a certeza de que com homens como aqueles não se iria chegar a nenhum acordo. Dois dias depois, expulsaram Martí do país, com destino aos Estados Unidos, colocando-o a bordo de um navio mercante. Regressou, porém no mesmo barco à América Central e conseguiu burlar a vigilância e fugir no porto nicaraguense de Corinto, entrando em contato com o movimento revolucionário da Nicarágua e organizando imediatamente seu regresso a El Salvador, a seu posto de combate."

A primeira e última eleição presidencial realizada na história de El Salvador sem recorrer à

Sandino (de pé),
Gregório Gilbert
(dominicano,
à direita)
e Farabundo
Martí (sentado)



terceiro mundo

fraude, foi a de 1930: venceu Arturo Araujo. Durante a sua campanha, Araujo prometeu reformas estruturais, incluindo a agrária; menos desemprego e benefícios econômicos para as massas. Promessas que não pôde cumprir depois de assumir a presidência em março de 1931.

Quando a Guarda Nacional massacrou um grupo de campesinos no departamento de Liberdade no início de 1931, Martí saiu da clandestinidade e foi entrevistar-se com o presidente Araujo. Não conseguindo concessão alguma, Martí explodiu uma vez mais e o insultou. Imediatamente foi preso e voltou a ficar em greve de fome. O jejum durou 27 dias, durante os quais houve manifestações populares e artigos nos jornais exigindo sua libertação. Araujo finalmente cedeu e o deixou em liberdade.

O Partido Comunista havia seguido uma linha antieletoral nas eleições presidenciais de 1930. Porém, depois daquelas assembleias livres, as massas populares salvadorenhas exigiram uma mudança de tática. As eleições para prefeitos municipais e deputados foram programadas para dezembro de 31. Um prefeito, naqueles tempos, tinha muita autonomia: controlava a polícia municipal, o processo jurídico e nomeava oficiais locais. Ao povo parecia óbvio que uma mudança no governo local aliviaria sua situação desesperadora. Porém, só no mês de outubro que o PCS cedeu a essa pressão e decidiu participar das eleições.

No meio da campanha política, a direção do Partido recebeu a informação de que estava sendo preparado um golpe de Estado a mando do general Maximiliano Hernández Martínez, ministro da Defesa. Uma facção do Comitê Central queria adiantar-se ao golpe por meio de uma in-

surreição, temendo que Hernández intensificasse a repressão até arrasar as forças populares e o próprio partido.

Farabundo Martí rechaçou essa posição alegando que as possibilidades do partido para impedir o golpe eram quase nulas e que o banho de sangue que provocaria uma insurreição nacional seria um preço demasiado alto para impedir que uma ditadura tomasse o poder. Martí sabia muito bem que o golpe teria o apoio da oligarquia e de grandes setores da burguesia. Na sua opinião, a insurreição teria mais possibilidades de vitória depois que o exército salvadorenho se tornasse desacreditado por cumprir as ordens de um regime homicida.

O golpe aconteceu no dia 10 de dezembro de 1931. Quando Araujo foi derrubado da Presidência, o seu Partido Trabalhista desmoronou: muitos de seus membros se inclinaram para a plataforma dos comunistas. Secundaristas e universitários tomaram parte no protesto contra a ditadura. Para fazer frente a essa agitação generalizada, o governo de Hernández Martínez anunciou que tanto as eleições municipais como a de deputados seriam realizadas em janeiro: no dia 3 seria a de prefeitos e em seguida a de deputados.

No primeiro dia das eleições, os que votavam pelo Partido Comunista foram hostilizados: eram inúmeros os obstáculos e seus votos eram anulados sob qualquer pretexto. A votação não era secreta e muitos dos camponeses analfabetos se desorientaram com as manobras burocráticas.

No segundo dia, o partido estava melhor preparado para enfrentar a sabotagem oficial, porém o governo, consciente de que os candidatos comunistas



Farabundo Martí

ganhavam por uma grande maioria em vários distritos, suspendeu a votação na metade da jornada. Em Ahuachapán, cinco mil cidadãos formaram uma coluna compacta para votar pelos comunistas e foram imediatamente cercados por unidades da Guarda Nacional, armadas com metralhadoras e rifles. Para evitar o massacre, os chefes locais do partido ordenaram a seus simpatizantes que se dispersassem, regressassem a seus trabalhos e se preparassem para uma greve geral de protesto.

O levante

Os organizadores da greve se reuniram no sítio *La Montañita*, e os donos da propriedade chamaram a Guarda Nacional. Os guardias fizeram fogo, mataram um dos líderes e feriram vários outros. Os camponeses responderam matando 14 membros da Guarda, que teve que buscar reforços em Santa Ana para esmagar esse levante espontâneo. Todo o ocidente do país foi submetido a brutais medidas repressivas e os camponeses começaram a ser assassinados indiscriminadamente.

Farabundo Martí já atuava como secretário-geral interino do partido. Em uma reunião que durou toda a noite do dia 7 de janeiro de 1932, o Comitê Central manteve um debate acalorado: que plano de ação seguiria já

que o governo recusava uma negociação?

Miguel Mármol propôs que o partido conclamasse imediatamente à insurreição: "A discussão — relata — foi intensa. Farabundo Martí finalmente concordou com a minha proposição, para evitar o perigo iminente, maior, e desonroso para nós, de uma insurreição incontrolada, espontânea ou provocada pela ação governamental, na qual as massas fossem sozinhas e sem direção ao combate."

A direção do partido contava com a defecção dos quartéis de Sonsonate e Ahuachapán, com parte das tropas estacionadas em Santa Tecla, com duas companhias do Sexto Regimento de Metralhadoras, duas companhias de cavalaria e com a guarnição inteira da Aviação de Ilopango. Também acreditava-se que as duas companhias de soldados do quartel de São Miguel se integrariam ao movimento insurreicional, esperando-se armar 700 cidadãos da cidade.

A data para o levante foi fixada para 16 de janeiro, porém, dois dias antes, Farabundo Martí propôs adiá-la para o dia 19, afirmado que havia uma real possibilidade de que os oficiais do Regimento da Primeira Infantaria se passassem para o lado dos insurretos. A decisão de Martí foi aceita e os comandantes militares viajaram para diferentes zonas do país a fim de difundir a mensagem. Quando voltaram a San Salvador souberam que novamente a data havia sido adiada para 22 de janeiro e teriam que regressar com a nova notícia.

Enquanto isso, a rede de inteligência do governo havia sido alertada e o general Martínez ordenou que se localizassem e prendessem os líderes políticos e militares da insurreição.

Um policial informou a Mármol que as autoridades tinham descoberto o esconderijo do comando insurreicional.

"Eu fui vê-los de imediato para advertir-lhes do perigo que corriam — conta Mármol. Martí se pôs a rir, negou-se a levar a sério o perigo de ser capturado e me deu um pacote de bombas que havia confeccionado nos fundos da casa."

A audácia de Martí o conduziu à ruína. As freiras do Colégio Maria Auxiliadora, que ficava ao lado de sua casa, informaram à polícia e nesta mesma noite Martí e outros dirigentes foram detidos e fuzilados pouco depois.

"Os problemas militares passam a ser fundamentais quando se decide fazer uma insurreição"

Sem liderança

O Comitê Central fez uma reunião de emergência para considerar a deteriorada situação. Uma facção insistia em cancelar a insurreição assinalando, com lógica, que seria suicídio prosseguir nos planos quando o governo havia destruído sua liderança e só esperava o primeiro movimento armado para justificar em todo o país um massacre de operários e camponeses.

A maioria alegava que o povo já não podia esperar mais e que outra vacilação do partido só serviria para incrementar o massa-

cre das massas sem líderes e destruir o resto da organização.

O segundo ponto de vista ganhou e o Comitê Central votou para prosseguir com a insurreição tal como fora planejado. Porem o desaparecimento de Martí e outros importantes contatos militares deixou o Comitê sem muita informação vital. Nem sequer sabiam com quantas armas podiam contar para a insurreição nem qual era a força ou o número de tropas camponesas que ainda estavam em processo de formação. Já era 20 de janeiro; restavam apenas dois dias para finalizar os preparativos. Mármol os relata assim:

"No seio do Comitê Central campeava um incrível desconhecimento sobre a importância da informação e seu uso revolucionário, uma tremenda subestimação a respeito do manejo da técnica militar insurreicional. Não se reparou nunca que os problemas militares passam a ser fundamentais quando se decide fazer uma insurreição e que os problemas militares se solucionam com técnica e ciência específicas, que têm suas próprias leis... Como se isso não fosse bastante, contávamos com escassíssimos meios materiais: não tínhamos meios de transporte, nem dinheiro, nem fomos capazes de obtê-los. No próprio dia 22, data marcada para o início da insurreição, eu andava coordenando células em San Salvador, a pé, e nem sequer com um canivete no bolso. Em vez de um partido que estava a ponto de iniciar uma insurreição, tínhamos o aspecto de um grupo de desesperados. E o que mais doía é que o espírito revolucionário da massa era extremamente elevado."

Falta de experiência

Qual era o plano militar do Partido para a insurreição?

Nenhum dos membros do Comitê Central tinha experiência ou treinamento militar, salvo Farabundo Martí que havia lutado com Sandino na Nicarágua. Este tipo de guerrilha, porém, tinha pouco a ver com o planejamento de uma insurreição nacional. A única experiência histórica disponível era o exemplo soviético de 1917 em um país já debilitado política, econômica e militarmente por três anos de guerra.

Os comunistas contavam demasiadamente com os levantes internos, em quartéis-chaves, de tropas já comprometidas com a causa. Esses quartéis iam ser os pontos nevrálgicos de onde a insurreição começaria. Nos outros quartéis onde os simpatizantes comunistas eram minoria, esperava-se um assalto combinado de militares desertores e das massas camponesas. As portas dos quartéis se abririam, as armas seriam distribuídas entre as massas e o Exército Vermelho começaria a marchar em direção aos regimentos ainda leais ao general Martínez. Isso era uma linha tática e não um plano militar detalhado.

No Sexto Regimento, um soldado chamado González delatou a conspiração a seu sargento no dia 16 de janeiro, data para qual originalmente se tinha programado a insurreição.

O Comandante chamou imediatamente tropas de um quartel vizinho da Guarda Nacional para que desarmassem, isolassem e fuzilassem os membros das duas companhias que estivessem implicados no complô. Uma ação similar foi empreendida contra uma companhia dissidente do Regimento de Cavalaria e seus membros foram todos metralhados dentro do quartel, em 19 de janeiro. Outras execuções em massa foram feitas no quartel El Zapote (Primeiro Regimento

de Infantaria) e na Aviação de Ilopango. Como precaução adicional, o Alto Comando do Exército iniciou transferências de tropas de um quartel para outro, para desfazer qualquer complô coordenado. Todos os suspeitos de serem simpatizantes comunistas foram fuzilados sem processo.

Em 20 de janeiro, um documento falso atribuído ao Partido Comunista começou a circular em todo o país. Corretamente anunciava a data da insurreição para 22 de janeiro à meia-noite e fazia um chamado às forças insurgentes para matar sem clemência a todos os membros do exército, da polícia e da Guarda

**"A única
experiência
histórica disponível
era o exemplo
soviético
de 1917"**

Nacional assim como também aos membros da burguesia, salvo as crianças. O documento foi preparado com muita habilidade e indubitavelmente fortaleceu a vontade das forças armadas de resistir ao anunciado levante.

Foi assim que a espinha dorsal do plano comunista foi desarticulada no dia 19 de janeiro. Quando a insurreição começou no dia 22, os líderes civis se encontravam ou nos cárceres ou fugindo, e as massas não tinham mais armas além de seus machados.

Apesar disso, no dia do levante, grupos de camponeses toma-

ram os povoados de Izalco, Teotepaque, Tacuba, Ataco, Salcoatilan, Colón, Sonzacate, Turín, San Julian e Juayúa. Em Sonsonate, a terceira cidade de El Salvador, tomaram o porto e outros pontos estratégicos e sitiaram o Regimento Departamental.

Em Izalco, dois mil camponezes tomaram o povoado de assalto e o controlaram por três dias e três noites até que foram obrigados a fugir, devido aos bombardeios e ataques aéreos. Em Tacuba, depois de tomar o quartel da Guarda Nacional, os insurgentes estabeleceram um soviet de operários e camponeses também por três dias. O mesmo se passou em Juayúa.

O Alto Comando do Exército reagiu metódica e calmamente. Uma importante coluna comandada pelo general José Tomás Calderón recuperou Sonsonate e começou uma sistemática operação de "limpeza" no ocidente do país. Dias mais tarde, Calderón enviou um telegrama ao general Martínez informando-lhe que "até o momento, tenho mais de quatro mil comunistas liquidados".

A "legenda negra"

Em seu relato do massacre de 1932, Miguel Márquez afirma que houve menos de 30 mortes documentadas causadas ao exército ou à burguesia pelos "sanguinários vermelhos" e que só houve poucos casos comprovados de atrocidades cometidas pelas massas contra seus patrões. Porém, a começar pela publicação do documento falso atribuído ao Partido Comunista, a imprensa nacional iniciou uma campanha de horror na qual utilizava alguns incidentes esparsos para apresentar um quadro de assassinatos sistemáticos, violações e pilha-

gens através do país. E nos anos seguintes esta "legenda negra" foi aumentada e adornada para tentar jogar toda a culpa nos comunistas e nas massas camponesas pelo saldo de mortos que chegou a 30 mil, ou seja, 2,5% da população salvadorenha da época.

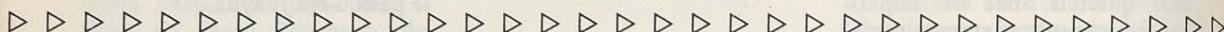
O coronel Gregorio Bustamante Maceo descreve o massacre: "... tendo sido apreendidas várias listas de adeptos, todos foram perseguidos e fuzilados à medida que iam sendo presos. Inclusive operários inocentes, que foram denunciados por iniciadas pessoais, pois bastava a

intriga de uma velha qualquer para levar à morte homens honrados e com enormes famílias. Todas as noites saíam caminhões carregados de vítimas da Direção Geral de Polícia para as margens do rio Acelhuate, onde eram fuzilados e enterrados em grandes covas abertas de antemão. Nem os nomes desses mártires os bárbaros executores tomavam. As metralhadoras começaram a semejar o pânico e a morte nas regiões de Juayúa, Izalco, Nahualalco, Colón, Santa Tecla, no vulcão de Santa Ana e em todos os povoados ribeirinhos, desde Jiquilisco até Acajutla. Houve cidades que ficaram arrasadas e

os operários da capital foram dizimados barbaramente.

"A matança era horrorosa: não escaparam crianças, velhos ou mulheres; em Juayúa foi ordenado que todos os homens honrados que não fossem comunistas se apresentassem à Prefeitura Municipal para dar-lhes um salvo-conduto. Quando a praça pública estava repleta de homens, mulheres e crianças, obstruíram as saídas da praça e metralharam aquela multidão inocente, não deixando vivos nem os pobres cães que seguiam fielmente a seus amos indígenas."

Em Izalco, num outro caso típico, tropas sob o comando do



Cronologia

Cinquenta anos de luta

Do massacre de 1932 à insurreição de 1981

1932

22 de janeiro — Com o massacre de 30 mil trabalhadores e camponeses, o general Maximiliano Hernández Martínez consolida seu poder. Teósofo e despota, Martínez afirmava que maior é o pecado de matar uma formiga do que um homem, porque esse último pode reencarnar-se e a primeira não. Governou 13 anos, durante os quais eliminou fisicamente os ladrões, os comunistas e as organizações sindicais e camponesas.

1944

Maio — Um movimento cívico-militar, seguido de uma greve geral, derruba o tirano. A "primavera democrática" dura pouco.

21 de outubro — Com o golpe do general Osmín Aguirre, reinstala-se a ditadura militar.

1948

14 de dezembro — Quando o general Salvador Castañeda Castro, sucessor de Osmín Aguirre,



coronel Tito Tomás Calvo tomaram o povoado e metralharam mais de 200 pessoas encerradas na Igreja da Conceição, em sua maioria mulheres e crianças. O coronel Calvo pessoalmente assassinou os camponeses capturados. Quando chegava o camponez preso e amarrado, ele lhe dizia: "Abra a boca e feche os olhos, para vermos como estão os molares". Simulavam que era um exame físico para o recrutamento forçado. Quando o homem abria a boca, Tito Calvo lhe dava um tiro no céu da boca...

Das escolas, foram levadas crianças para assistirem o enforca-

mento do respeitado líder indígena Feliciano Ama, "para que não se esquecessem do que acontece aos comunistas que ousam levantar-se contra seus patrões e as autoridades estabelecidas".

É óbvio que o general Martínez depois de seu golpe em dezembro, deliberadamente lançou sua campanha de repressão e cometeu a fraude eleitoral de 1932 para incitar as massas camponesas à rebelião armada.

"... a grande verdade, a verdade de fundo — comenta Mármorel, que também estava num dos grupos fuzilados, escapando milagrosamente ao ser dado co-

mo morto — é que estas 30 mil mortes não foram dirigidas ao Partido Comunista de El Salvador. Esse grande crime foi feito para traumatizar e mutilar o povo salvadorenho durante um longo tempo, para assegurar as condições do domínio oligárquico-imperialista no país, para instaurar uma 'paz de cemitério' que fosse a base de uma férrea ditadura militar como a de Martínez, que duraria nada menos que 13 anos. Foi um assassinato coletivo perfeitamente planejado, maciçal e friamente executado e suas consequências foram determinantes na história posterior de nosso povo." □



tenta reelegir-se, um golpe o substitui por uma Junta de dois civis e três militares. A "revolução de 48" legalizou os sindicatos mas manteve proscritas as organizações camponesas.

1950

14 de setembro — O coronel Oscar Osorio assume a presidência, depois de eleições manipuladas pela Junta. Assim como Martínez, aproveitou uma campanha contra o roubo (700 supostos ladrões foram assassinados em poucos dias) para reprimir ferozmente as organizações populares e democráticas. Osorio construiu a represa hidrelétrica do rio Lempa. A sua energia barata provocou uma acelerada expansão industrial que dotou o país do maior parque manufatureiro e da classe operária mais desenvolvida da América Central.

1960

Com apoio europeu, é criado o Partido Democrata Cristão, que consegue consolidar uma base de apoio no campo, graças à influência da Igreja.

26 de outubro — O coronel José García Lemus, homem de confiança e sucessor de Osorio na presidência do país, é derrubado, depois de uma série de greves e manifestações populares, por uma Junta cívico-militar. Os prisioneiros políticos são libertados e suas celas passam a ser ocupadas por oficiais do regime deposto. Prometem-se eleições livres e, pela primeira vez em 29 anos, a esquerda começa a organizar-se publicamente na Frente

Nacional de Orientação Cívica (FNOC), integrada por sindicatos, partidos e organizações estudantis.

1961

25 de janeiro — Um golpe militar com participação aberta da Embaixada norte-americana substitui a Junta por um Diretório cívico-militar. O povo pede armas aos jovens oficiais que dirigiram o golpe de outubro, mas estas nunca chegaram; depois de uma violenta semana, o Diretório controla a situação. Num dos seus primeiros atos de governo, rompe relações com Cuba.

1962

1º de julho — O Coronel Julio Adalberto Rivera assume a Presidência, depois de "eleições livres" nas quais só se autorizou a apresentação de candidatos do Partido de Conciliação Nacional (PCN), criado pelo exército. Através de um mecanismo semelhante, o coronel Rivera é substituído, em 1967, pelo general Fidel Sánchez Hernández.

1968

Funda-se o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de orientação ideológica alinhada à Internacional Socialista.

1969

É criada a União Democrática Nacionalista (UDN), com militantes do antigo Partido de Reno-

el salvador

vação e apoio do Partido Comunista, que continua proscrito.

1970

Dissidentes do Partido Comunista, liderados por Salvador Cayetano Carpio, formam a Frente Popular de Libertação Farabundo Martí (FPL), dedicada ao estabelecimento de forças guerrilheiras, segundo a estratégia de "guerra popular prolongada".

1972

25 de março — Diante da descarada fraude eleitoral contra José Napoleón Duarte e Guillermo Ungo, candidatos presidenciais oposicionistas, a ala "constitucionalista" de jovens oficiais tenta dar um golpe de Estado contra Fidel Sánchez. A rebelião é sufocada em 18 horas, com a participação de tropas guatemaltecas e nicaraguenses. Assume a Presidência o candidato do PCN, coronel Arturo Armando Molina.

Junho — Nasce "o grupo", integrado por social-cristãos radicais e militantes comunistas de tendência maoísta. O grupo forma, depois, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e rompe, em 1979, as relações com Pequim.

1974

Uma onda de sequestros de oligarcas e empresários estrangeiros permite à guerrilha comprar armas sofisticadas nos mercados internacionais e intensificar suas ações. Em resposta, o governo aumenta seu orçamento militar e converte em forças de contra-insurreição a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e a Polícia da Fazenda. Com evidente apoio oficial, começam a atuar grupos terroristas "paramilitares" (na realidade militares vestidos de civis): Organização Democrática Nacionalista (Orden), União Guerreira Branca (UGB), Falange e outros.

1975

O ERP se divide entre os que seguiam uma linha "militar" e os partidários da "linha de massas". Esses últimos se dividem e criam as Forças Armadas da Resistência Nacional (Farn), que orienta politicamente a Frente de Ação Popular (Fapu), criada em 1974 como ampla coalizão de sindicatos e organizações estudantis. Outra grande "frente de massas", o Bloco Popular Revolucionário (BPR) é fundado em 1975, aliado das FPL. Sua maior força está entre os camponeses, mas também aderem estudantes, professores e população favelada.

1976

Para cortar o apoio às forças guerrilheiras, o governo anuncia um "plano de transformação agrária" que englobaria terras estatais e as de duas famílias não-integradas à oligarquia agrofinanceira. Embora o alcance da medida fosse limitado, a furiosa oposição dos latifundiários, que chegaram a qualificar de "comunista" o general Molina, impede sua realização. O regime muda de tática e designa como sucessor o general Carlos Humberto Romero, ministro da Defesa e responsável direto pelos massacres dos anos anteriores.

1977

28 de fevereiro — Duzentas pessoas, pelo menos, são assassinadas durante uma manifestação pacífica de protesto contra a nova fraude eleitoral, cometida dessa vez contra o candidato da União Nacional Oposicionista (UNO), coronel reformado Ernesto Claramont, apoiado pelos comunistas, democristãos e social-democratas. No dia seguinte, a repressão faz umas sete mil vítimas. A "frente de massas" do ERP, criada nesse mesmo ano, toma seu nome usando essa data: as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28).

1978

Isolado politicamente e acossado por um novo clímax da luta de massas e da atividade guerrilheira, o general Romero convoca um "Foro Nacional" para o diálogo. Não obtém nenhuma adesão significativa e, como resposta, forma-se o "Foro Popular" integrado pela UDN, o PDC, o MNR, a Fenastras (central sindical ligada à Fapu) e outras organizações.

1979

19 de julho — Triunfo sandinista na Nicarágua. A queda de Somoza desarticula o Condeca (pacto militar das ditaduras centro-americanas) e estimula os oposicionistas salvadorenhos. A situação de Romero torna-se insustentável. A OEA programa uma reunião para 22 de outubro na qual serão condenadas as terríveis violações de seu regime aos direitos humanos.

15 de outubro — Um golpe de Estado substitui Romero por uma Junta cívico-militar integrada por Román Mayorga (reitor da Universidade Católica), Guillermo Ungo (social-democrata), Marco Andino (representante da empresa privada), coronel Adolfo Majano (da chamada "juventude militar") e o coronel Jaime Abdul Gutiérrez (pró-norte-americano). O Foro Popular oferece sua colaboração ao novo governo, o Partido Comunista

dá um apoio condicionado à expulsão dos fascistas do aparelho estatal, o respeitado Arcebispo de San Salvador chama os guerrilheiros para "depoarem as armas e abrir um compasso de espera". O Departamento de Estado norte-americano, que vê no golpe uma fórmula para evitar "outra Nicarágua", acha que conseguiu seu objetivo: as organizações guerrilheiras, divididas entre si e titubeantes diante da Junta reformista, ficam isoladas e parecem um alvo fácil da repressão, que continua sob o comando do ministro da Defesa, coronel Guillermo García.

4 de novembro — O monsenhor Romero denuncia que "os organismos de segurança estão reprimindo de forma mais brutal que no regime anterior, para evitar que o novo governo ganhe credibilidade".

7 de dezembro — Preocupados porque a repressão dirige-se "exclusivamente contra as organizações populares" e não contra as paramilitares de direita, vários ministros lançam um ultimato à Junta e às Forças Armadas, no qual exigem que a primeira tome o comando efetivo do exército.

1980

3 de janeiro — Diante da negativa transmitida pelo coronel García, todos os demais ministros renunciam, assim como os três civis da Junta. Salvador Samayoa, ministro da Educação, anuncia sua incorporação às forças guerrilheiras da FPL.

9 de Janeiro — O Partido Democrata Cristão aceita participar do governo cívico-militar.

10 de janeiro — As FPL, as Farn e o Partido Comunista anunciam sua unificação na Coordenação Revolucionária Político-Militar.

11 de janeiro — Quatro organizações de massas (BPR, LP-28, Fapu e UDN) anunciam sua adesão conjunta à Coordenação Revolucionária de Massas.

22 de janeiro — Duzentas e cinquenta mil pessoas fazem uma manifestação para comemorar o aniversário do massacre de 1932 e celebrar a unificação da esquerda. A marcha pacífica é atacada, com um saldo de mais de 300 mortos e feridos. Declara-se greve geral de três dias.

9 de fevereiro — A Junta anuncia a nacionalização dos bancos e do comércio exterior e promete uma reforma agrária. O Departamento de Estado norte-americano reafirma seu apoio à Junta.

15 de fevereiro — Apenas 600 pessoas vão a uma manifestação de apoio ao governo convocada

pelo PDC. Algumas delas declararam depois que tinham sido levadas para lá enganadas.

5 de março — Héctor Dada Hirezi, membro civil da Junta, renuncia ao governo e ao PDC, denunciando, no México, o processo repressivo. Dois dias depois, é promulgado o decreto de reforma agrária que ele tinha elaborado.

8 de março — O ERP integra-se à Coordenação Revolucionária Político-Militar que se transforma em Direção Revolucionária Unificada.

9 de março — José Napoleón Duarte, presidente do PDC, integra a Junta em substituição a Dada Hirezi.

12 de março — O monsenhor Romero denuncia a "intervenção aberta em El Salvador" dos Estados Unidos e afirma que a "reforma agrária não leva a quase nada porque está controlada pelos militares".

17 de março — Greve geral convocada pela Coordenação Revolucionária de Massas deixa um saldo de 58 mortos.

24 de março — Dois dias depois de ter ordenado aos soldados salvadorenhos para não disparar contra o povo, o monsenhor Romero é assassinado em plena missa por um franco-atirador espe-



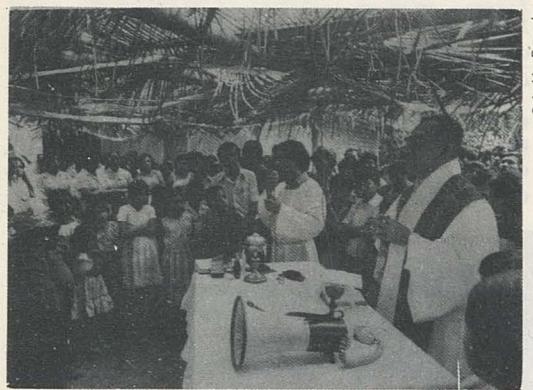
Manifestação em Chicago

el salvador

cialista, ainda não-identificado. Nova greve geral e novo massacre em seus funerais: 40 mortos e 150 feridos.

2 de abril — Forma-se a Frente Democrática, com elementos dissidentes da Democracia Cristã, social-democratas, profissionais, organizações sindicais, campesinas e das universidades do país. A Frente Democrática adota o programa da Coordenação Revolucionária de Massas e, junto com esta, forma a 18 de abril a Frente Democrática Revolucionária, presidida por Enrique Alvares Córdoba, personalidade vinculada, por sua origem social, às "14 famílias".

14 de maio — Seiscentas pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, são massacradas pelo exército salvadorenho em território "desmilitarizado" na fronteira, quando tentavam buscar asilo em Honduras.



Monsenhor Romero antes da sua morte

27 de julho — *El Independiente*, único diário oposicionista, é dinamitado na capital salvadorenha.

13, 14 e 15 de agosto — Greve geral "pré-insurrecional", convocada pela Frente Democrática Revolucionária, paralisa o país.

Setembro — A destituição de dezenas de oficiais leais ao coronel Majano fortalece o setor direitista liderado pelo general García. Majano ameaça renunciar mas, enfim, continua na Junta.

A Direção Revolucionária Unificada anuncia a criação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), direção única, política e militar das organizações revolucionárias. As Farn se separam por divergências sobre os passos a serem dados em direção à fusão de todas as organizações em um único partido.

Outubro — A FMLN intensifica as operações militares em todo o país. Sob pressão norte-americana, os governos de Honduras e El Salvador anunciam a assinatura de um Tratado de Paz (Ver artigo nesta mesma edição) como passo prévio para uma maior colaboração entre ambos os exércitos.

12 de novembro — As Farn se reincorporam à FMLN.

26 de novembro — Durante uma conferência de imprensa em San Salvador, são sequestrados e, posteriormente, assassinados, o presidente da FDR, Enrique Alvarez Córdoba e seis altos dirigentes oposicionistas. No México, o embaixador norte-americano Julián Nava, responsável a Junta pelos crimes e é desautorizado pelo Departamento de Estado.

3 de dezembro — Quatro freiras norte-americanas são assassinadas por comandos paramilitares. Washington suspende a ajuda militar, mas volta a reatá-la (aumentada) a 15 de janeiro de 1981.

7 de dezembro — O coronel Majano é destituído da Junta. Para dissimular o virtual golpe direitista, anuncia-se a "reorganização" do governo e José Napoleón Duarte é designado presidente (14 de dezembro).

22 de dezembro — "Tirem as mãos de El Salvador", reivindica o presidente equatoriano Jaime Roldós, num vibrante discurso diante do Congresso mexicano. Aumentam os rumores de uma iminente intervenção norte-americana, enquanto a FDR anuncia a próxima instalação de um "governo em armas" (Ver quadro nesta edição) em território salvadorenho libertado.

26 de dezembro — O Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos anuncia sua incorporação à FMLN, que consegue assim a unidade total das forças de esquerda.

31 de dezembro — A Comissão de Direitos Humanos de El Salvador informa o saldo de crimes de 1980: 12 mil mortos identificados. Calcula-se que seja um total pelo menos igual à quantidade de mortos não-identificados, sepultados em covas comuns e cemitérios clandestinos.

1981

7 de janeiro — A FMLN denuncia o ingresso em El Salvador de mercenários somozistas procedentes da Guatemala.

10 de janeiro — Inicia-se a ofensiva geral.

Alcançar a paz, só com a vitória



Um dos líderes mais destacados da guerrilha salvadorenha, Juan Ramón Medrano, fala com exclusividade a cadernos do terceiro mundo

Nilton Santos*

Juan Ramón Medrano é o responsável político pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), comandante da Revolução salvadorenha e membro da Direção Revolucionária Unificada — organismo máximo e comando geral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Esta entrevista, feita nos primeiros dias de janeiro quando se iniciava a atual ofensiva contra a Junta que governa o país, mostra a posição da FMLN e o seu significado.

Qual o papel da atual ofensiva dentro do quadro geral do movimento revolucionário salvadorenho? Trata-se realmente de uma ofensiva final?

— Em primeiro lugar, seria necessário esclarecer que a ampliação das atividades militares desde os últimos dias do ano passado, não é a ofensiva final. Atualmente existe uma “campanha de propaganda armada” que pode ser considerada uma primeira etapa de aniquilamento das for-

*O autor é Editor Internacional do jornal “Companheiro”.

el salvador

ças do inimigo e de "recuperação" do armamento.

Não há dúvida de que a ofensiva final é algo iminente, já que a atual situação revolucionária chegou a seu momento de definição. Também podemos afirmar que já estamos em condições de iniciar a ofensiva e que atualmente estamos dando solução aos problemas básicos necessários para poder impulsioná-la. Nossa plano de guerra está sendo preparado em seus mínimos detalhes. Ele deve ser um plano ágil, que combine a audácia e a improvisação. Nossas forças são ainda irregulares e não compõem um exército tradicional. Em consequência, a garantia da vitória está no poder das massas. Nossa plano prevê que a ofensiva deve ser um processo ininterrupto, com as forças revolucionárias claramente no ataque e com um único resultado: a vitória ou a derrota.

Assim, desautorizamos todas as declarações dos diferentes meios de comunicação que afirmam que já estamos na ofensiva final, isto é, no momento das ações culminantes do processo. Essas declarações têm o papel de criar um ambiente de confusão tanto internacionalmente quanto dentro do país e seu objetivo é desmoralizar as forças revolucionárias, dificultando o apoio e a solidariedade internacionais no momento em que esta realmente se verifique. E esse momento pode estar muito perto. Nossa direção nacional já colocou suas forças em estado de alerta. Certamente, nos próximos dias, os combates se generalizaram por todo o país e vivemos dias com as massas insurretas e o país paralisado.

Quais são, então, os objetivos da ampliação das atividades militares pela FMLN?

— Num primeiro momento, libertar parte do terreno e insurrecionar as principais cidades do país. Em seguida, atrair a nível internacional a solidariedade e o apoio das forças democráticas e revolucionárias de todo o mundo. Terceiro, derrotar política e militarmente o atual governo. Acreditamos que temos atualmente a nosso favor todas as condições para lançarmos uma ofensiva progressiva com uma elevada chance de triunfo. Assim, o fundamental é o objetivo estratégico: alcançar a derrota do regime atual e a tomada do poder pelo povo, isto é, a instauração de um governo democrático revolucionário.

O processo da unidade

Como a formação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional contribuiu para a evolução do processo revolucionário salvadorenho?

— As forças revolucionárias deram um salto histórico, tanto ao nível de qualidade quanto de quantidade, ao convergirem no sentido de uma só formulação tática e estratégica e ao definirem objetivos comuns. Para desenvolver esse processo, formou-se a Direção Revolucionária Unificada, que é o Comando Geral da FMLN, seu Estado-Maior conjunto como direção militar do processo revolucionário e as comissões auxiliares do Comando Geral — uma linha única de trabalho internacional. Isso forjou e vem aprofundando um forte sentimento unitário. Não há dúvida de que o fato de cinco organizações se unirem em um mesmo projeto político, deixando de ser um movimento revolucionário disperso e débil para ser um só, forte e poderoso, cria uma profunda confiança no povo quanto à maturidade e capacidade dessa vanguarda para conduzir o processo. Amplia também as possibilidades de atrair a



A luta em El Salvador reúne jovens, velhos, mulheres e crianças.

confiança e a solidariedade internacionais.

Ressalte-se ainda que esse processo unitário é reforçado pela construção de uma ampla instância, a mais representativa de todo o povo salvadorenho, que é a Frente Democrática Revolucionária (FDR). Ela tem uma plataforma programática onde se evidencia o caráter amplo, pluralista, que terá o governo democrático revolucionário: nele serão representados todos aqueles setores que estão lutando contra a Junta militar democrata-cristã e que se apoiará em um exército que seja o resultado da convergência de todos os setores patriotas das forças armadas com o atual exército popular revolucionário.

A formação de uma equipe de trabalho internacional FMLN – FDR, por sua vez, permite iniciar toda uma batalha diplomática. Já temos nossa representatividade diante dos diferentes governos do mundo.

Por último, e como consequência desses avanços, já temos nosso plano de guerra que está sendo implementado aceleradamente: conseguimos resolver em grande parte nossos problemas logísticos e de armamento, o que nos dá uma capacidade muito superior à que tínhamos há alguns meses.

Quais são os objetivos da FMLN e da FDR a nível internacional?

– Primeiro, é necessário que denunciemos a tarefa que o imperialismo encomendou à imprensa internacional, que responde aos seus interesses, de deformação da realidade da luta no país, buscando dar uma imagem centrísta ao atual governo. Na verdade, é um governo genocida que está sendo derrotado pela combatividade de nosso povo. É necessário esclarecer que Napoleón Duarte, García, Abdul Gutiérrez e Carranza fazem parte do mesmo plano repressivo, que pretende resolver pela via

dos massacres o problema social em El Salvador.

Segundo, é necessário canalizar o apoio do mais amplo leque de forças democráticas em torno do direito à autodeterminação do povo salvadorenho; denunciar a intervenção norte-americana que já existe em nosso país; e barrar uma possível intervenção maciça do exército dos EUA.

Terceiro, com a ofensiva diplomática de uma equipe formada por conceituados dirigentes da FDR – FMLN, visamos ampliar o isolamento da Junta militar democrata-cristã e obter o reconhecimento do novo Governo Democrático Nacional como único representante dos direitos e interesses do povo salvadorenho.

Comandante Medrano, como vê as repercussões internacionais da Revolução salvadorenha?

– Nossa luta é revolucionária e contra a oligarquia; contra as forças repressivas e contra a política imperialista. Nossa luta é pela paz e não temos o mínimo desejo de prolongar a guerra. Gostaríamos de afirmar que nós não representamos nenhum perigo para a estabilidade centro-americana. No entanto, a política guerreira e agressiva do governo Reagan, se confirmada uma intervenção, será a única responsável por terminar de desestabilizar a América Central. Isso provocaria uma reação idêntica à do povo do Vietnã, além do alastramento da luta antiimperialista para toda a América Central e um apoio generalizado dos povos latino-americanos.

A única forma de se conseguir a paz em El Salvador, uma paz verdadeira com justiça e respeito aos direitos de seu povo, a única forma de caminhar no sentido de uma estabilidade centro-americana, é a vitória da FMLN – FDR.



Um acordo para a repressão

O tratado de paz firmado entre Honduras e El Salvador destina-se a impedir o triunfo dos movimentos revolucionários centro-americanos

Valeria Yuzuk

A 10 de dezembro de 1980, foi firmada em Tegucigalpa (Honduras) a ratificação do Tratado de Paz entre Honduras e El Salvador (subscrito dois meses antes em Lima, Peru), que proporcionou o reataramento das relações diplomáticas entre os dois países, suspensas há mais de 11 anos, quando, em julho de 1969, os exércitos hondurenho e salvadorenho enfrentaram-se na "guerra do futebol" ou "das cem horas".

O conflito armado durou quatro dias, causou mais de duas mil baixas a cada nação e terminou quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguiu o cessar-fogo, deixando em disputa várias zonas fronteiriças (denominadas "bolsões" na gíria militar) que totalizam 460 km². O acordo de paz foi alcançado depois de dois anos de negociações, com a mediação do jurista peruano José Luis Bustamante y Rivero, um destacado membro do Tribunal Internacional de Justiça de Haia.

A delegação de El Salvador foi a primeira a chegar a Tegucigalpa e esteve representada pelo coronel Abdúl Gutierrez, pelo engenheiro José Napoleón Duar-te e pelo doutor Ramón Avalos

Navarrete, três dos cinco membros da então Junta salvadorenha, que, naquele momento, enfrentava o início da crise de governo que culminou, poucos dias depois, com o afastamento do coronel Adolfo Majano. Além disso, foi a primeira vez em 11 anos que governantes de El Salvador pisavam em terra hondurenha. Assistiram, como convidados de honra, ao ato de ratificação do Tratado de Paz, os presidentes Luis Herrera Campins, da Venezuela, Julio Cesar Turbay Ayala, da Colômbia, Rodrigo Carazo Odio, da Costa Rica, Aristides Rojo, do Panamá, e o ditador guatemalteco Romeo Lucas García.

Estiveram presentes, também, entre outros, William Bowdler, subsecretário adjunto para assuntos interamericanos do Departamento de Estado norte-americano e um representante da Junta de Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

Nesse mesmo momento, nas ruas, uma pacífica manifestação convocada pelo Comitê Hondurenho de Solidariedade com o povo de El Salvador, em frente à catedral metropolitana, em protesto pela presença no país de representantes da ditadura salvado-

renha, era violentamente reprimida pelo grupo antimotins *Cobra*, com o saldo de numerosos estudantes machucados e várias pessoas intoxicadas pelos gases lacrimogêneos. A repressão começou quando os manifestantes queimaram um boneco vestido de militar. Um pouco antes, diferentes oradores denunciaram que os Estados Unidos rascunharam o Tratado de Paz, destinando às Forças Armadas de ambos os países a coordenação dos ataques contra as forças revolucionárias salvadorenhas que operam na fronteira das duas nações.

A questão principal foi esquecida

Foi, precisamente, William Bowdler quem declarou à imprensa dos Estados Unidos que Policarpo Paz García "conta com o apoio" norte-americano e que seu governo "aplaude os esforços feitos por ambos os países para conseguirem um entendimento definitivo". A declaração do representante norte-americano era compreensível: durante os últimos anos — e especialmente depois do triunfo sandinista na Nicarágua — foram intensos os esforços desenvolvidos pelos Estados Unidos através de

embaixadores, secretários de Estado e enviados especiais, para conseguirem a assinatura desse Tratado. Mas, até agora, esses esforços tinham resultado infrutíferos devido aos pontos de vista discordantes dos governos hondurenho e salvadorenho sobre o tema fundamental da linha fronteiriça entre os dois países.

No entanto, o "Acordo de Paz" recentemente firmado, não resolve a questão dos limites, nos quais estão incluídos os ainda claramente demarcados "bolsões". O Tratado simplesmente ratifica um acordo anterior, que se propõe a resolver — mediante uma comissão de ambas as partes e num prazo de cinco anos — o diferendo limítrofe e, em caso de não chegar a um acordo bipartite, levar a questão ao Tribunal Internacional. Cabe, então, perguntar qual foi o verdadeiro motivo da apressada assinatura do Tratado de Paz. Para dar uma resposta a essa pergunta, é impossível descartar à hipótese do "Triângulo do Norte", em cujos vértices encontram-se os regimes de El Salvador, Honduras e Guatemala. Segundo essa hipótese, a aliança entre esses governos tentaria impedir o triunfo dos povos da região e neutralizar a revolução sandinista na Nicarágua.

Cristián Poveda

O "Triângulo de Ferro"

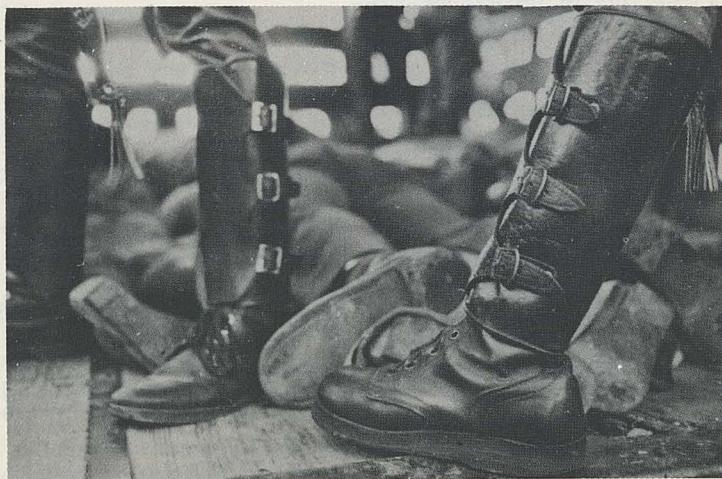
Diferentes observadores e analistas centro-americanos expressaram nos últimos meses suas dúvidas a respeito dos verdadeiros objetivos que levaram as cúpulas governamentais de Honduras e El Salvador a subscrever um tratado — quase imediatamente depois do triunfo revolucionário nicaraguense e no auge das lutas populares em El Salvador — que, no essencial,

deixa intatos os pontos fundamentais que suscitaram a guerra de 1969. Ao mesmo tempo, organizações democráticas populares da região centro-americana denunciaram categoricamente que a assinatura do pacto hondurenho-salvadorenho foi gestionada pelos Estados Unidos, que — com grandes interesses econômicos na região e decididos a neutralizar a "influência comunista" — ditaram a conveniência de frear o desenvolvimento revolucionário na área. Para garantir essas afirmações, os denunciantes explicam que os problemas territoriais continuam sem solução, lembram que nos últimos meses os exércitos dos dois países realizaram operações conjuntas contra os guerrilheiros salvadorenhos e mencionam o massacre do rio Sumpul — localizado na fronteira — onde foram assassinados 600 camponeses que buscavam refúgio em Honduras. Neste sentido, segundo o jornal cubano *Granma*, Washington "quer fazer experiências com as Forças Armadas de El Salvador, Honduras e Guatemala para tentar apagar o incêndio revolucionário que foi desatado no menor dos países centro-americanos". O jornal afirma que se trata de

"implicar agora legalmente Honduras, pois clandestinamente, sem anúncios oficiais, o exército hondurenho, há tempos, começou a se manchar de sangue salvadorenho e guatemalteco".

Um pacto militarista

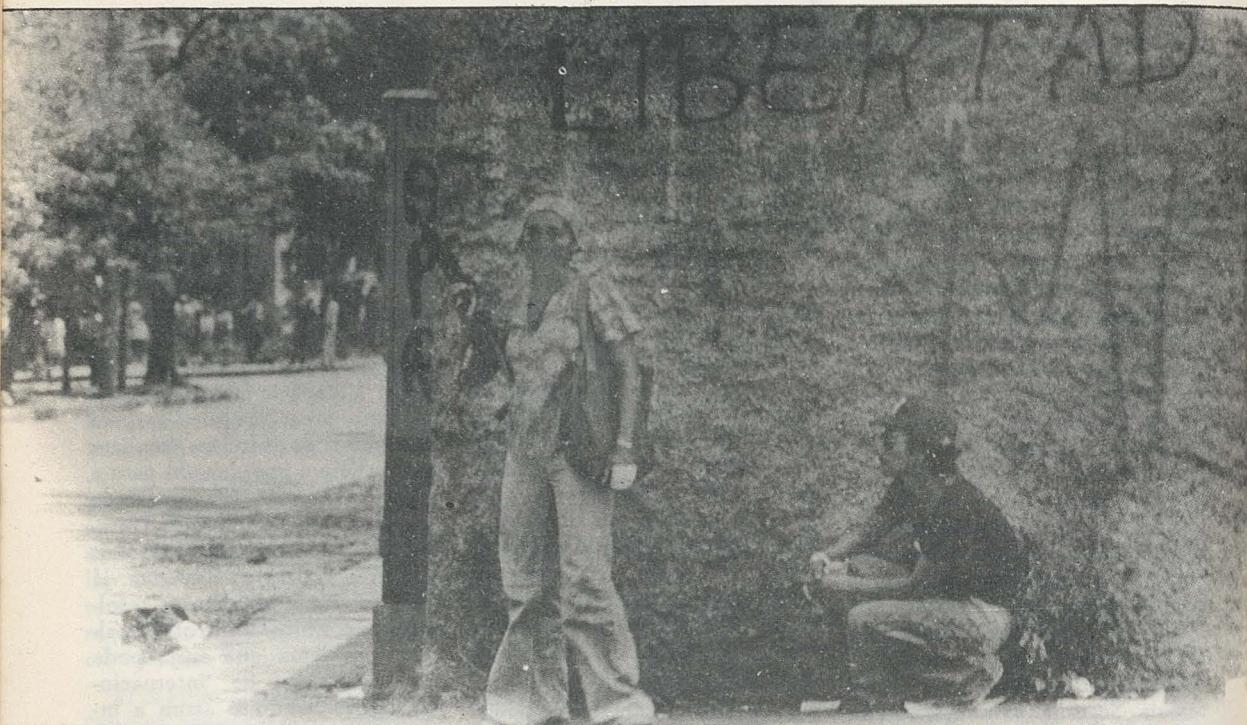
No dia seguinte ao da assinatura que ratificou o Tratado de Paz, Francisco Díaz, membro da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador, denunciou que o pacto tem um propósito claramente militarista e que é destinado, em termos imediatos, contra a luta popular salvadorenha e, a médio prazo, contra a Nicarágua. O dirigente expressou que o acordo está dirigido a "apagar" as zonas desmilitarizadas ("bolsões") para que ambos os exércitos "tenham acesso livre e coordenado para a ação repressiva". Ele diz ainda que numa segunda fase, o Tratado "prepara uma agressão mais intensiva contra a Nicarágua, já que, ao ficar formalmente resolvido o conflito limítrofe, qualquer problema que surja poderá ser qualificado de 'internacional', propiciando-se assim a intervenção militar dos Estados Unidos". □



terceiro mundo

el salvador

A resposta latino-americana



*A luta, hoje como ontem, é contra
a intervenção norte-americana*

Neiva Moreira

Guillermo Manoel Ungo é um homem tranquilo, que fala pouco e se expressa sempre com moderação, mesmo nas horas críticas e sobre os problemas mais difíceis. Tem quase 50 anos, grande parte dos quais dedicou à luta pela democracia em El Salvador.

Ungo é dirigente do Movimento Nacional Revolucionário,

frequentemente apontado como de tendência social-democrata. "Os rótulos europeus nem sempre se ajustam às nossas realidades", disse ele a propósito dessa classificação. Como delegado do Foro Popular, uma coordenação de organizações revolucionárias, participou da Junta Cívico-Militar que assumiu o poder, a 15 de outubro de 1979, depois da deposição do general direitista Carlos Humberto Romero.

Quando a Junta traiu os compromissos assumidos de estabelecer a democracia no país e passou a fazer o jogo da velha oligarquia cafeeira e importadora, Ungo abandonou o governo e voltou ao seu posto de luta na frente revolucionária.

Nos últimos três anos, assisti, como delegado ou observador, a várias reuniões latino-americanas, em que esse dirigente salva-

dorenho representava as forças revolucionárias do seu país. Nosso último encontro foi em 8 e 9 de dezembro de 1980 no Panamá, em uma reunião extraordinária da direção da Conferência de Partidos Políticos da América Latina — Coppal. (Ver quadro).

Pouco depois, Guillermo Manoel Ungo era designado Presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e virtual Presidente do governo em armas desse país.

A reunião da Coppal no Panamá foi dominada pela análise das repercussões da vitória de Reagan e da situação na América Central, particularmente em El Salvador. O importante nos debates foi o clima de autoconfiança que ali se notou, uma preocupação maior com o esforço de unidade da América Latina e do Caribe do que propriamente com a eventual estratégia neocolonialista da nova administração republicana.

A reunião concluiu pelo "reúdio a qualquer tipo de intervenção militar estrangeira nos assuntos de outro país". E foi ainda mais clara a sua nota final: "O princípio de não-intervenção e da autodeterminação regional são conquistas indeclináveis de nossos países e em sua defesa os povos latino-americanos devem unir-se de forma decidida".

Gente forjada na luta

Na Conferência estavam dirigentes políticos e revolucionários que conhecem na própria carne o que tem sido, através dos anos, a política dos Estados Unidos na nossa área. O México, representado por Gustavo Carabal, perdeu mais da metade do seu território, nada menos que quatro estados dos mais ricos do que é hoje a União norte-ame-

ricana: Texas, Califórnia, Novo México e Arizona. Peña Gómez, cujo partido, o PDR, está hoje no poder na República Dominicana, em 1965, participou da resistência liderada pelo coronel Caamaño Deño, à invasão norte-americana. Tomás Borge, um veterano da guerra sandinista de libertação da Nicarágua, não apenas enfrentou mas derrotou a ditadura somozista, engendrada e apoiada por Washington; Gerardo González, secretário geral do Partido Democrático Panamenho, atualmente no poder, desde a sua infância escalava os muros da Zona do Canal, enfrentando a ocupação norte-americana. Enfim, muitos outros, caldeados nas lutas patrióticas do continente.

Os salvadorenhos, presididos por Ungo, não reclamavam armas nem combatentes, mas, sim, a mobilização das forças democráticas americanas em apoio político e diplomático à causa de El Salvador. Mais do que isso: reivindicavam um esforço concentrado e decisivo para impedir uma intervenção estrangeira na guerra de libertação do seu país, cujo problema deveria ser deixado aos próprios salvadorenhos.

Não-intervenção

Quem ler sem espírito crítico a informação das agências pode chegar à conclusão de que no exército revolucionário de El Salvador há de tudo, menos salvadorenhos. A última informação falsa difundida é a de que combatentes nicaraguenses haviam penetrado no país para se juntarem às guerrilhas. Pouco depois, a notícia era desmentida, mas os seus efeitos políticos e psicológicos já tinham atingido os patriotas salvadorenhos.

A verdade é outra. Quando colocamos esses problemas a

Ungo ele nos disse enfaticamente: "Não precisamos de armas e muito menos de combatentes para empunhá-las. O que queremos é que cesse a intervenção estrangeira contra nós".

Também o comandante Borge foi claro a respeito. Ele considera que a luta em El Salvador, tal como ocorreu na Nicarágua, pode durar mais ou menos tempo. "Mas os patriotas salvadorenhos vencerão. E só eles devem fazer a guerra e conduzir os seus próprios assuntos".

Em seu escritório no Comando da Guarda Nacional do Paraná, o general Omar Torrijos acompanha dia e noite o que se passa na América Central. "O que ocorre nessa área tem repercussão favorável ou não ao Panamá. É natural, assim, que estejamos atentos", disse-nos.

Perguntamos a Torrijos se, a exemplo da Nicarágua, há uma colaboração militar panamenha com os revolucionários de El Salvador.



Os salvadorenhos não reclamavam armas nem combatentes. Exigiam esforço para impedir uma invasão estrangeira.

— Não. Eles não o necessitam — respondeu.

Por ocasião da recente visita do ministro das Relações Exteriores de Cuba ao Panamá, foi expedido um comunicado conjunto em que se reiterava o respeito à não-intervenção nos assuntos salvadorenhos, mas também se exigia que essa conduta fosse seguida pela outra parte, ou seja, Washington e seus aliados.

"A eventual regionalização, centro-americanação ou internacionalização do conflito de El Salvador põe em perigo a paz da América e do mundo e é isso o que buscam os Estados Unidos", declarou em Quito o presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador.

A mesma advertência tem sido reiterada pelo governo do México. Sabe-se que no encontro com o presidente Reagan, a 5 de janeiro, antes mesmo da posse do novo mandatário norte-americano, o presidente López Portillo deixou claro que o seu país, colocado em uma posição geopolítica chave, entre os Estados Unidos e a América Central, mantém sem vacilações sua posição histórica contrária a qualquer tipo de intervenção em país estrangeiro.

No Equador, o governo do presidente Jaime Roldós, que ocupa um espaço cada vez mais expressivo no contexto latino-americano, exigiu que se evitasse qualquer intervenção em El Salvador, proclamando que "só o respeito à vontade do povo salva-

dorenho permitirá dar fim à situação de violência que o país atravessa".

A presença norte-americana

Por que tantas referências à intervenção? Está claro que ela existiu até agora e sua tendência é aumentar. Mesmo quando o presidente Carter, pressionado pela opinião internacional e influentes setores do seu próprio partido anunciava o corte da ajuda militar à Junta de El Salvador, o exército salvadorenho continuava a receber armamentos.

O que houve foi uma mudança de rotas. Em vez de uma entrega direta de equipamento militar, o Pentágono o fazia através de Guatemala e Honduras. Uma

O que é a Coppal

□ A falta de uma divulgação adequada e o bloqueio das grandes agências transnacionais de notícias têm reduzido a projeção continental da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina — Coppal. Embora esteja longe de sua meta de unidade latino-americana, sem dúvida, a Conferência é um marco importante nesse caminho e tem atuado com eficácia em muitos episódios decisivos da nossa região. Foi fundada em 1979, em Oaxaca, no México, uma cidade que recorda o nascimento e as lutas do prócer da América, Benito Juarez.

Atualmente, a Coppal é dirigida pelo presidente do Partido Revolucionário Institucional do México (PRI), Gustavo Carbajal, com a assistência de seis vice-presidentes: comandante Tomás Borge, da Frente Sandinista de Libertação Nacional; o ex-presidente da Costa Rica, Daniel Oduber, do Partido de Libertação Nacional; o ex-

primeiro ministro e atual presidente do Partido Nacional do Povo da Jamaica, Michael Manley; do presidente do Partido Revolucionário Dominicano, Peña Gómez; de Leonel Brizola, presidente do Partido Democrático Trabalhista do Brasil; e do dr. Victor Paz Estenssoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário da Bolívia, que divide com o presidente Hernán Siles Zuazo (Partido Nacionalista Revolucionário de Esquerda, MNRI), a representação boliviana.

Mais de vinte partidos — que incluem a Apra peruana, o MAS (Movimento ao Socialismo) e a Ação Democrática, da Venezuela, dirigida pelo ex-presidente Carlos Andrés Pérez, e outros — integram essa Internacional latino-americana. A Coppal se mantém distante dos grandes blocos ideológicos e políticos, entre estes a International Socialista, concentrando sua luta em alguns objetivos centrais do processo revolucionário latino-americano e do Caribe, como a luta pela democracia e a autodeterminação.

Os salvadorenhos têm encontrado na Coppal não apenas um fórum importante à sua luta política e diplomática mas também um apoio objetivo à guerra patriótica que travam contra a oligarquia e o domínio imperialista.

manobra semelhante à que ocorreu nos últimos meses da guerra de libertação da Nicarágua: os Estados Unidos aparentemente cortaram sua ajuda militar a Somoza, mas, na verdade, passaram a fazê-lo através de Israel.

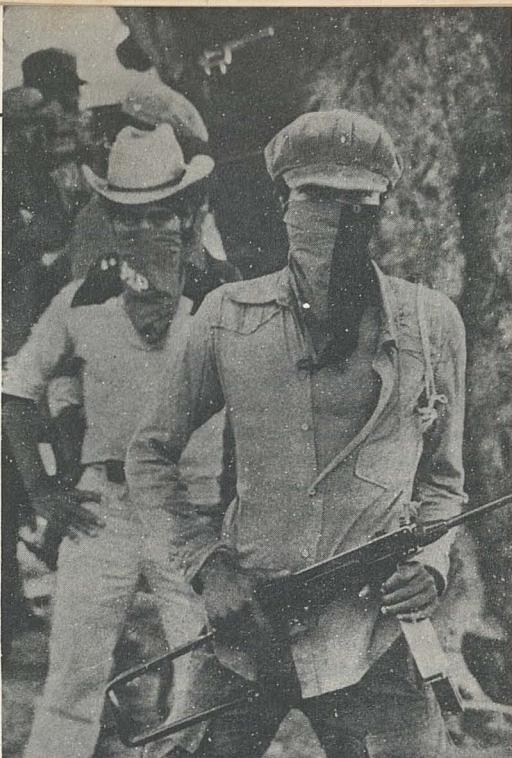
Já nas últimas semanas do governo de Carter, a situação se modificava. A entrega de equipamentos "letais" passou a ser de novo legalizada. Entre esse material se incluíam fuzis M-16 e munições, granadas, lança-granadas e quatro helicópteros *Huey* e — o que é mais grave — com tripulantes norte-americanos.

O Departamento de Estado, ao anunciar aquela aparente mudança de atitude, declarou: "Deveremos apoiar o governo salvadorenho em sua luta contra o terrorismo marxista". Assinale-se que a linguagem não era a do general Haig, novo secretário de Estado, mas do próprio governo do presidente Carter.

Preparativos de desembarque

O Pentágono não se limitou a uma intervenção direta em El Salvador, mas tem reforçado em toda a área o seu dispositivo de pressão militar sobre a América Central e o Caribe. Uma base militar de pronta intervenção em Miami foi modernizada, o mesmo ocorrendo com as de Porto Rico. Embora com disfarces, tem sido evidente o aumento de efetivos militares nas áreas do canal do Panamá ainda sob controle norte-americano. Sob pretexto de substituição de efetivos, mais tropas têm sido enviadas à base de Guantánamo em Cuba. E foi notório, nas últimas semanas, o incremento da atividade naval no Caribe por parte da esquadra dos Estados Unidos.

Os EUA
pressionam, mas a
resistência salvadorenha
está bem estruturada



Documentos da resistência salvadorenha recentemente divulgados no México denunciavam os preparativos do Pentágono para eventuais desembarques em Honduras, principalmente nas zonas de Puerto Lempira e Puerto Cortez e em determinados pontos do golfo Fonseca.

Estão sendo reforçadas duas bases na Guatemala, as de Zaca-pa e Jutiapa, adaptando suas instalações às necessidades de uma pronta intervenção norte-americana.

A cumplicidade venezuelana

A diplomacia militarista dos Estados Unidos não conta apenas com os seus próprios recursos. Desde que um governo dominado pelos setores mais direitistas da democracia-cristã se instalou na Venezuela, tem sido notória, na América Central e Caribe, a influência de Caracas em favor dos governos conservadores ou abertamente repressores da região.

A pretexto de apoiar Napoleón Duarte, presidente sem poder da Junta militar de El Salvador e líder da corrente menos representativa da Democracia Cristã salvadorenha, o governo da Venezuela tem se convertido em um dos suportes da tirania daquele país. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez, líder da Ação Democrática Venezolana, acusou a Democracia Cristã do seu país de ser "cúmplice do genocídio que comete um setor militar de El Salvador contra o povo".

Pérez contestou a tese do governo social-cristão do presidente Herrera Campins de que só um pequeno grupo de extremistas empunha armas contra a Junta militar de El Salvador. "Cren isso seria uma ingenuidade porque uma pequena guerrilha não pode gerar uma situação como a que vive El Salvador", declarou ele.

Os partidos venezuelanos de esquerda que, somados à Ação Democrática, são a maioria do

povo da Venezuela, estão nas ruas junto com estudantes e operários, defendendo o direito de El Salvador de escolher o seu próprio destino, livre da tutela dos Estados Unidos.

Os porta-vozes norte-americanos têm sido explícitos na afirmativa de que os Estados Unidos reivindicam o poder de voto sobre o tipo de governo que os países centro-americanos devem escolher. O ex-embaixador ianque em El Salvador, Robert White, nomeado ainda por Carter, foi muito claro a respeito: "Os Estados Unidos nunca permitirão que se implante um governo marxista na América Central". Ou seja, quem deve dizer que regime desejam para os seus países não são os povos centro-americanos, mas os Estados Unidos.

É evidente que a determinação dos povos e sua capacidade combativa é que definirão os

seus próprios rumos. Se fosse por temer as ameaças de Washington, os cubanos ainda estariam sob o regime de um sucessor de Batista e os panamenhos e nicaraguenses não teriam encontrado os seus próprios caminhos revolucionários.

Mas, se bem que não será o presidente Reagan quem conseguirá deter a história, é importante que se conheça plenamente o que pensa sobre os direitos dos nossos povos, o poder instalado na Casa Branca. (Ver quadro)

Democracia e antiimperialismo

Ninguém — nem mesmo os analistas de Washington — tem dúvidas de que o governo revolucionário salvadorenho não será marxista e nem adotará nesta etapa fórmulas socialistas. A luta ali é pela democracia e o direito do povo de libertar-se de um

domínio oligárquico-imperialista implantado no país. O Presidente do governo revolucionário em formação, Guillermo Manoel Ungo, disse que o poder que se instalará em El Salvador após o triunfo da insurreição será nacional, revolucionário, pelas transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas e antioligárquico". Buscará transformações profundas, mas, no seu julgamento, estas não serão de natureza socialista, por falta de condições objetivas.

Nem sequer se colocam em uma posição intransigente em relação aos Estados Unidos. Ungo acentuou que a FDR, (Frente Democrática Revolucionária) e a FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional), os braços político e armado da oposição salvadorenha, "conhecem bem a necessidade de conviver, em um marco de

A "Doutrina Reagan"

Coincidindo com a mudança de governo em Washington, uma intensa polêmica foi criada nos círculos do poder norte-americano sobre a política em relação a El Salvador. O ex-embaixador estadunidense nesse país centro-americano, Robert White, declarou ao semanário conservador *US News* que, na sua opinião, o principal perigo seria um "golpe da extrema direita": a seu ver, "um grupo de pessoas muito ricas, que vivem em Miami e na Guatemala e que financiam os assassinatos dos esquadrões da morte".

White esperava que os Estados Unidos continuassem apoiando a Junta militar-democrata, mas sem intervenção direta de tropas norte-americanas, que "transformariam o país num campo de batalha internacional".

Uma posição diametralmente oposta é sustentada por Roger Fontaine, principal assessor de Reagan nos assuntos latino-americanos durante

o período de transição. Em entrevista ao *Miami Herald*, Fontaine pronunciou-se contra a reforma agrária decretada pela Junta (medida que White defenderia), pois "se o governo e o setor privado estão em luta, abre-se o caminho para a extrema esquerda".

Pedro San Juan, outro membro da equipe de Reagan, elaborou um estudo de circulação interna que chegou às mãos da agência IPS e no qual se criticam exatamente White e outros embaixadores por atuarem como "reformadores sociais e propagadores de novas teorias de mudança social". Por intermédio de um enviado especial, Cleto Di Giovanni, o próprio Reagan teria dado aos militares salvadorenhos o "sinal verde" para um golpe direitista.

Di Giovanni, San Juan e Fontaine assinaram em conjunto um artigo no número de novembro do *Washington Quarterly*, sugestivamente intitulado "O espectro de Castro", no qual acusam a diplomacia de Carter de favorecer a subversão comunista na América Central.

mútuo respeito, com o governo dos Estados Unidos".

Os motivos reais da guerra à revolução de El Salvador são outros. Washington sabe que uma revolução vitoriosa, tal como ocorre na Nicarágua, não admitirá que algumas famílias de plutocratas continuem sugando o país, em um gueto de luxo e prepotência. Essas famílias são os aliados internos das transnacionais e o mínimo que se deve esperar do novo governo é que barre a essas empresas as vias da exploração das riquezas e do trabalho nacionais. Para os reacionários da Casa Branca e do Congresso dos Estados Unidos isso se chama "marxismo", embora seja apenas uma etapa de um árduo e sacrificado processo de auto-determinação interna e de instalação de um poder verdadeiramente democrático em El Salvador.

Na mesma linha, a nova embaixatriz norte-americana nas Nações Unidas, Jane Kirkpatrick, escreveu um trabalho para um seminário organizado pelo conservador *American Enterprise Institute* no qual garante que "parece provável a vitória da Frente Democrática Revolucionária, como resultado da política de Carter em El Salvador".

Finalmente, o documento foi lido no seminário, provavelmente para não contradizer o apoio explícito que Richard Allen, o principal assessor de Reagan em política exterior, tinha dado à Junta "reformista" em meados de dezembro.

Cascord Meyer, ex-funcionário da CIA, concluiu nesse mesmo seminário que a administração Reagan "fala por duas bocas", pois enquanto alguns membros da equipe do presidente eleito pediam publicamente a renúncia de White, outros apoiavam a sua política.

Qual será a "doutrina Reagan" para El Salvador? Na opinião dos observadores, seu enunciado mais completo até o momento é o feito por

Dias decisivos

Não há dúvidas de que a revolução salvadorenha seguirá seu caminho e, hoje ou amanhã, será vitoriosa. Os dias atuais são decisivos, mas seria apressado considerar que são os dias finais. São decisivos na medida em que o difícil processo de unidade entre as diferentes forças da oposição se consolida; em que, as unidades combatentes ampliam seu domínio à medida que se debilitam as estruturas políticas e militares da reação.

No conjunto, as operações de hoje podem levar a uma vitória a curto prazo. Não é uma possibilidade de todo afastada. Mas, sem dúvida, se a vitória ainda não estiver à vista, as batalhas de hoje estarão criando as condições para levar à derrota de maneira inapelável a oligarquia salvadorenha e os seus amos externos.

Para essa vitória, há muito o que fazer fora de El Salvador. Em vez de armas e combatentes que não podemos mandar e que os salvadorenhos não necessitam, pelo menos na atual configuração do conflito, há todo um desafio a responder: mobilizar as forças democráticas e progressistas do continente, incluindo os milhões de democratas que, nos Estados Unidos, se opuseram à guerra no Vietnã, para impedir que os *marines* de Reagan desembarquem em El Salvador ou que, através de governos manipulados como os da Guatemala e Honduras, o Pentágono continue armando e alimentando represores internos e externos para massacrar aquele grande e bravo povo.

Esse não é apenas um desafio, mas a resposta a ser dada aos agressores de Washington e aos seus sócios internos da oligarquia centro-americana. □

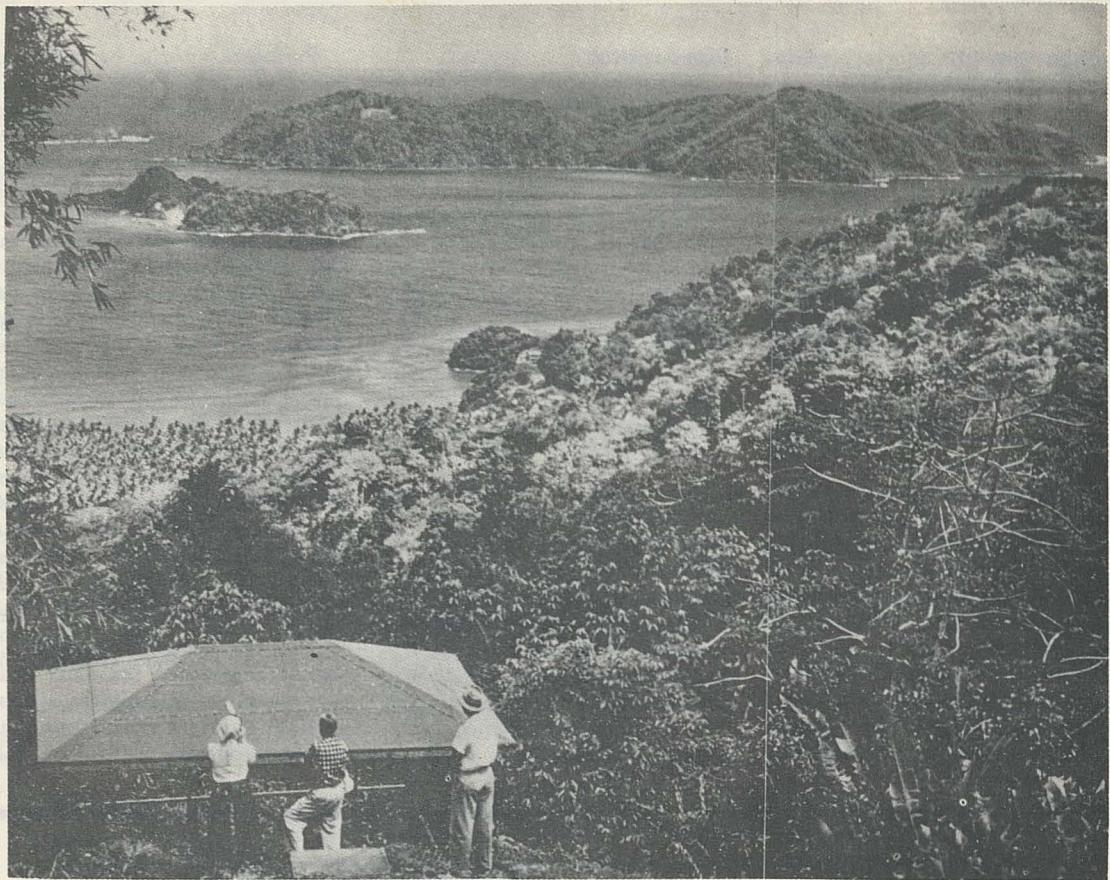
Roger Fontaine nas mencionadas declarações ao *Miami Herald*:

"A Doutrina Truman foi esboçada na Grécia, em fins dos anos 40, para ajudar um regime com problemas, amigo dos Estados Unidos e atacado por minorias armadas, ajudadas por forças externas hostis: a União Soviética e a Iugoslávia.

"Uma situação semelhante está acontecendo na América Central. Uma Doutrina Truman significa que se deve dar a esses países — El Salvador e Guatemala — mais ajuda econômica, assessores militares e treinamento militar. A controvérsia entre ajuda letal e não-letal é absurda. Não se combatem os terroristas e as guerrilhas com ajuda não-letal."

E se isso implicar um desembarque de *marines*? "Francamente, não gostaria de especular sobre isso. O uso da força militar é uma opção que qualquer nação, em termos de seus interesses vitais, tem que deixar aberta como possibilidade. Não acredito que seja provável, mas dizer mais do que isso seria uma especulação arriscada."

TRINDADE-TOBAGO



Nas ilhas gêmeas, pouca coisa mudou ou mudou para pior

Graças ao petróleo, um país rico no Caribe, mas com uma economia e uma política que não atendem às necessidades básicas de sobrevivência da maioria da população

Miguel Torres

I Estado de Trindade-Tobago, formado por duas ilhas gêmeas, do ponto de vista econômico, raramente conheceu dias melhores do que hoje. Apesar da bancarrota de 1973, esse país gozava — desde 1974 — de um espetacular incremento nas receitas públicas. Graças ao petróleo, as rendas públicas duplicaram de 1973 a 1974; dobraram, de novo, de 1974 a 1977 e, mais uma vez, de 1977 a 1980. A receita total de 591.229 mil dólares, em 1973, aumentou hoje para mais de cinco bilhões de dólares, em moeda corrente. (1 dólar EUA = 2,4 dólares TT).

Para Trindade-Tobago, portanto — e de forma diferente dos países de fala inglesa do Caribe, assim como da maior parte das nações do Terceiro Mundo — o período iniciado em 1974, deu-lhe virtualmente condições para uma explosão econômica. Claro que dentro dos padrões de uma economia capitalista: poucos são extremamente beneficiados e muitos nada recebem.

Para a maioria dessas pessoas, pouca coisa mudou, ou melhor, o que mudou foi para pior. O desemprego e o subemprego, flagelos gêmeos das economias capitalistas subdesenvolvidas, ainda estão altos. Assim, de acordo com os índices oficiais, o desemprego afeta de 12% a 15% da população, nível que nenhuma economia capitalista aguentaria.

O subemprego, por sua vez, é a condição permanente de milhares de trabalhadores, tanto no setor agrícola — açúcar, café, cacau e outros alimentos — como no comércio de têxteis, nos serviços domésticos e em alguns ramos do artesanato.

A inflação também é determinante, com média de 12% a 15% por ano. Em alguns setores, como no de alimentos, por exemplo, os preços estão mais altos, apesar dos subsídios, por causa da escassez frequente e do pró-

ximo mercado negro. Os aluguéis e moradias estão “pelas nuvens” e continuam subindo mais; todos concordam que dar uma casa decente e habitável para a população constitui-se num desafio que exigirá um grande esforço para ser superado.

Assistência social, saúde, educação, sanitarismo público, transportes, portos, possibilidades de lazer, enfim, a qualidade de vida nessas duas ilhas do Caribe deixa muito a desejar.

Essa observação se baseia não só na realidade objetiva da situação do país, como também na comparação com outras nações do Caribe, cuja fonte de recursos e rendas atuais são muito menores que as de Trindade-Tobago.

Alguns observadores são levados a perguntar, por exemplo, se na realidade não é a Jamaica que tem petróleo e Trindade-Tobago a bauxita, já que, a despeito de todos os seus problemas, as coisas parecem funcionar muito melhor na Jamaica. Claro que na Jamaica há problemas políticos, econômicos e financeiros, mas mesmo nesse mar de problemas, existe um certo clima de administração e realizações, do qual Trindade-Tobago infelizmente carece.

São também frequentes as comparações com Barbados, onde o telefone funciona, onde as estradas são limpas e quase sempre transitáveis (chova ou não), onde os preços são razoáveis (se-

ja para casas, terras ou qualquer outra coisa), onde, em suma, a qualidade de vida é indiscutivelmente melhor.

Uma desordem profunda

Mas, num certo sentido, existem alguns sintomas de superfície que demonstram uma desordem mais profunda. De grande significado é o fraco desempenho do setor não-petrolífero. Enquanto (graças ao contínuo aumento dos preços do produto no mercado internacional) o petróleo contribui cada vez mais para a renda nacional, os produtos não-petrolíferos declinam de importância (1). A produção de açúcar caiu a níveis baixíssimos, assim como os cítricos, o cacau e o café; o setor agrícola está contribuindo cada vez menos significativamente para o consumo local de frutas e verduras.

Graças à inflação, a indústria leve é cada vez mais insignificante como contribuinte para os lucros de exportação. Também os têxteis estão indo muito mal. Acrescente-se a isso o virtual colapso da Caricom — Comunidade do Caribe. Concebido como um instrumento viável de integração comercial e econômica, hoje sofre um substancial desgaste do mercado regional. E isso se reflete nos produtos de Trindade-Tobago.

Um dos maiores fatores de distúrbio refere-se à estratégia particular de desenvolvimento escolhida para esse período de bonança econômica. À medida que entram mais petrodólares, o

(1) — A descoberta de importantes jazidas de gás natural, em 1973, mudou a estrutura econômica da ilha. O petróleo produzido pelas ilhas é exportado em bruto. Williams iniciou um processo de nacionalização da indústria petrolífera, adaptou a sua política de preços à da Opep e insinuou que poderia solicitar o ingresso do país na organização. Mas nem por isso deixa de estimular os investimentos das transnacionais (Shell e Texaco) nas ilhas. (N. da R.)



governo do Movimento Nacional Popular (PNM — People's National Movement), no poder nos últimos 25 anos e liderado pelo Dr. Eric Williams, um historiador educado em Oxford, vem tentando promover, com certa pressa, o desenvolvimento dos setores da indústria pesada e petroquímica.

Como consequência dessa política, a siderurgia ocupa lugar de destaque no país, embora Trindade-Tobago não tenha nenhum minério de ferro e os mercados internacionais existentes para o aço sejam duvidosos.

Também estão na agenda os fertilizantes, o gás natural liquefeito, plásticos, nitrogênio e fundição de alumínio. Além disso, o setor de construção tem um peso especial. Uma boa parte da receita dos petrodólares é destinada ao cada vez mais desenvolvido e ambicioso programa de edificações públicas: um complexo financeiro, um Tribunal de

Justiça, um hospital-escola, um complexo administrativo, diversas centrais telefônicas, para citar só algumas. Auto-estradas, portos, gaseodutos, o projeto de um aeroporto -novo — e muito caro — para aviões maiores, um complexo penitenciário. Tudo isso constitui mais uma ameaça para as reservas de petróleo e vai levar a economia nacional a grandes despesas nos anos vindouros.

A estratégia econômica

Quase todos esses empreendimentos têm uma grande dependência do capital internacional por meio de empréstimos, assistência técnica especializada e *know-how* fornecidos por uma rede multi-setorial de consórcios financeiros internacionais provenientes de países capitalistas desenvolvidos.

Os aspectos fundamentais dessa estratégia são:

1. a acumulação de reservas estrangeiras em bancos capitalis-

tas nas metrópoles, como garantia para empréstimos levantados no mercado monetário internacional. Argumenta-se que a diferença entre as taxas de juros sobre os empréstimos e os juros ganhos sobre os depósitos, significa, em última análise, pedidos de empréstimos baratos para financiar projetos importantes; e

2. o rápido crescimento dos assim chamados "acordos de governo a governo". Países escollidos na Europa e América do Norte são convidados a colaborarem no processo de desenvolvimento através de firmas metropolitanas reconhecidas. O governo de Trindade-Tobago assina acordos contratuais com essas firmas para a implementação de projetos especiais.

De acordo com isso, enormes quantias em dinheiro — cinco bilhões de dólares em moeda local — estão acumuladas em bancos metropolitanos para investimento primário dessas organizações.

Uma história de 483 anos

 Trindade e Tobago, duas pequenas ilhas do Caribe, apesar de terem histórias diferentes, formam uma única nação. Trindade foi descoberta pelos espanhóis em 1498, ficando sob seu domínio até que, em 1802, pelo Tratado de Amiens, passou a ser colônia inglesa. Tobago foi sucessivamente colônia da Holanda, França e por último, da Inglaterra (em 1814), que a uniu administrativamente a Trindade em 1898.

O país tem ao todo 5.128 km² e uma população de 158 mil habitantes. Sua taxa de analfabetismo é de 67% e o desemprego atingia, em 1977, a quase 14% da população ativa.

A descoberta de importantes jazidas de gás natural e petróleo modificou radicalmente a estrutura econômica das ilhas. O país, que antes tinha sua economia centrada na produção de açúcar, passa agora a exportador de petróleo.

Depois de uma luta que se iniciou em 1924, finalmente, em 1950, o país obtém a autonomia interna. Nesse mesmo ano, o Movimento Nacional Popular (People's National Movement, PNM) ganha as eleições e leva à Primeiro-Ministro o Dr. Eric Williams, que ocupa o cargo até hoje.

O governo enfrenta a oposição de dois partidos: a Frente Trabalhista Unida (ULF) e o Congresso de Ação Democrática (DAC). O primeiro, de esquerda, foi criado após uma greve que paralisou o país em 1975. Baseado nos sindicatos, seu principal objetivo era conseguir uma maior participação dos trabalhadores na vida política. É dirigido por Basdeo Panday. O segundo, de direita, reclamava a princípio maior autonomia para Tobago. Agora, já ameaça criar um movimento separatista.

Também quase todos os maiores países capitalistas — Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Suécia, Itália, Alemanha Ocidental, Japão e até o minúsculo Estado europeu de Liechtenstein — foram agraciados com fatias do bolo do desenvolvimento.

O impacto acumulado dessa política fez com que (num período de riqueza material como o país nunca havia conhecido antes) a dependência do imperialismo crescesse e os depósitos no exterior assim como o desenvolvimento local se mantivessem presos a diretrizes econômicas alheias.

Em defesa disso, argumentava-se às vezes que a expansão do desenvolvimento nacional constitui uma sensível e sofisticada barreira contra as pressões imperialistas. Naturalmente, essa é uma interpretação errada do capitalismo e do imperialismo internacionais e sua ampla interconexão. É uma visão equivocada dos vínculos que existem entre as transnacionais e os círculos dirigentes dos países capitalistas desenvolvidos.

Definições ideológicas

O governo do Movimento Nacional Popular orgulha-se de ter uma ideologia própria. Na última convenção anual do partido, o Primeiro-Ministro descreveu o seu governo com não sendo nem capitalista, nem socialista nem mesmo capitalista-de-estado. Pode ser também que o PNM nem mesmo saiba o significado dessas categorias. O governo continua, na melhor das hipóteses, um organismo pragmático e espontâneo, hoje aqui e amanhã ali, não seguindo nenhum caminho em particular por muito tempo, mas sempre fazendo tudo o que puder para atender os ditames do capital internacional.

Desde agosto passado, o governo e o país foram abalados por um escândalo de fantásticas

proporções, envolvendo um comprovado suborno de altos oficiais pela *McDonnel Douglas Airlines Company* relativo à compra de um aparelho DC-9 para a empresa local, a *British West Indian Airways* (BWIA). O escândalo revelou muito mais além daquilo que tinha sido só uma suspeita de alguns críticos: especificamente, o governo e os que o cercam estão muito interessados no desenvolvimento, mas pelas transações que ele acarreta do que no verdadeiro avanço material do país. O suborno seria não só no setor de compras de aviões e câmbio, mas também em várias outras áreas.

Problemas no PNM

A situação econômica e política, de alguns anos para cá, vem aumentando a brecha dentro do partido em torno da figura do advogado Karl Hudson Phillips, que já fora procurador geral do Governo e que defende posições bem mais reacionárias do que o primeiro-ministro Williams.

Até recentemente o racha só estava latente. Hudson Phillips se mantinha no partido e limitava-se à agitação da questão fundiária por meio de uma organização conhecida como Associação Nacional dos Terratenentes e Contribuintes — NLTRA. No fim de 1979, entretanto, ele foi expulso do partido e, desde então, um movimento especificamente político, a Organização para Reconstrução Nacional (ONR), surgiu sob sua liderança.

A importância da ONR reside no fato de que ela representa a mais séria cisão no partido desde 1956, ameaçando a fragmentação da base eleitoral do Movimento Nacional Popular (PNM). Se essa base se romperá ao meio ou haverá o racha de uma pequena fração (provavelmente a maior parte do partido indo com Williams e a menor ficando com Hudson Phillips), isso ainda não está definido. O que é certo é

que a ONR de Phillips está começando a atrair o apoio de outros partidos burgueses. Há rumores crescentes de uma coalizão desses grupos e a realidade é que algum tipo de aliança surgirá na época das eleições, em meados deste ano.

Mas a ONR tem uma importância maior. É que ela, em essência, é o partido dos grandes negócios (*big business party*), ainda que tenha algum apoio de massa. Foi a Associação Nacional dos Terratenentes e Contribuintes (NLTRA), até certo ponto, que garantiu isso. Mas a atração que Hudson Phillips exerce sobre os terratenentes, que são a maior parte dos membros da NLTRA, não é pragmática. Ela se baseia no carisma, nos favores que ele dispensa a cada um e nas promessas. Nenhum terratenente pode dizer, precisamente, o quê a ONR fará em relação à terra e à propriedade da terra se tomar o poder: e a realidade é que fará muito pouco. Dará “rédeas soltas” aos grandes negócios, será mais severa com os operários e mais rigorosa quanto “à lei e à ordem”.

Também se acredita, em alguns círculos, que Hudson Phillips seja mais favorecido pelo imperialismo que Williams: indubitablemente, ele está bem mais à direita do Primeiro-Ministro.

Nos cálculos imperialistas, e por tudo o que ele representa, Hudson Phillips promete ser a figura mais maleável, menos independente, menos meritória e mais acomodada. Ou seja, a pessoa que o imperialismo estava procurando. Se houver chance, ele está mais do que inclinado a instalar um regime inteiramente dominado pelas regras capitalistas, com uma face muito desumana para as classes mais pobres.

Reação de Williams

A curto prazo, entretanto, mesmo com todas essas desvan-

tagens, a ONR representa um benefício à oposição de esquerda pelo fato de significar um enfraquecimento do poder do PNM.

Em resposta a essa nova realidade, Williams começou a comportar-se de maneira pouco habitual. Na mais recente convenção do partido, ele deixou escapar afirmações de total apoio ao PNP (People's National Party, de Michael Manley) da Jamaica e chegou a denunciar, alguns dias mais tarde, o encontro do FMI com Edward Seaga, líder do Partido Trabalhista da Jamaica, em setembro/outubro último. Essa denúncia tentava promover a reabilitação de Williams nos círculos progressistas jamaicanos e pôr fim, ainda que temporariamente, ao mau estado das relações diplomáticas que existiam entre Trindade-Tobago e Jamaica. Mas, pela sua própria natureza, não podia ter mais importância do que isso.

Mais ou menos nessa época, os diplomatas do país e seus representantes em foros internacionais fizeram inusitadas e progressistas declarações de apoio à Organização para a Libertação da Palestina, críticas à atual ordem econômica internacional, e condenações às corporações transnacionais.

Uma inesperada mudança na política internacional do país começava a acontecer. Essa mudança foi dirigida mais para o consumo interno do que para o externo. Isso fica claro pelo fato de Williams, pessoalmente, começar a fazer afirmações muito críticas sobre a privilegiada elite local. Em resposta, sem dúvida, às repetidas críticas passadas, ele garantiu que seu governo não se tornará um mero fio condutor para transferir a riqueza do controle público para poucas mãos privadas.

Mas, assim como o *Rokers Tribune* perguntou — e ainda está por se descobrir — estaremos presenciando a uma verdadeira

"virada à esquerda" ou só a mais uma "manobra da direita"?

O conflito com Tobago

Para um observador perspicaz da vida política de Trindade-Tobago, não causaria surpresa que o PNM, nesses últimos dias, estivesse à procura de aliados. A chave para a compreensão das últimas manobras do governo está relacionada com o incipiente conflito com os elementos neonacionalistas de Tobago, a ilha irmã. Desde 1976, quando o Congresso de Ação Democrática (DAC) — a oposição de direita — ganhou os dois assentos parlamentares estabelecidos para essa ilha no Legislativo nacional, uma crise vem se desenvolvendo, ameaçando a relação futura das duas ilhas. A vigorosa exigência do DAC de maior autonomia para os tobagonianos na condução de seus próprios assuntos, forçou o governo, em 1977, a ceder no Parlamento à proposta que assegurava a Tobago o completo autogoverno interno.



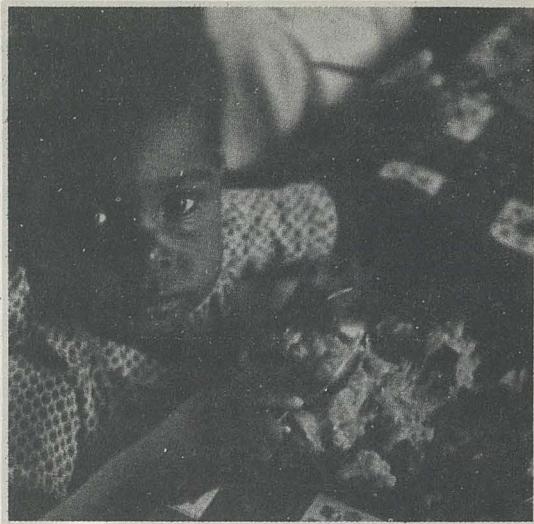
O subemprego atinge milhares de trabalhadores

Porém, desde então, o PNM vem virtualmente fugindo a esse compromisso. Nessa manobra, ele foi ajudado por um racha no Congresso de Ação Democrática, que teve como resultado a saída do partido de um dos dois representantes da ilha no Legislativo, Dr. Winston Murray. Ele abandonou o DAC e formou o seu próprio *Movimento Fargo House*, assim chamado em homenagem a um momento da história de Tobago. Ao que tudo indica, o Movimento Fargo House situa-se ainda mais à direita que o DAC.

A base desse racha reside nas diferenças de personalidade entre Murray e o líder do DAC, A. N. R. Robinson, assim como nas diferenças de opinião sobre a condução da questão de Tobago.

A sedução do PNM e suas intrigas também parecem ter tido influência, pois fizeram com que Murray ficasse evidentemente mais próximo da linha do PNM. E se ele fosse forçado a escolher o PNM e o DAC, ele escolheria trabalhar com o PNM. Indubitavelmente, isso enfraqueceu a resistência de Tobago ao PNM, mas não o suficiente para bloquear o impulso separatista do DAC na campanha pelo autogoverno interno.

Mais ainda, o DAC denunciou com rigor essa última tentativa de impor uma Assembléia só para Tobago, como uma retrógrada e insultante tentativa de perpetuar um governo subordinado com um outro nome e levou a questão ao conhecimento da opinião pública internacional, particularmente às Nações Unidas. Sob esse ponto de vista, o recente ingresso do PNM na arena internacional — rompendo radicalmente com o seu antigo isolacionismo — pode ser visto como uma tentativa de prevenir qualquer iniciativa do partido de se envolver com os interesses in-



A qualidade de vida em Trindade-Tobago deixa muito a desejar:
falta assistência social, saúde, sanitário público, transporte, lazer

ternacionais, na disputa de Trindade-Tobago.

Uma questão democrática

Para muitas pessoas, o problema de Tobago é essencialmente uma questão de democracia: por um lado, está baseado no reconhecimento de que os assuntos de Tobago foram malconduzidos durante décadas e, por outro lado, baseia-se na suposição de que o povo de Tobago pode valer-se por si mesmo. Também, há a convicção bastante difundida de que o PNM faz pouco caso das decisões parlamentares, deixando de atender dessa forma às opiniões de amplos setores da população.

Como era de se esperar, a questão de Tobago foi um fator de união das forças de oposição. Ela propiciou oportunidades para um intercâmbio fraternal entre os partidos e os grupos de oposição e ajudou a promover um reconhecimento da necessidade de união entre os opositores. Da mesma forma, ajudou a reabilitar A. N. R. Robinson.

De uma posição bastante à margem das atividades políticas

recentes, Robinson passou mais uma vez à frente, graças ao problema de Tobago e à publicidade que isso causou. Ao mesmo tempo, cresceu a convicção de que Murray é uma figura gasta e comprometida, e tanto ele como o direitista Movimento Fargo House entraram, ao que tudo indica, num declínio irreversível.

A posição da esquerda

E em relação à esquerda? Desde a divisão de 1977 da Frente Trabalhista Unida (ULF), a esquerda esteve perdendo posições na política interna do país. Uma das facções, liderada pelo ex-tenente do exército Raffique Shah, virtualmente deixou de existir e, agora, o próprio Shah trabalha para o jornal reacionário *Target* (Alvo), que pertence a uma cadeia de tablóides de direita.

A outra facção, comandada por Basdeo Panday — fundador da Frente — ainda é uma dúvida. O partido deixou de ser visto como um veículo de luta e das realizações da classe operária, com a penetração de elementos pequeno-burgueses do centro e da direita, e não é considerado, nem

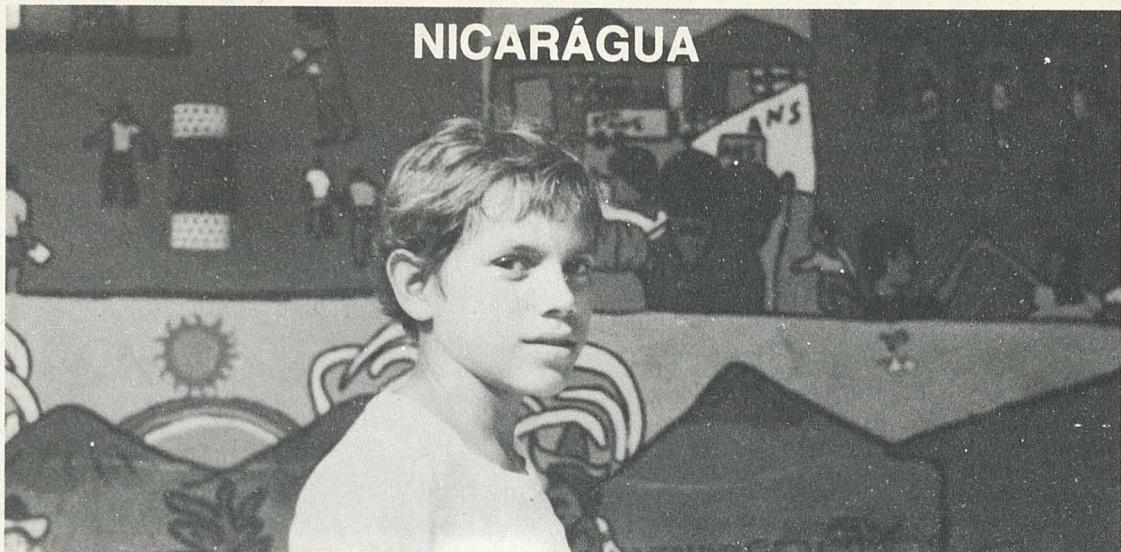
mesmo pelos seus mais fanáticos seguidores, como uma alternativa séria ao sistema.

Em termos de apoio de massa, a facção Panday continua a desfrutar da lealdade de um grande número de trabalhadores do setor açucareiro, mas as eleições de abril de 1980 revelaram o caráter precário desse apoio.

Hoje, admite-se que tanto o PNM como a ONR penetraram com êxito nas bases rurais, enquanto que os grupos da esquerda tradicional têm perdido o seu apoio.

Isso significa que o futuro da esquerda está, agora, firmemente nas mãos dos grupos mais autênticos e representativos. A confusão dos últimos anos confirmou, no mínimo, a necessidade e a urgência da criação de um partido que seja o verdadeiro representante da classe trabalhadora, sério, disciplinado e com objetivos e programa claros. Dada a sede popular de reais soluções à presente situação sócio-econômica, o que origina uma conjuntura explosiva, não há nenhuma razão para que um partido com essas características não possa ter o futuro nas suas mãos. □

NICARÁGUA



O embrião do novo homem

Herdeiras históricas do "coro de anjos" que acompanhou Sandino na sua epopéia de libertação e do menino-mártir Luis Alfonso Velásquez, as crianças nicaraguenses se organizam para a construção do homem do futuro na Nova Nicarágua

Roberto Bardini

A 27 de abril de 1979, em plena insurreição popular na Nicarágua, o menino Luis Alfonso Velásquez, o "Grilo", de nove anos de idade, recebeu um tiro na cabeça disparado pela Guarda Nacional. Depois, com uma já programada sanha assassina, o veículo em que viajavam os policiais passou por cima do cadáver. Não foi um crime a mais, cometido ao acaso. Há algum tempo, os somozistas seguiam os passos de "Grilo". É que o *cipote* — como são chamados os meninos na América Central — era um ativo militante da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Ele faria em julho, mês da vitória, dez anos de idade.

Um líder de nove anos

A breve e heróica atuação de Luis Alfonso Velásquez foi descrita posteriormente da seguinte maneira: "Foi um destacado dirigente estudantil. Por muito tempo esteve vinculado ao Movimento Secundário e participou da fundação e organização do Movimento Estudantil do Primário, do qual foi destacado líder. A sua figura pequena e franzina estava sempre presente nas principais jornadas de combate organizadas pelo povo para a derrubada da cruel tirania somozista. Em 1977, e com sete anos de idade, tomou parte na ocupação de igrejas e colégios, distribuindo

panfletos como correio e recolhendo dinheiro e comida para aqueles que permaneciam nas escolas. Nesse mesmo ano, trabalhou na campanha 'Natal sem presos políticos', chamando a atenção da juventude para a união à luta revolucionária. Fez 'pichações', integrou-se nas mobilizações e dedicou-se à propaganda da necessidade da insurreição. Nas ocupações de bairros, participou fazendo cartazes, lenços rubro-negros e recolhendo dinheiro para confecção de bombas. Ao lado dessas tarefas — que poderíamos qualificar de semi-legais — realizou trabalhos clandestinos de apoio, como os de vigilância e cobertura de retira-

das, lançando bombas na repressão".

Herdeiro de Sandino

A precoce militância de Luis Alfonso — que sintetiza a experiência de centenas de crianças nicaraguenses — faz lembrar um antecedente histórico: os quarenta e cinco *cipotes* que acompanharam Augusto Cesar Sandino durante toda a sua epopéia anti-imperialista. No seu clássico livro "Sandino, general de homens livres", Gregorio Selser cita o testemunho de um jornalista que descreve as tropas sandinistas da seguinte maneira: "Havia velhos de cabelos bastante encanecidos e posturas já alquebradas pela idade e rapazinhos de ares verdadeiramente infantis, de doze a quatorze anos, que levavam seus fuzis e seguiam com passo aguerrido a marcha da coluna".

Por outro lado, Abelardo Cuadra — um dos primeiros oficiais graduados da Guarda Nacional — no seu livro "Homem do Caribe" fala do "côro de anjos", "uma coluna formada por meninos órfãos de guerra a quem Sandino havia ordenado que fossem recolhidos para que não passassem fome pelas montanhas". Segundo Cuadra, a missão desses meninos (também chamados de *palmazones*) era "promover algazarra de gritos e barulho de latas e dar vivas a outros generais para dar a impressão de que chegavam reforços". E não eram só gritos: os rapazes utilizavam "terríveis bombas caseiras construídas com latas de conservas recheadas com pregos e pedras", que causavam enormes estragos entre os guardas nacionais.

Cinquenta anos mais tarde, Luis Alfonso Velásquez assumia — possivelmente sem o saber — esse legado histórico. "Estamos como pequenos animais, em condições sub-humanas. Devemos erradicar esse sistema", escreveu uma vez "Grilo". E morrem por

essa idéia. Hoje, a sua "figura pequena e franzina" é a bandeira da Associação de Crianças Sandinistas (ANS), que leva o seu nome.

O legado do "côro de anjos"

A Associação de Crianças Sandinistas é orientada por um Conselho Diretor Nacional integrado por militantes da Juventude Sandinista "19 de Julho". Esse Conselho controla e planeja todas as atividades educativas e de organização do agrupamento infantil, em coordenação com vários organismos amigos.

"Durante muitos anos a infância nicaraguense foi submetida à exploração, à miséria e à ignorância", explica a *cadernos do terceiro mundo* Ana María Morales, membro da Juventude Sandinista e secretária-geral do Conselho Diretor da Associação de Crianças Sandinistas. "Nossas crianças cresceram em um ambiente corrupto, em uma sociedade onde prevalecia o individualismo e o egoísmo, onde não eram preparados nem física, nem mental e nem socialmente nos valores próprios de que um ser humano necessita para a sua educação integral".

Em agosto de 1979, a somente um mês da vitória, um grupo

da Juventude Sandinista começou a se preocupar em dar às crianças nicaraguenses uma organização que respondesse às suas necessidades históricas. "Tratava-se de recolher o legado do 'côro de anjos' e do Movimento Estudantil do Primário", relata Marta Villareal, responsável pela Comissão de Organização da ANS. E acrescenta: "O desafio era dar uma resposta áquila de que as crianças tinham necessidade na etapa da reconstrução: organizarem-se para reivindicar essas necessidades próprias da infância, suas questões culturais, esportivas, cívicas e recreativas".

Os "punhos" e as "brigadas"

A Associação de Crianças Sandinistas trabalha nos bairros e nas escolas, impulsionando a cultura e o esporte e capacitando quadros intermediários e de base. Tanto nos bairros como nas colônias de férias e nas escolas, existem três estruturas de organização: o "punho", a "brigada" e o "coletivo". O "punho" é um grupo de cinco crianças; a "brigada" é o conjunto de três "punhos"; e o "coletivo" é a reunião de cinco "brigadas", ou seja, 75 crianças organizadas, mais cinco responsáveis de "brigadas" e um



Hoje, na Nicarágua, as crianças têm as suas próprias organizações

guia do "coletivo". Essas duas últimas estruturas recebem o nome de um herói ou mártir da revolução sandinista, ou ainda de lugares ou datas históricas.

Nos bairros e nas escolas existem diversos graus de responsabilidade: encarregados de "brigadas" chefes de estudos e trabalho, e chefes de ordem e limpeza. Dentro da escola, por exemplo, o chefe de estudos e trabalho tem a missão de "estimular

os seus pequenos companheiros para que se reúnam para o estudo das lições do dia ou da semana em seus "punhos" e, além disso, de orientá-los no respeito aos heróis da revolução, às cores nacionais, aos dirigentes e aos professores".

Henry Petrie, chefe da Comissão de Organização da ANS, nos diz: "A Associação acolhe todas as crianças nicaraguenses sem distinção de classes, religião ou

ideologia. Trabalhamos para educar os jovens nos valores sandinistas e procuramos devolver à infância a alegria e o direito de se formar através da educação. Em síntese, desejamos tornar realidade a palavra-de-ordem de José Martí: 'As crianças nascem para serem felizes...', um direito que Luis Alfonso Velásquez, o 'Grilo', não conheceu, assassinado aos nove anos de idade por lutar pela libertação da sua pátria". □

Os regulamentos das crianças sandinistas

Dentro da Associação de Crianças Sandinistas existem três categorias: os "mascotes", os "carlitos" e os "sementinhas". Integram a primeira categoria — em homenagem ao menino-herói Manuel de Jesús Rivera, morto em Diriamba — as crianças de 7 a 10 anos de idade que usam um lenço azul e branco, as cores da bandeira nicaraguense. Os "carlitos" (em homenagem a Carlos Fonseca, fundador da FSLN) são as crianças de 11 a 14 anos de idade que usam o lenço rubro-negro. E os "sementinhas" são as crianças com menos de sete anos, que não têm uma atuação orgânica dentro da ANS mas que participam das suas diferentes atividades. As duas primeiras categorias possuem os seus próprios regulamentos.



Os "carlitos"

Os "mascotes"

1. Os "mascotes" são bons amigos e querem ser como nosso companheirinho Manuel de Jesús Rivera.
2. São bons estudantes da Pátria, para serem no futuro os seus trabalhadores.
3. Cuidam da natureza e limpam as suas casas, suas ruas e seus bairros.
4. Amam e respeitam os seus pais, amigos e professores.
5. São bons amigos de todas as crianças do mundo e lutam ativamente pela paz e pela amizade entre todas as crianças do mundo.
6. Lêem e estudam a história da sua pátria e da luta do povo sandinista pela sua libertação.
7. São admiradores da música, da dança, do desenho e dos trabalhos artesanais.

Os "carlitos"

1. Os "carlitos" amam a sua pátria e a FSLN.
2. Estudam a história da FSLN, a vida de Augusto Cesar Sandino, Carlos Fonseca, Germán Pomares e demais mortos que lutaram pela libertação da Nicarágua.
3. São bons estudantes e amam e respeitam os seus professores.
4. Estudam as lutas das organizações infantis do mundo pela paz mundial e a solidariedade anti-imperialista.
5. São bons amigos e preocupam-se com os "mascotes", prestando-lhes o seu apoio e ajuda em todas as atividades da ANS.
6. Amam os trabalhadores, camponeses e operários, e participam da reconstrução da Nova Nicarágua.
7. Cuidam da natureza e limpam as suas casas, ruas e bairros.
8. Amam a limpeza e a saúde e praticam esportes.
9. São muito bons amigos das Milícias Populares Sandinistas e do Exército Popular Sandinista.
10. Não devem abandonar o seu lugar de trabalho.

AMÉRICA LATINA GUATEMALA

À espera de Reagan



As portas de uma nova recessão e a um ritmo de 12 assassinatos diários em 1980

Romeo Lucas García entra em 81 esperando que o novo presidente norte-americano o ajude na repressão

O café é a principal fonte de receita da Guatemala, seguido do algodão e do turismo. Os impostos cobrados por sua exportação ascendem a cerca de 30 milhões de dólares dos 90 milhões do orçamento oficial anual. O Estado da Guatemala vive hoje a fase do café. E, por isso, ao "deus" café ergueu-se um templo no Cafetal, o restaurante do Hotel Caminho Real: um pequeno moinho construído na Alemanha por Friedrich Krupp, que vem resistindo ao tempo desde 1889. Mas em 1980 ele começou a rachar-se com as

lutas operárias da costa sul e com a guerrilha fortalecida em Quiché, El Petén, na região centro-oeste e na capital.

De nada serviu o terror que quiseram impor semanas antes — à quinta-feira negra da Embaixada da Espanha —, com o assassinato de 39 pessoas, a maioria indígenas. Em fevereiro, houve uma greve histórica. Pela primeira vez desde 1972, conseguiu-se descongelar o salário mínimo, elevando-o para 3,20 dólares diários (186% de aumento). Ela também foi histórica pelo seu caráter de massa e seus métodos de

luta: aproximadamente 70 mil trabalhadores das lavouras de café, algodão e cana-de-açúcar inauguraram uma autodefesa na sua mobilização.

A autodefesa, armada e não-armada, começou a generalizar-se em setembro quando entraram em greve dez mil apanhadores de café da costa ocidental. Pode-se dizer que essa greve, juntamente com as ações das forças clandestinas e semiclandestinas em reorganização, foram os dois principais acontecimentos que caracterizaram o movimento operário da Guatemala em 1980.

AMÉRICA LATINA

O avanço das forças populares (a repressão, de maciça passou a ser seletiva, com o sequestro em dois meses de 44 dirigentes do Comitê Nacional de Unidade Sindical e da Central Nacional de Trabalhadores), tem também outra causa: a independência política do movimento operário alcançada em 1978 com o rompimento com a Confederação Latino-Americana de Trabalhadores (Clat), ligada à democracia-cristã. E essa autonomia que permite a um dirigente da CNUS, organismo unitário criado em 1976, dizer: "a partir dos grupos de choque e autodefesa que estamos desenvolvendo nas fábricas e fazendas, construiremos as futuras milícias insurrecionais, para instalar um governo democrático, popular e revolucionário".

Há ainda, sem dúvida, muito o que fazer. A CNUS reconhece que na cidade, onde o setor operário é minoritário em relação ao campo (quase 400 mil pequenos produtores se proletarizaram durante grande parte do ano), apenas 30% do proletariado está organizado.

Recessão à vista

"A economia do país entrou em crise", comentava em novembro o jornal direitista *Prensa Libre*. Apesar das tentativas do governo do general Lucas García em diversificar a agricultura e em desenvolver a indústria na chamada faixa transversal do norte, ali só se beneficiaram as transnacionais, como, por exemplo, a *Exmibal*, que explora o níquel sem pagar impostos desde 1978, por apresentar "perdas" constantes.

A greve de fevereiro e a comercialização do café a baixos preços no mercado internacional fizeram com que a burguesia pressionasse o governo, obtendo, assim, a isenção de impostos de exportação do café em grão, o que deve ter sido um duro golpe no orçamento oficial.

A solução de Lucas para tapar essa sangria foi a de aumentar a carga de impostos para os setores médios. Simples paliativos que não servirão de nada, ainda mais quando outros setores também experimentam uma regressão. A superfície semeada de algodão diminuiu; o turismo, este ano, decresceu em 60%; a fuga de divisas não pôde ser controlada e, nos primeiros meses de 1980, ela foi equivalente a quase 30% das reservas monetárias do Estado. Os Estados Unidos mantêm, desde agosto, o mercado fechado à carne guatemalteca.

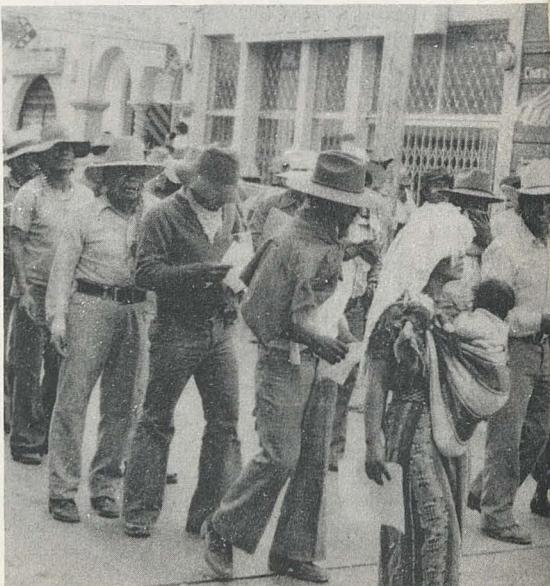
A essas cifras, bastaria acrescentar outras (o crescimento real da economia será reduzido a 3,5% e o déficit do Balanço de Pagamentos será quase igual ao orçamento estatal de 1979, de 80 milhões de dólares), para concluir que a Guatemala cairá numa aguda recessão em 1981. Pior que a de 1976, dizem os especialistas, que pôde ser salva pela reativação econômica derivada do terremoto daquele ano.

Em contrapartida a essa situação, os diferentes setores da burguesia unem-se no campo político. Esperam que a chegada de

Reagan à Casa Branca possa ser o seu salva-vidas. Por causa disso, entraram com dinheiro para financiar a campanha do candidato republicano, por meio da "Associação Amigos do País", que mantém estreitos vínculos com a equipe assessorada de Reagan encabeçada por Roger Fontaine. Um sintoma dessas expectativas foram as declarações nos dias anteriores às eleições nos Estados Unidos: nenhum meio de comunicação guatemalteco vacilou em identificar James Carter como "o outro perigo comunista" para a Guatemala.

Mas a burguesia vai mais além: prepara-se militarmente, cria seu próprio exército. O líder do Movimento de Libertação Nacional, herdeiro político do golpe que, em 1954, derrubou o governo progressista do general Jacobo Arbenz, garante contar com cinco mil homens treinados e armados. E, ainda, os altos comandos do exército não apenas são defensores da burguesia como também converteram-se em defensores de seus interesses (Lucas García, por exemplo, tem sete fazendas, no norte do país), o que supõe maior cuidado em sua mis-

O movimento operário cresceu muito em 1980 para desgosto da burguesia guatemalteca



**Com sólidas
raízes no movimento
camponês e urbano,
as organizações
guerrilheiras
sustentam abertas
seis frentes militares**



são. As Forças Armadas começam a manifestar sintomas da "guerra suja" em que estão envolvidas: a deserção da tropa (60 numa base de El Petén, 15 numa outra de San Marcos, ambas, zonas de atividade guerrilheira) e a resistência à chamada obrigatória, que figura como palavra-de-ordem número um em todas as organizações populares.

Aniquilado o centro político

Num determinado momento do ano passado, o Departamento de Estado pensou numa "solução à moda salvadorenha" para a crise da Guatemala, quer dizer, um governo democrático-militar. Mas esses planos, embora tenham fracassado em El Salvador, no caso guatemalteco não contam com a condição fundamental, pois a Democracia Cristã é politicamente insignificante. Ela desgastou-se nas três últimas eleições, apoiando candidatos militares. Além disso, foi muito enfraquecida pela repressão que, em 1980, assassinou uns 40 dirigentes seus.

Apesar disso, o líder da DC guatemalteca, Vinicio Cerezo, depois de uma vacilante política em 1980 em relação ao regime, decidiu passar para a Oposição: retirou seus deputados, fechou as sedes do Partido e começou a atacar o governo pela violação dos direitos humanos. Cerezo quis manter-se como "oposição centrista", embora esta tenha sido aniquilada, advertindo que a crise poderá levar a uma "guerra civil".

O governo de Lucas debilitou-se ainda mais pela renúncia, embora tardia, de seu vice-presidente Francisco Villagran Kramer, inconformado, também, com o desrespeito aos direitos humanos. Villagran Kramer também não representa uma possível saída centrista; sua principal fraqueza é que carece de força política.

Paralelamente a esse processo, foi-se dando o fortalecimento e a aproximação entre as organizações político-militares de esquerda. Com sólidas raízes no movimento camponês e urbano, o Exército Guerrilheiro dos Pobres, as Forças Armadas Rebel-

des, a Organização do Povo em Armas e o Partido Guatemalteco do Trabalho (núcleo dirigente, de tendência comunista), sustentam abertas seis frentes militares. Ilustra o seu poder político-militar, o fato de que o exército teve que colocar mais de 80% de sua força (outras versões indicam que teve de convocar os seus reservas) na guerra contra-insurreccional.

A situação apresentando-se dessa forma sugere que 1981 deve ser decisivo para a Guatemala. Por um lado, as quatro organizações, com coincidências estratégicas e uma coordenação militar já existente, conhecida por "quadripartite", comprometeram-se com a unidade, em maio último, e é provável que o anúncio formal de uma direção conjunta seja feito nos primeiros meses deste ano. Mas, por outro lado, Reagan parece decidido a dar todo o apoio necessário a Lucas e a seu regime: "além da ajuda militar e econômica, precisam sentir que não estão sós, abandonados", comentou a respeito o assessor Fontaine, numa entrevista publicada pelo *The Miami Herald*. □

EQUADOR



Roldós falando ao povo

Contra as velhas estruturas

O governo do presidente Roldós põe em prática um plano piloto de desenvolvimento na província mais atrasada do país

José Steinsleger

Em novembro de 1979, o governo do Equador, chefiado pelo presidente Jaime Roldós, tomou uma decisão que teve importante repercussão: descentralizar o escritório principal do programa de desenvolvimento Predesur (Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça) e transferi-lo para a cidade de Loja, capital da província do mesmo nome e que faz fronteira com o Peru.

A decisão de fixar em uma das regiões mais atrasadas do Equador e da América Latina uma estrutura disposta a transformar social e economicamente toda aquela zona, teve conotações políticas. São poucos no continente os casos em que o centralismo administrativo permite o desenvolvimento econômico geográfica e socialmente equilibrado de regiões isoladas dos centros de decisão política.

Subordinado à Direção Nacional de Planificação, o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Sul de Loja — Predesur — foi dividido em vários subprojetos, quatorze no total, que são os seguintes:

— *Subprojeto de Mini-irrigação da Província de Loja*: Loja é

uma província que requer um tratamento especial em relação ao resto do país. Seu relevo acidentado (perto de 50% da sua superfície territorial tem declives maiores que 35%); sua escassa rede hidrográfica, que corre em profundos vales; o acelerado processo de desertificação que avança a partir do Peru; a severa erosão e degradação do subsolo, produto, principalmente, da sua defeituosa utilização, como também das águas; o grande número de minifúndios (81% das unidades são inferiores a 5 hectares) e as práticas tradicionais de exploração agropecuária são, entre outros, os fatores que contribuíram para o bloqueio sócio-econômico da província e sua área de influência. O subprojeto de irrigação pretende o uso racional das pequenas vertentes de água, poços simples e precipitações atmosféricas mais ou menos abundantes na estação das chuvas. O subprojeto dará assessoramento constante aos agricultores sobre técnicas de irrigação, com a finalidade de elevar a produtividade das suas terras.

— *Subprojeto de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário*: orientado para o desenvolvimento agrícola e pecuário para uma

correta e eficiente utilização dos fatores de produção: terra, capital e trabalho. A utilização da terra será baseada em critérios técnicos e na experiência dos proprietários ou beneficiários do projeto. Serão propostas, além disso, práticas culturais, como a rotatividade de cultivos, uso adequado de fertilizantes, etc...

— *Subprojeto de Inseminação Artificial*: a prestação do serviço de inseminação artificial como método zootécnico de produção animal orienta-se para a melhoria do gado da área.

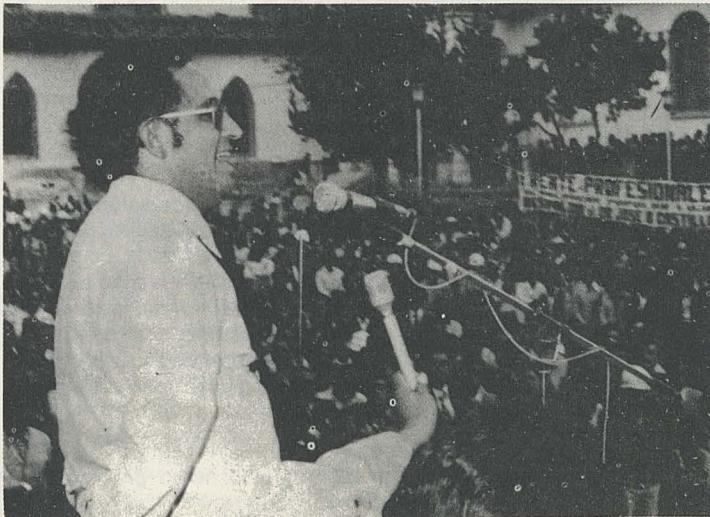
— *Subprojeto Florestal*: instalação de 2.500 hectares anuais de bosques durante quatro anos, com a finalidade de abastecer as necessidades regionais e/ou nacionais de lenha e madeira para serrarias; incorporação ao processo produtivo de terras marginalizadas, criação de fontes de trabalho, proteção e recuperação dos solos, regularização de cursos d'água e atenuação dos efeitos negativos do clima.

— *Subprojeto de Crédito*: crédito para as atividades agropecuárias, florestas artesanais, e para pequenas indústrias. Vinte mil famílias da província de Loja serão beneficiadas de forma direta.

— *Subprojeto das Pequenas Indústrias e Artesanato*: objetivos gerais — criar fontes de trabalho e melhorar o volume de emprego; criar e aumentar as rendas para estimular os níveis de consumo da população regional e os níveis de poupança e investimentos; substituir importações; canalizar a poupança pública e privada para a formação de capitais fixos.

— *Subprojeto de Infra-estrutura de Vias de Acesso*: meta — construir 275 quilômetros de estradas regionais, distribuídos nas diferentes subáreas, no espaço de quatro anos.

— *Subprojeto de Saneamento Rural*: execução da infra-estrutura



O engenheiro José Bolívar Vivanco: principal responsável pelo Predesur

ra sanitária básica, a fim de superar em parte a séria problemática do saneamento rural.

— Subprojeto de Experimentação Agrícola e Assistência Agropecuária: pretende-se atingir os seguintes objetivos: — transferência de tecnologia a ser aplicada em pequenos cultivos, em benefício do pequeno e médio agricultor; obter resultados com a finalidade de recomendar espécies ou variedades com melhor adaptação e rentabilidade em áreas específicas; detetar as melhores possibilidades para o aproveitamento racional dos recursos naturais.

— Subprojeto de Educação: através de um convênio com o Ministério da Educação é mantido o Programa de Educação Rural por nuclerização, que rompe com os moldes clássicos da educação formal. Procura-se a formação teórica e prática em função do aproveitamento dos recursos existentes, segundo a sua vocação e dotação naturais, sem

prejudicar as matérias de cultura geral, mas enfatizando os aspectos da formação prática da população. O subprojeto prevê a construção e equipamento de cem salas de aula no meio rural.

Loja, veia aberta do Equador

Uma das principais críticas que se faz no Equador ao Plano Nacional de Desenvolvimento, é que ele chegou tarde à História desse país. A sua inviabilidade estaria radicada, precisamente, no processo de concentração do capital e da riqueza em poucas mãos, que tornariam improváveis os objetivos reformistas propostos para a resolução das condições de atraso secular que sofrem milhões de equatorianos.

A província de Loja, localizada no sul e margeando a explosiva fronteira com o Peru, é uma região que o desaparecido sociólogo brasileiro Josué de Castro teria qualificado "de emergência", tal como fez no caso do nordeste do seu país.

Os **cadernos do terceiro mundo** percorreram os intransitáveis caminhos da zona, às vezes em lombo de mula, e de certo modo descobriram essas terras assoladas há meio século pelo caudilho Naún Briones, hoje imortalizado pela extraordinária novela *Pólvora e Ceniza*, do escritor Eliécer Cárdenes.

Visitamos também o povoado de Cariamanga, centro nevrálgico (e praticamente um extraterritório) do tráfico de drogas provenientes do Peru. Em Cariamanga não há água, não há drenagem, não há asfalto e não há o mínimo indispensável para garantir o desenvolvimento social e econômico de um povo. Em Cariamanga há, no entanto, *Mercedes Benz* e *BMWs* do último modelo, cujos proprietários costumam apostar vinte mil dólares no melhor galo de briga durante a temporada de rinhas.

Em uma dessas viagens, trocamos algumas palavras com um grupo de camponeses raquíticos

Um desafio

□ O engenheiro José Bolívar Castillo Vivanco é o principal responsável pelo Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, Predesur. Ele está consciente de que um projeto como o que se pretende pôr em prática na província de Loja implica um desafio, pois se não se atua com eficiência, os resultados podem não ser os esperados.

"Os problemas de desenvolvimento e integração sempre serão um desafio para os homens e para a própria natureza que se quer transformar", afirma, reconhecendo que, em Loja, pelas terríveis desigualdades sociais, "os desequilíbrios não permitem uma via de desenvolvimento capitalista". Por essa razão, tanto ele como os técnicos que trabalham no projeto coincidem na opinião de que Loja tem as características mais propícias à aplicação do modelo de desenvolvimento definido.

"Acreditamos no desenvolvimento, mas inserido em um processo de mudança integral: econô-

mico, político e social", afirma o engenheiro Castillo Vivanco, destacando que "temos que atacar em sua raízes os problemas da miséria e marginalização que afetam as grandes maiorias".

Ele define, entre as prioridades do projeto, a necessidade de incorporar as grandes maiorias — e em especial os marginalizados — aos mecanismos que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas. E fala de "planificação induzida", entendendo por isso a execução de ações concretas e imediatas, sem improvisações.

Consultado sobre o tipo de relacionamento que o Predesur tem com as organizações populares que existiam na província antes da instalação do projeto, o engenheiro Castillo Vivanco revelou que "coordenam-se com elas para facilitar os objetivos", e que nas conversações com os setores marginalizados, tentam compenetrá-los da necessidade de se incorporarem ativamente a todas as atividades.

"Confiamos — disse — nos recursos humanos e naturais com que conta o nosso povo. E esse processo impedirá que a riqueza e o poder se concentrem em poucas mãos".

que carregavam um pesado féretro. "E por que não o enterram no povoado?", perguntamos. A resposta foi prolixia e ricamente detalhada. Em síntese, o pároco local não permitia, sob a pena de que o infeliz falecido fosse para o inferno. Deviam enterrá-lo junto à igreja, a vinte quilômetros de onde viviam. Naturalmente, a diferença entre uma e outra zona nada tinha a ver com o inferno ou paraíso, mas sim com os 200 sucrens (7 dólares) com que deviam pagar o enviado de Deus para obter a graça divina.

Os críticos do Plano do Conade, no qual se acha inserido o projeto Predesur perguntam-se, até quando será possível impulsar as reformas se os mecanismos de poder permanecem intactos, e se os grupos privilegiados continuam a ter a possibilidade de neutralizar e até suprimir os conteúdos antioligárquicos do Plano.

O vice-presidente Osvaldo Hurtado assegura em todo caso que o peso da execução do plano quinquenal não recairá sobre os setores menos favorecidos, mas sim sobre as camadas médias e altas. Mas, no início do mês de fevereiro passado, o próprio Hurtado reconheceu que ainda não havia consenso nacional sobre os fins e objetivos do plano, especialmente nos aspectos energético, agrícola e industrial.

Ataques da iniciativa privada

O setor privado, está claro, ataca quando pode as linhas do Plano do Conade. A Federação Nacional de Câmaras de Industriais opina: "O plano é um conjunto de boas intenções que sempre estiveram presentes entre os cidadãos; mas trata-se de objetivos impossíveis de serem alcançados a médio prazo".

As organizações populares de esquerda questionam no Plano o fato de que ao setor privado caberá o papel principal no de-



senvolvimento industrial, ficando inalterada a poderosa oligarquia serrana.

Nesse quadro, o projeto Predesur será aplicado em uma zona do país onde os camponeses subsistem no plano meramente biológico, quando conseguem, e em um território onde praticamente não existe tradição de organização popular, mas já aconteceram explosões rebeldes, sufocadas pelo Exército e pelos latifundiários.

Os subprogramas constituem de fato um desafio transcendental. De início, fala-se de algo que

é essencial: infra-estrutura em todos os aspectos e apoio decidido aos projetos agroindustriais. Se os técnicos e sociólogos do Predesur conseguem levar adiante até as suas últimas consequências o programa, dentro do que ele denominam "democracia de participação", os mecanismos tradicionais do velho poder oligárquico e o estilo caudilhista, que existe desde séculos, sofrerão a ruptura da sua coluna vertebral. Em caso contrário, a História será repetida, com o saldo pouco estimulante de frustração e tragédia para aqueles que anseiam pela grandeza do Equador. □

ÁFRICA
GUINÉ-BISSAU

E agora?



Nino Vieira (à esquerda) e o Conselho da Revolução

As principais razões que teriam motivado o comandante-de-brigada Nino Vieira a encabeçar o golpe que derrubou o presidente Luís Cabral. O perigo de um diálogo interrompido entre militantes do mesmo partido, o PAIGC

Baptista da Silva

A partir dos acontecimentos que levaram à deposição do ex-presidente Luís Cabral e que fizeram emergir como principal figura política o comandante-de-brigada João Bernardo Vieira (Nino) — que exercia até então o cargo de Comissário Principal (primeiro-ministro) —, uma pergunta continua em questão: para onde vai a Guiné-Bissau?

Quando, três dias após o golpe de Bissau, o presidente cabo-verdiano Aristides Pereira, na sua qualidade de Secretário Geral do PAIGC, força dirigente nos dois países, afirma que a ação dos revoltosos fora um "duro golpe" e que "os golpes de Estado nunca foram método do PAIGC", acusando Nino Vieira de indisciplina partidária, é evidente que se acha com a razão. Mas, mais importante e revelador será indagar das razões que levaram João Bernardo Vieira a optar pelo golpe, usando para isso da força das armas. O próprio Nino, desde muito jovem, se fez e se educou dentro do PAIGC e acabou por tornar-se, ao longo dos doze anos de luta armada, um dos mais (se não o mais) prestigiados chefes militares guineenses.

Nino Vieira, alguns dias após o golpe vitorioso, afirmaria a alguns correspondentes da imprensa estrangeira que foram a Bissau, que o "recurso às armas não foi porém a via mais fácil" e que o 14 de Novembro só se explicaria por terem sido "bloqueadas todas as possibilidades de discussão e diálogo".

Que, depois do golpe, os seus autores o venham reivindicar apenas como "um reajustamento" e garantam perante a opinião pública internacional o seu apego aos princípios do PAIGC e às resoluções do último congresso do partido, o terceiro, confere aparentemente credibilidade à sua explicação para o recurso à força: o bloqueamento do diálogo

go com o presidente Luís Cabral, por isso afastado.

Mas para quem, de algum modo, contatou de perto o ex-presidente Luís Cabral, ou mesmo dele apenas guardava a imagem transmitida pelos grandes meios de comunicação de massas, dificilmente poderá caracterizá-lo como um personagem despótico. Pelo contrário.

Fácil porém será reconhecer que ao longo desses seis anos de independência — deliberadamente ou não —, Luís Cabral foi concentrando em suas mãos muita da esfera do poder. Existem observadores que explicam essa concentração de poderes, em grande parte, pela sua própria figura de estadista prestigiado e, por outro lado, pela relativa falta de preparação de outros quadros. Quase unânime é a opinião que atribui ao ex-presidente Luís Cabral uma firmeza de princípios apenas verbal, sem tradução na prática, e a cobertura que dava a responsáveis por importantes setores da atividade eco-

nômica que no interior do Partido eram duramente criticados.

O PAIGC e o aparelho de Estado

Aceitemos ou não essas explicações, o decorrer desses seis anos desde a independência da Guiné-Bissau levam a concluir que, nesse país, o PAIGC, apesar de manter intato o prestígio adquirido na longa guerra de libertação, foi progressivamente se "esvaziando" no interior de um aparelho de Estado em grande parte herdado do regime colonial.

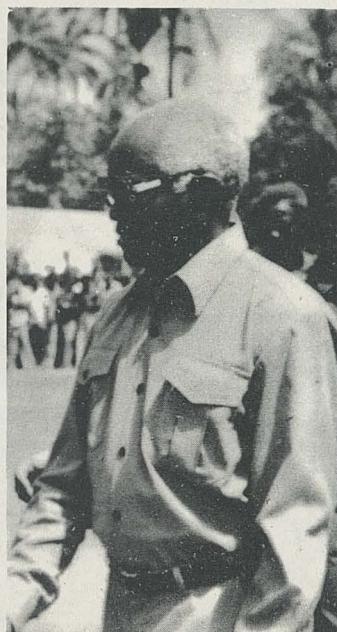
Ao longo desse tempo, as organizações de massas — trabalhadores, mulheres, juventude — foram igualmente perdendo o extraordinário vigor demonstrado nos eufóricos tempos da chegada a Bissau dos dirigentes máximos da luta.

Esse visível "esvaziamento" do ramo da Guiné do PAIGC na máquina do Estado e a aparente desmobilização das organizações de massas poderão ser explicadas, em certa medida, pelo excesso de centralismo "administrativo" imputado ao principal responsável pela organização do Partido até os acontecimentos de novembro — José Araújo — que se imporia mais como "controlador" do aparelho do que pela sua ação ideológica.

Quando não há arroz...

Mas, em última análise, será na deteriorada situação econômica por que passa a Guiné-Bissau que terão de ser procuradas as causas determinantes que estiveram na origem do desencadear do golpe. Crise não apenas conjuntural (ela assenta em distorções de estrutura de fundo) e extraordinariamente agravada, desde julho passado.

Desde a independência, os responsáveis de Bissau nunca haviam sido capazes de resolver o prioritário problema do país: atingir a auto-suficiência alimentar para a qual, é, e continuará a



Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde

ÁFRICA

ser, determinante o arroz, base da dieta das populações.

O próprio golpe dá-se numa altura do ano — o fim da época das chuvas — em que as carências alimentares são mais sentidas pelas populações, com a falta de legumes e o esgotamento dos estoques de arroz, uma vez que a nova safra só se inicia com o começo da estação seca.

O déficit anual de 50 mil toneladas de arroz, entretanto, via-se agravado, nas previsões para o próximo período econômico, em mais de 20 mil toneladas. E as contribuições concedidas por países e instituições estrangeiras nessa matéria, apenas preenchiam as lacunas e, de forma irregular, as situações de ruptura.

Mas não resolviam a questão de fundo.

A insuficiente produção de arroz nacional se deve em grande parte à terrível seca que, desde há alguns anos, atinge a zona do Sahel e que progressivamente tem feito sentir seus nefastos efeitos sobre territórios de latitude mais ao sul, afetando desse modo também toda a Guiné-Bissau. Mas, há que reconhecê-lo: até agora nunca foram empreendidas medidas de fôlego no campo da agricultura e da hidráulica tendentes a solucionar essa dupla calamidade — os efeitos da seca e a consequente carência alimentar das populações.

Imediatamente após a independência, o ex-presidente Luís

Cabral afirmaria: “Os nossos camponeses, que representam 99 por cento das nossas Forças Armadas, serão os primeiros beneficiários...”. O futuro porém iria desmentir essa afirmação, apesar de, em 1977, o PAIGC, durante o seu 3º Congresso, ter proclamado a agricultura como “a primeira prioridade” que “servirá de base para o nosso desenvolvimento nessa fase de transição, devendo permitir a necessária acumulação de riqueza para o lançamento, no futuro, da própria industrialização”.

A prática governativa, porém, afastava-se desmesuradamente dessas opções. Basta dizer que o orçamento para 1980 atribuiu ao Desenvolvimento Rural apenas 5,14 por cento do total das des-



A seca atingiu seriamente a produção de arroz: o déficit anual é de 50 mil toneladas

pesas de investimento no país. Citando o provérbio, quase se poderia dizer que a "carroça ia à frente dos bois..."

Daí que Nino Vieira, em declarações recentes, se tivesse mostrado extremamente duro nas críticas que fez às medidas econômicas até então seguidas, afirmado que tinham sido construídas "coisas só para enfeitar o país", apontando, entre essas coisas, "a unidade agroindustrial do Cumeré, a auto-estrada em construção que liga Bissau ao aeroporto de Bissalanca, e o novo "liceu" da capital. As fábricas de ar líquido, de automóveis e de sucos Titina Silá foram outros tantos empreendimentos alvos de controvérsia interna, sobretudo na medida em que, alguns deles, teriam sido aprovados à revelia do próprio Comissariado da Coordenação Econômica e Plano. Além do derrame insensato de divisas que provocaram — num país que delas tanto carece —, esses projetos tendiam a perpetuar perigosamente a dependência do exterior, passando a colocar-se em questão, com todo cuidado, o próprio tipo de desenvolvimento até então adotado.

O descontentamento dos militares

Razão determinante do golpe foi o descontentamento dos militares, de que o Comissariado dos Combatentes da Liberdade da Pátria seria o receptáculo. O fato de o próprio Comissário, Paulo Correia, ter assumido o comando operacional no dia 14 de novembro, é prova evidente disso.

Assim como a grande maioria da população, os elementos das Farp sofriam as consequências da crise econômica, os seus magros soldos não cobriam o espetacular aumento do custo de vida (entre 1975 e meados de 1979, a inflação atingiu os 113 por cento) e muitos dos que tinham procurado meios de sub-

sistência na sociedade civil, acabavam, frustrados, por solicitar a reintegração nos quartéis.

A redefinição da hierarquia militar e a imposição de patentes (1), veio agravar ainda mais o descontentamento gerado em al-

(1) A cerimônia oficial de imposição de patentes aos oficiais e sargentos das Farp decorreu em Cassacá — junto à fronteira com a República da Guiné-Conári — a 17 de fevereiro de 1980, na comemoração do 16º aniversário do 1º Congresso do PAIGC.

guns setores das Farp, já que — alegavam — muitas dessas promoções apenas teriam explicações em critérios de "promoção política" não exprimindo, em alguns casos, as responsabilidades exercidas durante a luta nos campos de guerra. É nesse sentido que terão de ser interpretadas as declarações de Nino Vieira, proferidas durante uma visita às unidades intervenientes no golpe, ao longo das quais o agora presidente do Conselho da Revolução (órgão criado no rescaldo dos acontecimentos de 14 de no-

Nino Vieira: fidelidade aos princípios de Amílcar Cabral



"Com o Movimento reajustador de 14 de novembro, o povo guineense deu, uma vez mais, provas da sua consciência, do seu engajamento político e da sua vontade de se manter na via justa dos princípios traçados por Amílcar Cabral", declarou o comandante-de-brigada Nino Vieira aos jornalistas do "Jornal de Angola" que se deslocaram à Guiné-Bissau para analisarem a nova situação política criada naquele país.

Durante o encontro com os jornalistas angolanos, o líder guineense afirmaria ainda que os mesmos combatentes das Farp que se haviam batido contra o colonial-fascismo "tiveram — agora, após a independência — que proceder a um reajusteamento para estabelecer a justiça social e abrir o caminho à construção de uma pátria forte, unida e progressista".

Na mesma ocasião, o presidente do Conselho da Revolução guineense dirigiu uma mensagem ao povo angolano, onde, além de salientar o passado de luta em comum dos dois povos, considera "estarem reforçadas ainda mais as condições para que se estreitem os laços de solidariedade militar" entre os respectivos Partidos e países. Concluindo:

"Unidos seremos mais fortes e estaremos seguros de que a vitória é certa."

AFRICA

vembro) prometeu corrigir os critérios de favoritismo.

Um Estado corrupto?

Em relação à corrupção, apontada pelos novos dirigentes como uma situação a que o golpe de novembro pretendeu pôr fim, não existem indícios suficientes para pensar que ela seria prática generalizada tal como o é em muitos países da África ainda na órbita do neocolonialismo. No entanto, eram relativamente numerosos os casos julgados no Tribunal de Bissau em que os motivos da acusação eram o abuso de confiança ou desfalque.

Mais evidente e escandalosa seria, sim, sobretudo para os 110 mil habitantes da grande Bissau, uma certa *dolce vita* que caracterizava o cotidiano de alguns comissários e altos responsáveis do Partido — e, reconheça-se, não apenas alguns dos agora caídos em desgraça —, em contraste chocante com as dificuldades por que passava a grande maioria da população e com a frugalidade que os anos de guerra nas matas do país impuseram.

Era igualmente criticado um certo “compadrio” que o ex-presidente Luís Cabral evidenciava na designação de alguns familiares para importantes cargos nas empresas do Estado. Nessas designações, afirmava-se, os critérios de idoneidade técnica não eram levados muito em conta.

A Segurança: um Estado dentro do Estado?

Por último, há o caso do peso e da onipresença adquirida pela Polícia de Segurança do Estado, cujo principal responsável — Antônio Buscardini — viria a morrer na própria noite do golpe.

Embora não se possa dizer que a Guiné-Bissau fosse um Estado policial, a Segurança tinha, contudo, adquirido crescente importância e assumiu facetas



Luiz Cabral: princípios não traduzidos na prática

cada vez mais autoritárias, cujas causas não serão estranhas ao próprio evoluir da crise econômica e social que grassava no país. A exemplo de outros países da África, a existência de uma forte e treinada polícia do Estado — que o salvaguardasse dos perigos internos e externos e que colocasse o regime a salvo das desestabilizações — era entendida pelas autoridades do país, até 14 de novembro último, como uma necessidade básica. O perigo inherent à existência de qualquer dessas polícias — até pelo semi-secretismo em que necessariamente têm que atuar — é que, ao longo do tempo, se passem progressivamente a autonomizar como força de repressão, acabando por furtarem-se ao controle coletivo do Partido. E isso, pelas próprias razões já apontadas, terá de fato acontecido na Guiné-Bissau, onde a Segurança passou a ser uma força temida pelo povo e até por dirigentes do PAIGC.

A “gota dágua”

Na complexa e difícil situação que se vivia (e vive) na Guiné-Bissau, e da qual este artigo não dá senão os contornos, a discussão da nova Constituição — processo que decorreria em paralelo ao de Cabo Verde — foi a “gota dágua”.

Ao contrário do que estabelece a Constituição cabo-verdiana, o projeto institucional em discussão na Guiné pretendia consagrar a concentração de poderes em Luís Cabral — que passaria a exercer os cargos de Chefe do Estado, Chefe do Executivo e Comandante Supremo das Farp. Esse diploma não impunha, por outro lado, a necessidade da nacionalidade guineense para o desempenho dessas funções, o que não era o caso em Cabo Verde, onde, para ser Presidente da República, é exigida a nacionalidade cabo-verdiana.

Outro dos pontos de atrito resultou da consagração da pena de morte no texto da lei fundamental guineense.

Segundo apuramos, a discussão do projeto criou tal tensão e mal-estar — os pontos sistematicamente criticados eram os três já mencionados — que, mesmo depois da sua aprovação na Assembleia Nacional Popular, presentia-se que “alguma coisa” poderia vir a acontecer.

O próprio Nino terá pessoalmente entendido o projeto de Constituição como uma tentativa de relegá-lo para um papel político de segundo plano, o que o teria motivado decisivamente para a ideia do golpe. Pelo que se julga, há muito ele já vinha sendo aliciado para esse tipo de ação, mas sempre se recusara, por considerar não estar esgotada a via do compromisso negociado.

O futuro causa apreensão

As versões desencontradas que as grandes agências noticiosas deram do golpe, insuficientemente esclarecedoras, bem como as contraditórias declarações atribuídas aos membros do novo Conselho da Revolução ou aos seus quatro assessores civis, inquietaram todos aqueles que mais de perto acompanhavam o

processo político naquela antiga colônia portuguesa e nele depositavam alguma esperança.

As notícias que davam conta de perseguições a cabo-verdianos e de discursos contra a unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde — posteriormente atribuídos ao negativo trabalho dos responsáveis pela Rádio Nacional na sequência dos acontecimentos — levaram legítimas interrogações na opinião pública mundial e criaram traumatismos, ainda hoje não superados, nos militantes do PAIGC cabo-verdiano.

Informações posteriores, relatando a detenção de um número importante de oficiais — alguns de inegável prestígio — que, assim como Nino e os militares das Farp agora no poder, passaram pelos mesmos sacrifícios durante

todos os anos da luta armada, e em que alguns deles chegaram a ser gravemente feridos, vieram ampliar ainda mais essas apreensões.

A guerrilha verbal, instalada nos primeiros dias entre Bissau e Cabo Verde, veio adensar ainda mais esse panorama, pondo, aparentemente, em perigo quer a existência do PAIGC como força dirigente dos dois países, quer a unidade entre os dois Estados e povos — projeto pelo qual Amílcar Cabral tanto se bateu e pelo qual acabou por morrer, assassinado.

O processo tem riscos inerentes...

Fontes guineenses asseguraram-nos que a esmagadora maioria dos militantes do PAIGC (e

entre estes se encontrariam até os responsáveis das Farp agora no poder) condenam o golpe enquanto método político de atuação, e só o justificam pela situação a que se tinha chegado, que, consideram, "era insustentável".

Seja como for, o golpe do passado dia 14 de novembro veio abrir um perigoso precedente... E Nino e os seus camaradas têm, ao que parece, consciência disso.

Contradições mais claras

Até hoje, porém, as novas autoridades de Bissau não apresentaram ainda qualquer projeto político, econômico e social, estável e coerente, que dê perspectivas à dinâmica futura do processo iniciado com os acontecimentos de novembro. Podendo, eventualmente, vir a correr-se o perigo de, tanto por parte de Bissau como de Cabo Verde, designarem-se alguns "bodes expiatórios", evitando quer num país quer noutro, quer no seio do PAIGC como um todo, assumir-se a autocrítica de erros porventura cometidos em passado próximo por ambas as partes. Certos setores progressistas da África e do continente europeu interrogam-se pelo fato de coexistirem, hoje, na chefia do Estado guineense, personalidades que esses mesmos setores apontam de diferentes "sensibilidades" e até defensores de divergentes "projetos". E para um observador mais atento não será difícil constatá-lo; o que nos leva a concluir que muitas das contradições anteriores ao golpe de 14 de novembro continuam a subsistir e, de algum modo, estarão hoje mais claras. A sua superação, porém, só poderá ser encontrada no próprio processo decorrente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde e no diálogo democrático no seio do PAIGC, que os autores do golpe consideravam "bloqueado". Fato esse que, segundo eles, os motivou prioritariamente ao "reajuste" pela força. □

Diálogo necessário

Pouco transpareceu das conversações mantidas em Bissau, durante a primeira semana de dezembro, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, respectivamente Paulo Jorge, Joaquim Chissano e Maria Graça Amorim, e as novas autoridades guineenses saídas do golpe que derrubou o ex-presidente Luís Cabral. Recorde-se que esta delegação de alto nível se deslocou à capital guineense a mando da reunião de cúpula de Chefes de Estado de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, realizada em Luanda no dia 2 de dezembro. Objetivo principal da Reunião de Cúpula: "análise do golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau e das suas implicações na vida do PAIGC, assim como as incidências sobre as relações" entre os cinco países.

As conversações entre aqueles dirigentes africanos e os elementos do Conselho da Revolução guineense teriam decorrido em ambiente fraternal, o que levou a que fossem resolvidos os ressentimentos por parte das autoridades da Guiné-Bissau pelo fato de não terem sido convidados ou, pelo menos, ouvidos antes da Reunião de Cúpula de Luanda.

Além de se inteirarem da situação decorrente dos últimos acontecimentos registrados na República da Guiné-Bissau e terem transmitido às autoridades locais as preocupações dos seus respectivos presidentes, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe teriam solicitado aos membros do Conselho da Revolução guineense a rápida libertação do ex-presidente Luís Cabral, bem como de outros dirigentes e militantes do PAIGC aprisionados no decorrer do golpe.

ANGOLA

VIVA O INTERNACIONALISMO

Um novo avanço: o poder popular



No meio de dificuldades herdadas do colonialismo e de uma permanente guerra de agressão, os angolanos conseguem um êxito histórico: institucionalizam o seu processo revolucionário

Luis Henrique

O problema de institucionalização do poder político nos novos Estados que emergem do colonialismo não é de fácil solução. A menos que se projete tão somente estabelecer caricaturas de representação popular, à medida dos interesses neocoloniais.

Em geral, a herança do colonialismo é a marginalização social e essa é incompatível com a representação política. Analfa-

betismo, caciquismos, alheamento aos problemas nacionais e mesmo regionais são dados de uma realidade que não pode ser transformada de um dia para o outro.

Analizando-se o panorama político africano, se verifica que não são iguais as situações. Implantando o seu domínio sobre outros fatores de poder, os ingleses deixaram nas suas ex-colônias algum tipo de experiência eleitoral, embora limitada e pouco

representativa. O mesmo não ocorreu com as nações dominadas pelos franceses, os belgas, os alemães e, particularmente, os portugueses.

A transformação de velhas sociedades coloniais não foi, assim, fácil aos regimes progressistas implantados com a independência e cuja meta política fundamental era a incorporação das grandes massas marginalizadas ao poder nacional.



Os êxitos alcançados nesse campo em países como Tanzânia e, mais recentemente, Moçambique e Angola devem ser analisados como o resultado de decisões muito firmes e de uma prática consequente no sentido de institucionalizar o poder popular após séculos de dominação colonial.

A experiência de Angola

A mais recente conquista angolana nesse terreno foi a eleição das Assembléias Populares Provinciais e da Assembléia do Povo, a nível nacional realizada o ano passado, em um período marcado por grandes transformações institucionais, que culminaram com a realização, em dezem-

bro último, do Primeiro Congresso Extraordinário do Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido do Trabalho (MPLA - Partido do Trabalho).

Se é verdade que os fundadores do MPLA, sobretudo o seu grande líder, presidente Agostinho Neto, sempre deram prioridade à representação popular no poder, a tarefa de concretizá-la não foi fácil, no contexto de uma complexa transição do colonialismo à independência, com duas guerras de libertação, *putches* fracionistas e, por último, a resistência à agressão armada sul-africana. As Comissões Populares de Bairro, as Assembléias de Moradores e outros modelos de agrupamento e representação locais já vinham sendo incentivados com maior ou menor êxito.

A própria guerra de libertação esteve sempre muito ligada à mobilização das massas e à sua organização. Nas áreas libertadas, uma das primeiras preocupações do MPLA era estabelecer determinadas estruturas de participação popular. No resto do país, mesmo onde a guerra se desenvolvia ou era maior o domínio militar colonialista, o MPLA conseguia chegar às menores comunidades, seja através de mobilizações por reivindicações concretas ou simplesmente seguindo as palavras de ordem da "Angola Combatente", o serviço de rádio do Movimento, instalado durante longo tempo em Brazaville.

Assim, quando em 1974, os primeiros contingentes retornam, sob o comando de Lúcio Lara e outros dirigentes do MPLA, o povo estava nas ruas para recebê-los, mobilizado através da atuação secreta das células revolucionárias. E que dizer do triunfal regresso do presidente Neto a uma Luanda ainda sacudida pela guerra? A organização que orientou essas manifestações coletivas já continha os embriões da estrutura popular.

A partir de 1976

"Logo depois da independência, tornava-se claro que não podíamos avançar para o socialismo sem que o país pudesse trabalhar de maneira consciente, sem que as massas tivessem não apenas a oportunidade de discutir os seus próprios problemas e os problemas do país, mas que conquistassem as condições de influir na conduta do Movimento e do próprio governo", ressalta Bernardo de Souza, coordenador-adjunto do Secretariado da Comissão Nacional Preparatória da instalação do Poder Popular. A importância atribuída a esse órgão e à sua tarefa pode ser medida pelo fato de que o Coordenador é o próprio presidente do MPLA - Partido do Trabalho e da República, José Eduardo dos Santos.

Bernardo de Souza recorda as experiências de organização popular realizadas em 1976 em Luanda, Benguela e Cabinda, além de outras províncias, estimuladas pelo empenho do presidente Neto em fazer do MPLA um real instrumento da vontade consciente do povo. Dificultadas pela guerra e também pelo "fracionismo" que já atuava no Movimento, culminando com a tentativa de golpe de 1977, aquelas experiências não puderam então continuar, superadas por prioridades maiores não só no campo da segurança e da defesa do país como das exigências da reconstrução.

O trabalho de institucionalização revolucionária avançou por etapas mas muito firmemente. Seja no Primeiro Congresso do MPLA, na constituição da Juventude do Movimento (J.M.P.L.A.) ou no Movimento de Retificação, lançado a partir de 1978, em todas essas iniciativas estava presente a idéia central da institucionalização do Poder Popular. Havia o desafio de fazer entender pelas massas a diretiva ideológica e política do presidente Agostinho Neto. "Quando fa-

AFRICA

lamos na aliança operário-campesina, falamos da democracia popular e do socialismo", nos dizia Bernardo de Souza. "E a democracia popular se baseia precisamente na participação das massas, militantes e não-militantes do Partido, para que possam atuar na solução dos nossos problemas".

Duas instituições fundamentais

Como corolário de todo esse trabalho, Angola conta hoje com a Assembléia do Povo e as Assembléias Populares provinciais. Além das experiências nacionais e de estudos específicos, inclusive os da Escola do Partido, também foram realizadas observações em países amigos, como Moçambique, Argélia, Cuba, Benin, União Soviética, Guiné-Conacri, República Democrática Alemã, Bulgária.

Documentos de trabalho, analisados e aprovados pelo Birô Político e o Secretariado do Comitê Central foram elaborados e distribuídos, cobrindo toda uma gama de iniciativas políticas e medidas administrativas necessárias aos atos de preparação da eleição.

No meio desse imenso esforço nacional para institucionalizar o poder, desaparece o presidente Neto, um fato que traumatizou profundamente a nação angolana. Mas, a partir daí, o desafio era ainda maior: realizar a palavra-de-ordem do máximo dirigente que sempre deu uma alta prioridade à organização e participação das massas populares no processo revolucionário e na condução do Estado.

"Foi realmente admirável, nos diz Bernardo de Souza, a cooperação de todos os membros do Partido e também de muitos compatriotas que ainda não estão filiados partidariamente. As organizações de massas e a nossa Juventude atuaram com entusiasmo, com uma nítida

consciência revolucionária e uma perfeita compreensão dos objetivos traçados".

Além dos múltiplos seminários nas províncias, foram realizados outros de natureza inter-provincial, em Huambo, abrangendo as províncias do centro e do sul em Uíge, às do norte.

Eis alguns temas dos seminários: a criação dos órgãos do Poder Popular, conteúdo e tarefas das novas instituições, o papel dirigente do Partido, as relações entre os órgãos dirigentes do Poder Popular e o aparelho do Estado, deveres e direitos dos Deputados, como preparar as assembleias de sensibilização e como mobilizar as massas para apoio à criação e funcionamento do Poder Popular. A própria Lei Constitucional foi alterada para atender às novas instituições. Esse trabalho foi realizado pelo

Departamento de Estudos Jurídicos do Partido, depois de analisado e discutido profundamente pelo Birô Político e o Secretariado.

Angola era uma nação mobilizada para um objetivo fundamental e no meio de um esforço global para defender as fronteiras nacionais.

Um trabalho positivo

"Sabemos que foram cometidos erros e que houve falhas no nosso trabalho", acentuou o dirigente Bernardo de Souza. "Era, para nós, um processo novo, uma experiência complexa. Mas, no seu conjunto, consideramos que o trabalho foi positivo. Estamos satisfeitos."

E como se processavam as eleições?



Além das experiências nacionais e de estudos específicos, também foram realizadas observações em países amigos

— A eleição em geral foi caracterizada pelo seu espírito democrático. Assembléias populares — 300 ou 400 delegados, conforme a densidade demográfica e as condições sócio-econômicas — conferências provinciais que elegiam os deputados, cujo número oscilou entre 55 e 85 por província. Inúmeros delegados não eram membros do Partido. Os candidatos membros do Comitê Central e do governo se apresentavam às suas próprias bases, localidades, bairros, centros de trabalho e se submetiam ao julgamento popular. As populações ouviam a biografia do candidato, interpelavam sobre o que não consideravam claro, exigiam novos elementos sobre o seu programa de trabalho e, depois, davam o seu voto positivo ou negativo", esclarece Bernardo de Souza.

E nas zonas mais expostas às agressões sul-africanas do Cunene e do Kuando Kubango, na fronteira da Namíbia, como foi possível realizar eleições para deputados no meio da guerra?

— Realmente alguns jornalistas estrangeiros ou visitantes nos perguntavam como írfamos "fazer uma eleição debaixo de bombas". Ocorre que nosso país se estende de Cabinda ao Cunene e não tinha cabimento excluir essas áreas do território angolano do processo eleitoral, porque havia maior ou menor pressão do inimigo. As eleições também se realizaram naquelas províncias. Com normalidade e entusiasmo popular e um alto grau de organização partidária.

A composição do poder popular

Ficou estabelecida a composição da Assembléia do Povo?

— A distribuição política das bancas foi objeto de estudos meticulosos. Do ponto de vista da composição social, 40% de operários, 30% de camponeses, 10% de Defesa e Segurança, 10% do

aparelho do Estado e 10% de intelectuais.

Como se diferenciam os deputados à Assembléia do Povo de Angola dos representantes nos parlamentos de Estados capitalistas?

— Bem, falemos dos nossos deputados. O prazo do mandato é de três anos. O compromisso popular e democrático do representante com o setor social que o elegerá é realmente exigente. Uma das prerrogativas do eleitorado é poder derrubar o mandato do representante, do mesmo modo como o elegerá. Isso se ele não corresponde ao seu mandato, se não atende ao compromisso popular, se volta as costas à suas responsabilidades com a comunidade que o elegerá e o próprio país. Nesse caso, não é preciso esperar que transcorram os três anos.

Você próprio é deputado e portanto sujeito à perda de mandato...

— Como não? Se o povo do bairro de Rangel, em Luanda, por onde o camarada Bernardo de Souza foi eleito, concluir, após discussões apropriadas e procedimentos legais, que ele não correspondeu ao seu compromisso, levará o caso à Assembléia do Povo e esta pode revogar o seu mandato...

Há alguma outra diferença com os deputados dos países capitalistas?

— Creio que há coincidência mas também prerrogativas e deveres específicos. Aqui, todos nos empenhamos em que cada deputado, na Assembléia do Povo ou nas Assembléias Populares Provinciais, seja um efetivo representante do povo. Que conheça os nossos documentos fundamentais, as linhas ideológicas da nossa revolução, suas posições internacionais, os problemas do país e de cada região, o funcionamento do Partido e do aparelho do Estado, enfim, que esteja integrado à realidade angolana.

Estão projetados seminários de estudos sobre diferentes temas. A própria discussão nas assembléias ampliará sua identidade com essa realidade e sua capacitação frente à nossa problemática. Não perdemos o contato com as massas e com elas é que estamos realizando a nossa Revolução. Assim, estaremos atuando como marxistas-leninistas, atentos ao ideário do nosso Partido.

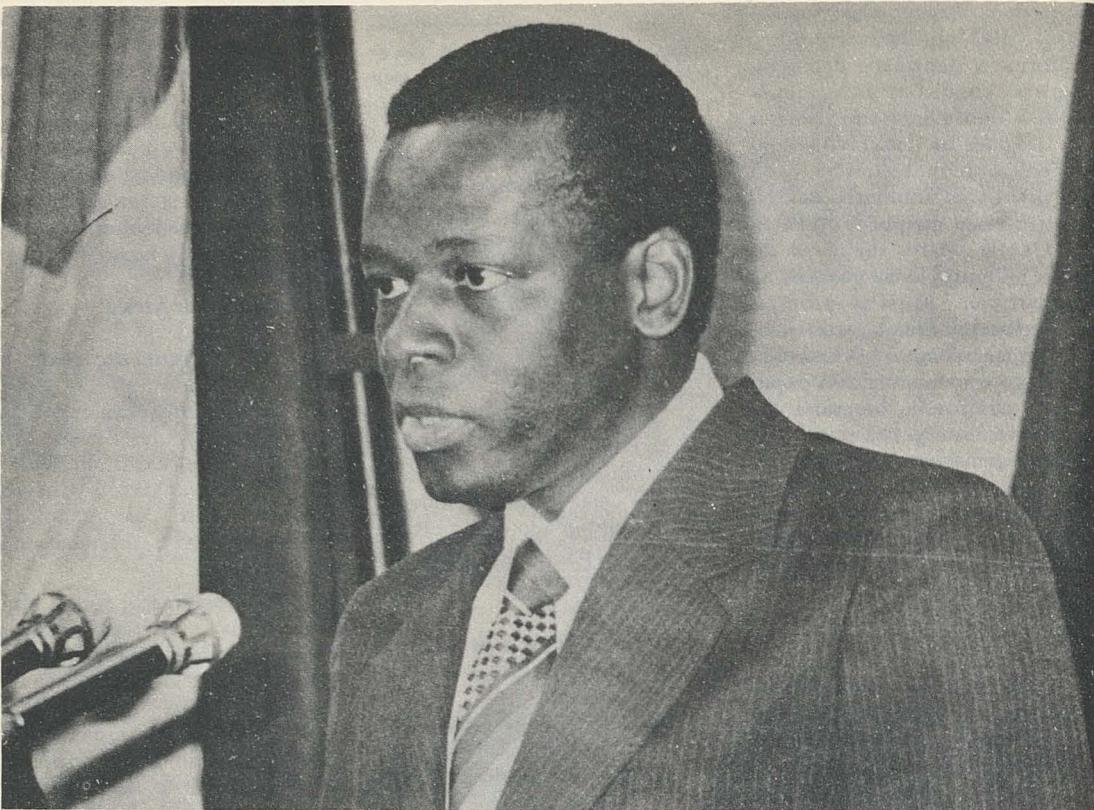
Repercussão na África

Em um continente onde os regimes políticos que se seguiram à independência encontraram, por diferentes razões, dificuldades à sua institucionalização, era natural que o processo angolano fosse acompanhado não apenas com interesse mas com simpatia.

— No nosso caso, foram muitas positivas as repercussões internacionais sobre o Poder Popular em Angola. Tanto o camarada Presidente, José Eduardo dos Santos, como os órgãos de direção do Partido e nós próprios, no Departamento de Instituição do Poder Popular, recebemos do nosso continente manifestações inequívocas de simpatia e também de interesse pelo que aqui se fez nesses tempos decisivos. E insisto, tudo no meio de problemas econômicos complexos deixados pelo colonialismo e das guerras de libertação, das tensões e dificuldades que as agressões racistas nos criaram.

Nossos militantes, fiéis ao pensamento e à inspiração do guia imortal da revolução angolana, o presidente Agostinho Neto, estavam e estão conscientes de que, para avançar seriamente para o socialismo, é fundamental construir essa etapa em que estamos", conclui Bernardo de Souza membro do Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho e Secretário para o Departamento da Instituição do Poder Popular e Apoio às Organizações de Base do Partido. □

ANGOLA



Congresso extraordinário do MPLA

Delegados de todo o país confirmaram a eleição do presidente José Eduardo dos Santos.

A resolução proposta pelo Comitê Central destaca a sua condição de lutador em favor dos angolanos e dos povos oprimidos de todo o mundo

A realização do primeiro congresso extraordinário do MPLA – Partido do Trabalho foi o ponto culminante de um ano de grandes avanços revolucionários em Angola.

Depois da eleição da Assembleia do Povo e das assembléias populares nas províncias, que teve um notável índice de participação e militância, aquele congresso permitiu não só um balanço crítico e autocritico do processo como a fixação de metas e prioridades.

Dele participaram, depois de eleitos nos seus respectivos locais, 463 delegados, incluindo quarenta mulheres.

O presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola,

José Eduardo dos Santos, leu o relatório do Comitê Central, que constituiu a base de um grande debate democrático. (*)

Um ato de confirmação

No início dos trabalhos foi lida a proposta do Comitê Central, ratificando José Eduardo dos Santos no cargo de presidente do MPLA — Partido do Trabalho e, consequentemente, Presidente da República Popular de Angola e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla).

O plenário aprovou, por aclamação, a proposta do Comitê Central, sendo o presidente José Eduardo dos Santos alvo de uma calorosa homenagem do Congresso.

Damos a seguir, o texto da resolução do Comitê Central aprovado pelo 1º Congresso Extraordinário do MPLA-PT.

“O desaparecimento físico do saudoso camarada dr. Antônio Agostinho Neto provocou uma profunda dor e consternação em todos os homens, mulheres e crianças do nosso país. O povo angolano e os membros do partido viram-se assim privados daquele que, ao longo de vários anos, dedicou toda a sua vida com coragem e determinação revolucionária à causa da reconquista da liberdade e da dignidade do nosso povo.

“Contudo, o MPLA — Partido do Trabalho, vanguarda revolucionária do povo angolano, interpretando a firme determinação dos operários, camponeses e trabalhadores em geral, soube ultrapassar a dor dilacerante e transformá-la em vontade revolucionária de continuar a luta cerrando as suas fileiras contra a reação

interna e o imperialismo internacional.

“Forte e grande é o partido que pode gerar, no momento devido, os homens de que necessita! É assim que o Comitê Central, na sua reunião de 20 de setembro de 1979, nos termos do Artigo 40º dos Estatutos do MPLA — Partido do Trabalho, sabendo interpretar os anseios de todos os membros do nosso partido, elegera por unanimidade aquele que com clareza e lucidez deveria prosseguir a obra gloriosa do nosso guia imortal — o camarada presidente José Eduardo dos Santos.

“Na direção do partido, do Estado e das Forças Armadas, o camarada presidente José Eduardo dos Santos tem colocado todo o seu saber e dedicação a serviço dos interesses dos operários, dos camponeses, dos combatentes e de todos os trabalhadores angolanos, para que se possa arrancar o nosso país do subdesenvolvimento e da dependência.

“Defensor intransigente da ideologia do proletariado, lutador implacável contra os vícios e manifestações herdadas da sociedade colonial, ativo defensor da justa luta dos povos oprimidos do Mundo, o camarada presidente José Eduardo dos Santos conquistou a confiança e o apoio dos membros do partido e de todo o povo.

“Na sua atividade cotidiana, o camarada presidente José Eduardo dos Santos tem sabido imprimir o dinamismo necessário à organização e ao funcionamento do MPLA — Partido do Trabalho, apontando sempre as vias para o constante melhoramento dos métodos de trabalho, para a educação política e ideológica dos membros do partido e para o reforço do papel dirigente do MPLA — Partido do Trabalho.

“Na direção do partido, do Estado e da sociedade angolana, o camarada presidente José

Eduardo dos Santos tem vindo a dinamizar as medidas que conduzem à melhoria do nível de vida do nosso povo, fazendo com que todos os setores da atividade econômica e social do país contribuam para a transformação revolucionária da sociedade angolana.

“As manifestações de apoio ao camarada presidente José Eduardo dos Santos que, desde a data da sua eleição, têm sido prestadas pelas organizações de base do partido, pelos núcleos da juventude, pelas organizações de massas e por todos os trabalhadores angolanos; o conteúdo das resoluções aprovadas nas diferentes conferências municipais e provinciais do partido, preparatórias deste congresso, expressando entusiasticamente a confiança e apoio de todos os membros do partido pela sua coragem e firmeza revolucionárias, pela sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo que defende e aplica, pela sua constante dedicação à resolução dos problemas do nosso povo, impõe o camarada José Eduardo dos Santos como presidente do MPLA — Partido do Trabalho e o seguidor mais consequente da obra que nos leu o nosso guia imortal.

“E assim, o I Congresso Extraordinário do partido, interpretando fielmente a vontade de todos os membros do MPLA — Partido do Trabalho, decide por unanimidade e aclamação, nos termos do Artigo 31º dos Estatutos confirmar a eleição do camarada José Eduardo dos Santos como presidente do MPLA — Partido do Trabalho e consequentemente como Presidente da República Popular de Angola e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

VIVA O MPLA — PARTIDO DO TRABALHO!

VIVA O CAMARADA PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS!”

(*) Convidado para os atos públicos do Congresso, o nosso companheiro Neiva Moreira fará numa edição próxima uma ampla análise desse acontecimento.



A mordaça

Sanções à imprensa e perseguição a jornalistas e militantes políticos negros aguçam ainda mais as contradições no país

Peter Law

Pouco antes do final de 1980, o regime de minoria branca de Pretória atacou com dureza a imprensa e os jornalistas negros. Provou, assim, mais uma vez, que nega à população de cor o exercício de todos os seus direitos, inclusive o acesso à informação.

A atitude mais destacada da série repressiva, foi a ordem de proscrição emitida pelo governo contra Zwelakhe Sisulu, chefe de

redação do semanário *Sunday Post* e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa (Mwasa), que reúne os trabalhadores negros do setor de informação. A maior parte dos leitores do *Sunday* é também negra.

Sisulu, de 29 anos, é um dos mais importantes dirigentes da geração jovem na luta pelas liberdades. Jornalista, sindicalista e militante, é um orador eloquente e já foi ameaçado de morte por

organizações de extrema direita. É filho de Walter Sisulu, o "número dois" do Congresso Nacional Africano (ANC), o movimento que luta contra a segregação racial, e que foi posto fora da lei em 1960. Também é sobrinho de Nelson Mandela, o líder do ANC. Tanto Mandela como seu pai foram condenados à prisão perpétua e há seis anos acham-se na ilha-prisão de Robben Island. Sua mãe, de 67 anos, encontra-se sem direitos civis desde 1974.

Proscrição

A ordem de proscrição, que simultaneamente foi aplicada ao vice-presidente do Mwasa na província de Natal e correspondente da BBC de Londres, Matimuthu Subramoney, durará três anos e é uma espécie de "morte civil". Implica a proibição de exercer a profissão de jornalista, de ensinar e escrever, assim como de participar em manifestações públicas salvo como mero espectador. Impede-o de receber, em sua própria casa, a mais de uma pessoa ao mesmo tempo, exceto os familiares mais próximos. Proíbe, também, a liberdade de locomoção; no caso de Sisulu, ele não poderá sair de Soweto, bairro de Johannesburg onde reside, em nenhum dia entre as sete da noite e as seis da manhã, nem nos fins de semana ou feriados.

Idealizada para reduzir à inatividade os militantes políticos e sociais, a ordem de proibição vigora, atualmente, para 160 pessoas, entre elas sete jornalistas. Para ser decretada, não há necessidade de julgamento e nem mesmo de formular ordens formais. Basta que as autoridades invoquem a Lei de Segurança Interna (no caso de Sisulu, limitaram-se a acusá-lo de "hostilidade para com o Estado") e não existe a possibilidade de apelação da medida.

A Lei de Segurança Interna e a própria Constituição do Estado sul-africano foram aprovadas por um Parlamento no qual só estão representados os 3 milhões e 700 mil brancos. Os 17 milhões e 750 mil habitantes de cor não podem votar nem ser eleitos. Essas leis, portanto, têm o mesmo valor de um ato ditatorial, com o agravante de seu conteúdo racista. E, mesmo assim, o regime utiliza-as constantemente para proscrever, encarcerar, reprimir e torturar todo aquele que se destaca na luta por uma sociedade multi-racial.

O governo de Pretória tinha o jovem Sisulu sob sua mira há muito tempo. O sindicato que ele preside acaba de conseguir um triunfo de grande repercussão depois de uma greve de quatro semanas em quatro jornais do *Angus*, o poderoso consórcio jornalístico em língua inglesa. A 23 de dezembro, os empresários chegaram a um acordo em torno dos pedidos econômicos e aceitaram reconhecer oficialmente o Mwasa.

Represália

No dia seguinte, quando as duas partes dispunham-se a retomar as tarefas, o governo anunciou a suspensão dos quatro jornais, todos dirigidos à população negra e que, desde então, sofrem as duras restrições impostas ao conjunto de imprensa: *Sunday Post*, *Saturday Post*, *Post Transvaal* e *Sowetan*. Desta vez, o pretexto foi um artigo da lei de segurança segundo o qual pode-se retirar a licença de publicação a todo jornal que deixe de aparecer durante mais de 30 dias. Os advogados do *Angus* provaram

que tinham sido cumpridas as disposições previstas para aquela emergência, mas seus argumentos foram recusados. Para que voltem a circular, os donos dos jornais deverão pagar uma multa de 200 mil dólares e aguardar várias semanas de tramitações burocráticas.

O regime de Pretória achou que os proprietários do *Angus*, apesar de serem membros do *establishment*, tinham sido brandos em relação ao sindicato e resolveu fazer-lhes uma severa e custosa advertência. E reconheceu em Sisulu e nos dirigentes do Mwasa, uma crescente ameaça. Mas, enquanto o Mwasa recebe uma adesão cada vez mais forte, por parte da população oprimida, as medidas repressivas de Pretória foram energicamente criticadas pelos núcleos brancos partidários de uma liberalização do regime, acentuando-se assim as contradições do sistema. E no exterior, os interlocutores europeus e norte-americanos da África do Sul viram-se em dificuldades para justificar esse novo ato de intolerância do regime racista. □



Os 17 milhões e 750 mil habitantes negros ainda não podem votar nem ser eleitos

O fracasso de Genebra

*Apesar dos esforços das Nações Unidas,
a África do Sul bloqueia os acordos de paz*

Beatriz Bissio

Tal como o ceticismo da Swapo o tinha antecipado, a Conferência de Genebra sobre a Namíbia terminou sem que nenhuma medida concreta tenha sido adotada.

A conferência tinha sido organizada pelas Nações Unidas (1), com a intenção de superar os últimos obstáculos que se opunham à aplicação do plano aprovado em 1978, com a resolução 435 do Conselho de Segurança. Se isso tivesse sido possível, depois de Genebra poderia ser criada uma Comissão da ONU para a transição à independência e uma Assembleia Constituinte teria que ser eleita na Namíbia para redigir a nova Constituição do país. Ainda segundo os planos da ONU, divulgados no decorrer da reunião de Genebra pelo subsecretário geral para Assuntos Especiais — que presidiu os debates — Brian Urqhart, a partir de março deste ano começaria a execução do processo que levaria à independência da Namíbia no final de 1981.

Os pontos em debate eram a criação de uma zona desmilitarizada,

na fronteira de Angola com a Namíbia (proposta feita pelo desaparecido presidente Agostinho Neto e depois incorporada como sua pelas Nações Unidas); repatriamento dos refugiados namibianos para o território, a fim de que esses milhares de patriotas participassem das eleições; e a própria realização das eleições, sob controle e supervisão do organismo mundial.

A questão da representação

O primeiro problema apresentado na reunião de Genebra — que teve por cenário o antigo Palácio da Liga das Nações (organismo que antecedeu às Nações Unidas) — foi a da representação do povo namíbiano. Danie Hough, administrador geral da Namíbia designado pelos sul-africanos para chefiar a sua delegação, apresentou os quase trinta representantes dos assim chamados “partidos internos” da Namíbia, que outra coisa não são senão partidos criados pelos sul-africanos com pessoal de sua confiança. Segundo Hough — e reafirmando a posição da África do Sul a esse respeito em outras ocasiões — esses partidos estavam lá “para participar em pé de igualdade com aqueles que fossem disputar as eleições”. Isto é, a África do Sul pretendia pôr em iguais condições perantes as Na-

ções Unidas a Swapo e os “partidos internos”.

Kurt Waldheim pessoalmente deu a resposta: as Nações Unidas nunca aceitariam tal reivindicação sul-africana. O organismo internacional reconhece a Swapo como “único e legítimo representante do povo da Namíbia” desde o ano de 1973.

A partir daí foi ficando claro que a África do Sul não estava interessada num diálogo verdadeiro a respeito da independência da Namíbia. Assim, chegou o dia 14 de janeiro, fim da Conferência, sem que nenhuma resolução ou acordo concreto entre as partes tivesse sido adotado. À proposta da ONU de fixar uma data para o cessar-fogo, a África do Sul respondeu que isso era “prematuro”, bloqueando qualquer entendimento.

No mesmo dia 14 de janeiro, em conferência de imprensa ainda em Genebra, o Presidente da Swapo traçava a nova posição da frente de libertação, face à atitude sul-africana. “O povo oprimido da Namíbia não tem outra alternativa senão continuar com a luta armada de libertação até a vitória final”, disse ele. E acrescentou: “Hoje torna-se evidente que a África do Sul tem medo das eleições livres e justas na Namíbia, pois conhece os resultados negativos que elas teriam para Pretória”.

(1) A realização da Conferência de Genebra já foi consequência da intensificação da luta armada no território namíbiano. As potências ocidentais, as Nações Unidas e os países da Linha da Frente pressionaram os sul-africanos a admitirem o diálogo com a Swapo, o que aconteceu formalmente na recente reunião.

Consultado a respeito dos objetivos da Swapo após a libertação do seu país pelas armas, Nujoma disse ainda: "Combatemos com a finalidade de restaurar os direitos democráticos que hoje são negados ao povo namíbiano e para que a nossa gente tenha plena liberdade de eleger o seu próprio destino".

Dias mais tarde, numa avaliação da reunião de Genebra, afirmaria o Presidente da Swapo que a reunião não tinha sido totalmente inócuia já que "pela primeira vez, a África do Sul viu-se forçada a reconhecer a Namíbia como Nação". E isso, disse Nujoma, "não foi uma concessão, e sim consequência da intensificação da luta armada no território".

O respaldo africano

Coube ao respeitado presidente Julius Nyerere da Tanzânia ser porta-voz do ponto de vista da África a respeito dos resultados

da Conferência de Genebra. Disse ele: "O fracasso de Genebra sobre o futuro da Namíbia terá como resultado a escalada da luta armada e a Swapo gozará de total apoio africano".

Muitas interpretações podem ser feitas a respeito da intransigência sul-africana. Mas parece óbvio que um dos principais objetivos de Pretória era ganhar tempo.

Para quê comprometer-se num plano de cessar-fogo, aceitação de uma zona desmilitarizada na estratégica fronteira com Angola, na tolerância da volta dos refugiados, e, ainda mais, no reconhecimento da Swapo como único representante do povo namíbiano num momento de transição na Casa Branca, e quando tudo indica que o novo inquilino da sede do governo de Washington estará bem mais comprometido com os interesses da África do Sul?

O regime sul-africano já teve contatos mais ou menos velados

com assessores do presidente Reagan. Teve acesso, também, às declarações por eles feitas na imprensa internacional ou nos organismos mundiais e nacionais americanos, e é óbvio que sabe que uma virada na estratégia dos Estados Unidos para a África Austral virá fortalecer o apoio a Pretória.

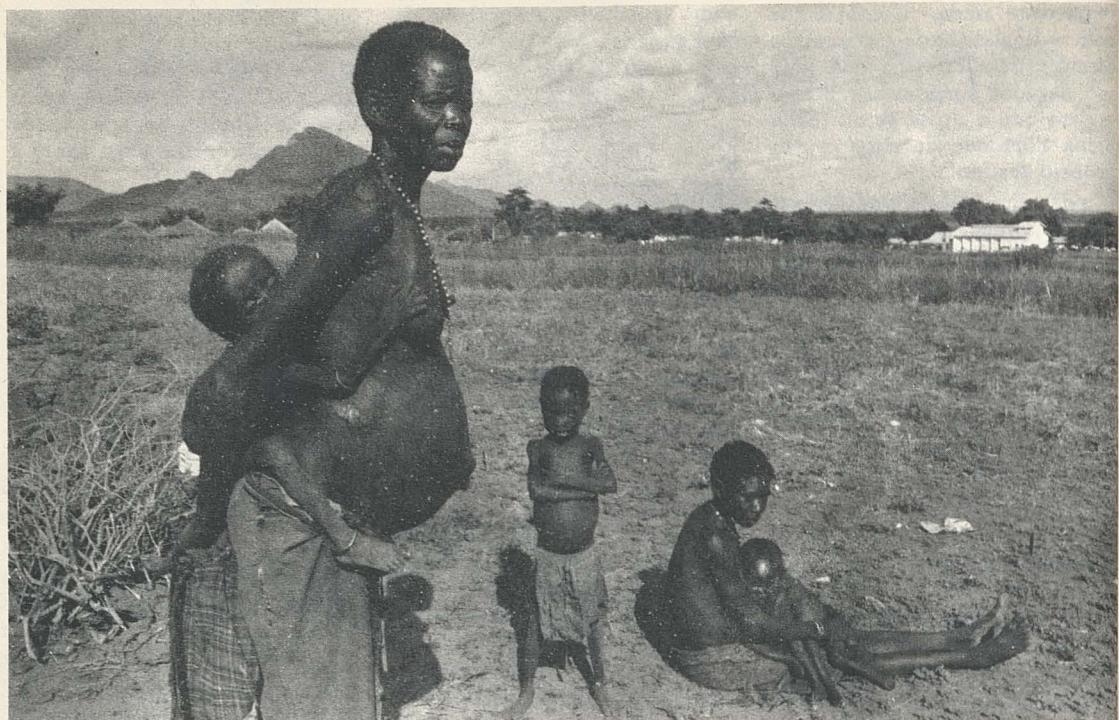
O novo Secretário de Estado, Alexandre Haig, afirmou no Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano que a emenda Clark — pela qual se restringem as atividades secretas dos Estados Unidos em Angola — "é uma restrição desnecessária e derrotista" para o país, e que a Unita (grupo angolano apoiado e financiado pela África do Sul) "ainda está forte".

Se é essa a posição do novo chefe do Departamento de Estado, é óbvio que toda a estratégia das Nações Unidas para a transição à independência da Namíbia estará seriamente comprometida. E o regime do *apartheid* passará a ser um parceiro privilegiado dos norte-americanos na crítica região da África Austral.

O custo para a administração Reagan poderá ser bastante alto: a rápida deterioração das relações com os estados africanos e o recrudescimento das operações militares na região. Porém, Pretória arrisca e espera. Se a estratégia Reagan é mesmo essa, terá um respaldo nada desprezível na política que pratica na Namíbia, estendendo-se também ao território de Angola.

Assim, a Conferência de Genebra nasceu morta: realizada às vésperas da posse do novo Presidente norte-americano, não era a melhor oportunidade para tirar da África do Sul o compromisso de respeitar o cronograma da ONU para Namíbia. Porém, teve a virtude de demonstrar perante o mundo, mais uma vez, que a África do Sul só entende uma razão: a das armas. □





Depois do caos, a difícil reconstrução

A ditadura de Amin e a guerra civil deixaram o país em ruínas. Milton Obote, que reassumiu a Presidência, enfrenta imensos problemas: o colapso econômico, a virtual ausência do Estado e um país dividido

Gabriel Omotozo

A 15 de dezembro passado, quando assumiu a Presidência, Apollo Milton Obote converteu-se no primeiro governante da África que depois de ter sido afastado do Poder por um golpe militar, recuperou-o pela via eleitoral.

Obote foi derrubado a 25 de janeiro de 1971 quando se encontrava em Singapura, assistindo à conferência da Commonwealth, da qual Uganda é um dos países-membros. O golpista foi o general Idi Amin Dada, que instalou uma feroz ditadura, aguçou as contradições étnicas, provocou

um caos econômico e social e empanou o prestígio de seu país, onde haviam florescido alguns dos mais destacados centros culturais do continente.

Amin não perdoava o presidente da vizinha Tanzânia, Julius Nyerere, que concedera asilo a Obote. Efetuou, assim, uma série de provocações contra o seu vizinho, provocações essas que culminaram numa invasão militar a uma parte do território tanzaniano. Essa tentativa foi rechaçada e, pouco depois, efetivos da Frente de Libertação Nacional de Uganda, reunindo os principais núcleos de oposição à ditadura, juntamente com um corpo militar da Tanzânia, iniciaram as operações que terminaram com a fuga de Amin, a 11 de abril de 1979.

As eleições

O desastroso regime de Amin e a crua guerra civil deixaram o país em ruínas. Teve início, então, um difícil processo de reorganização, em razão dos conflitos internos e da virtual inexistência de um aparelho estatal, cuja primeira etapa foi concluída com as recentes e agitadas eleições.

Nelas, o Congresso do Povo Ugandês (CPU), de Obote, obteve a maioria absoluta, e com 68 cadeiras assegurou o controle do Parlamento; o Partido Democrático (PD), liderado por Paul Semogerere, conservador, pró-occidental e apoiado pelo Quênia, conseguiu o segundo lugar, com 48 cadeiras. O PD não reconheceu a vitória de seu rival: acusou o regime militar de ter cometido fraude, levou 12 casos de denúncia à justiça e considerou-se o real vencedor do pleito. O novo período iniciou-se, portanto, com uma forte reação da principal coalizão oposicionista. O Movimento Patriótico Ugandês, de Yoweri Museveni, apoiado pelo Sudão, ganhou somente uma cadeira.

Obote apóia-se na sua posição majoritária, no novo Exército Nacional e no progressista governo da Tanzânia, cujo líder, o *mwalimu* Nyerere, é seu amigo. Ambos estão incluídos entre os "país" do socialismo africano.

Obote adotou essa linha em 1969, quando proclamou a "Carta do Homem Médio". Até esse instante, ele tinha efetuado uma política de equilíbrio entre os diversos setores sociais e as diferentes etnias do país, que pertencem basicamente a dois grupos — o nilótico e o bantu — mas apresentam numerosas subdivisões.

A Carta foi um amplo repertório de reformas de estrutura: a africanização do comércio, monopolizado pelos hindus; nacionalização de grandes empresas transnacionais e dos bancos, controlados pelo capital inglês;



Obote: pela integração e unidade do país

a reforma agrária foi executada sem distinção de tribos, golpeando duramente a oligarquia buganda, seu pior adversário.

Na realidade, Obote, profundo conhecedor das complexidades étnicas do país, quis governar por cima delas e alcançar a integração e a unidade de Uganda por meio de reformas em escala nacional. Esse é o objetivo que continua perseguindo hoje. Por isso, seu primeiro ato de governo foi a libertação de Godfrey Binaisa, o presidente que sucedeu a Amin e que estava em prisão domiciliar desde maio de 1980.

Grandes tarefas

Mas as tarefas que o aguardam são enormes. A economia acha-se em estado de calamidade. O Produto Interno Bruto diminuiu em três por cento. As duas principais culturas do país — o chá e o algodão — baixaram em 40% e 55% respectivamente, e a inflação chegou a 500%.

Em algumas áreas do país, a economia está desorganizada e reina a fome. Há regiões assoladas pelo banditismo e por fortes tensões tribais, em particular na província de Arua, reduto de Amin.

Como bem disse Obote, em tais condições devem-se articular programas econômicos apropriados a um país que está à deriva. Apesar de seus dramáticos problemas, Uganda saiu de um enorme pesadelo e recuperou sua esperança.

Quanto a Obote, que tinha fama de impulsivo, afirma-se que, nos anos passados junto ao prudente Nyerere, realizou um programa de amadurecimento. Esse fogoso orador apresentou-se moderado durante sua campanha, o que surpreendeu a quem o conhecia. Diz-se, por isso, que aos 56 anos, Obote prometeu a si mesmo não repetir os erros do passado. □

Por uma nova ordem democrática

Reunidos na ilha de Malta, mais de quinhentos especialistas analisaram a situação dos direitos humanos e se pronunciaram sobre temas como o apartheid e a tortura

J. Monserrat Filho

Os mais graves problemas que afetam hoje o destino dos povos foram examinados no XI Congresso da Associação Internacional de Juristas Democratas (Aijd), reunido em Malta, no Mediterrâneo, de 13 a 17 de novembro, sob o tema geral de luta por uma nova ordem democrática internacional.

Não foi por acaso que o evento contou com a ativa participação de mais de 500 juristas — advogados, juízes, procuradores, promotores, professores de direito — de 74 países de todos os continentes. (Ver quadro)

A participação do terceiro mundo

É curioso observar que o Terceiro Mundo, embora tenha participado com o maior número

de países presentes ao conclave, enviou apenas cerca de 200 representantes, ficando, portanto, aquém dos países socialistas e capitalistas desenvolvidos quanto ao número de delegados. Isso em nada influiu no andamento dos trabalhos, pois o Congresso, como de praxe, não se propunha a votar resoluções ou teses, mas ser um grande fórum de opiniões e exposição de problemas. De qualquer forma, a inferioridade numérica da representação dos países do Terceiro Mundo, embora não tão grande quanto em congressos anteriores, pode ser vista como mais um sintoma de suas dificuldades de quadros e também de recursos, pois o custo de uma delegação numerosa é, sem dúvida, bastante alto. Alinhe-se a isso, a política conservadora e o baixo nível de politização dos meios jurídicos

de muitos países, cujos governos desencorajam a participação de seus cidadãos em congressos democráticos como este.

A maior delegação latino-americana foi a da Argentina, com oito membros, a maioria exilados. Seguiu-se a do Chile, com quatro exilados, entre os quais Armando Uribe, ex-embaixador em Pequim, e a da Nicarágua, também com quatro membros, entre os quais dois dos sete magistrados de sua Corte Suprema. Brasil, Colômbia, Cuba e Porto Rico compareceram cada um deles com dois delegados, enquanto Jamaica, El Salvador, México e Uruguai, com apenas um.

Ao todo, eram 28 participantes, um número claramente desproporcional à enorme importância política da América

Latina e à brutalidade de seus conflitos sociais. Do próprio Brasil, considerando os embates que nele se travam atualmente pela democracia e justiça social, deveria se esperar uma participação mais ampla, em harmonia, aliás, com o relevante papel desempenhado nessas lutas pela Ordem dos Advogados. Os dois únicos brasileiros que participaram do Congresso foram o deputado paulista Almir Pazzianotto Pinto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e o autor deste relato, José Monserrat Filho, dedicado a questões de Direitos Internacionais Públicos.

Mas vale destacar a participação dos outros países de língua portuguesa. Além de Moçambique, que enviou o Ministro da Justiça e o Procurador Geral, e da Guiné Bissau, que enviou seu

Procurador Geral, Cabo Verde compareceu através do conhecido advogado Eduardo Gomes Rodrigues. Portugal marcou sua presença por intermédio do famoso causídico Joaquim Pires de Lima. Coube a Angola, porém, a representação mais numerosa nesse grupo de países, com quatro membros, sendo duas mulheres, Maria Teresinha da Silva Lopes e Paulette Maria Moraes Lopes; os outros dois eram o juiz Eugénio Benito Ferreira e Fernando Manuel Oliveira, alto funcionário do Ministério da Justiça.

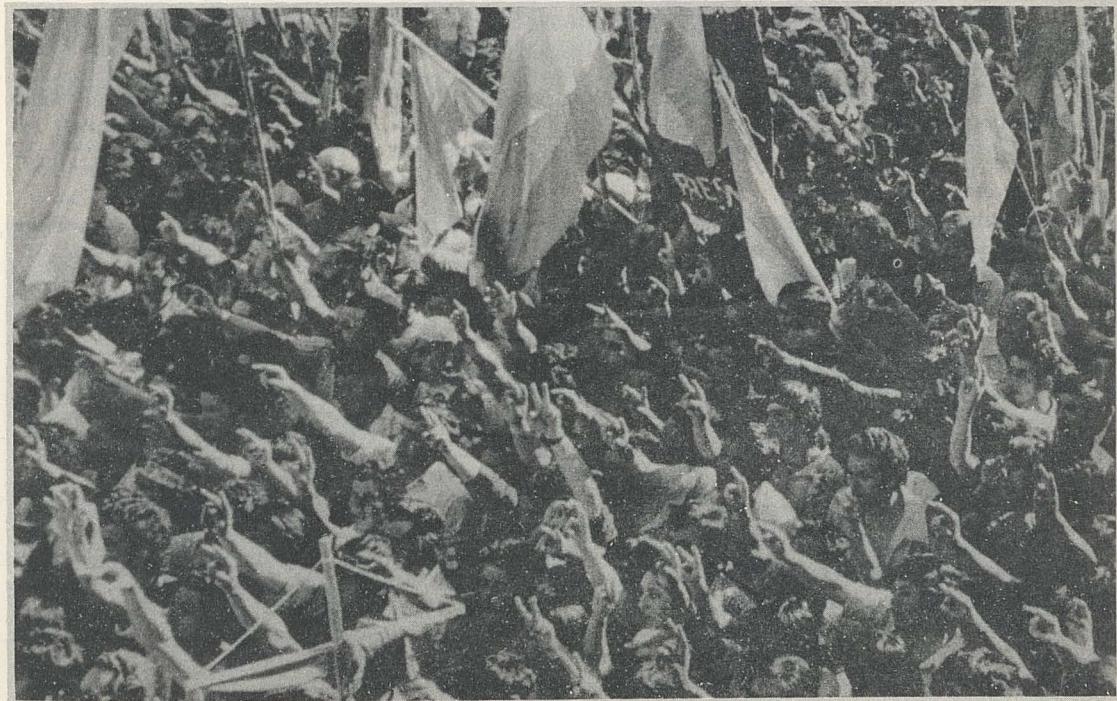
Estiveram também presentes, com delegações oficiais, a Anistia Internacional, a Comissão Internacional de Juristas, o Conselho Mundial da Paz, a Associação Americana de Juristas, a Federação Sindical Mundial, a Liga Internacional pelos Direitos e

Liberdade dos Povos e a Federação Mundial da Juventude Democrática.

A ONU se fez representar pela consultora jurídica do Alto Comissariado para Refugiados, Yilma Makonnen, e a Unesco, pelo especialista em programas de desenvolvimento, Wolfgang Schwendler.

As origens

A Associação Internacional de Juristas Democratas foi fundada em 1946, durante o julgamento dos criminosos de guerra em Nuremberg, e tem sede em Bruxelas, desde que foi obrigada a deixar Paris, no início dos anos 50, no auge da guerra fria. Gozando de estatuto consultivo junto à Unesco e ao Conselho Econômico e Social da ONU,



Os movimentos pelos direitos humanos e pela democracia crescem em todo o mundo

a Aijd congrega entidades nacionais filiadas de cerca de 70 países. Entre suas atividades de relevante repercussão internacional, estão as missões de juristas em visita a países que preocupam a opinião pública mundial, como por exemplo o Irã, El Salvador, Afeganistão, Chile, Argentina, Bolívia, Haiti e outros. Os relatórios e informes da Aijd, graças à sua amplitude e objetividade, servem de referência segura para se verificar o nível de respeito à soberania nacional, à autodeterminação dos povos e aos direitos humanos nos países visitados, bem como caracterizar corretamente as forças em conflito.

São provas recentes disso, as missões da Aijd à Bolívia e El Salvador, que denunciaram ao mundo novos aspectos dos bárbaros crimes cometidos pelos governos militares desses países. Poucas fontes contaram melhor sobre as chacinas dos mineiros e camponeses bolivianos promovidas pelas forças militares e paramilitares do general Meza.

O consenso

Reservando o Congresso para o debate de teses e o intercâmbio de informações, a Aijd deixa para a Assembléia Geral, que se reúne quase ao final do encontro, a tarefa de discutir e apreciar resoluções de caráter político, além dos problemas internos da própria entidade.

A julgar pelo que se viu nesse Congresso, tanto a comissão que acolhe os projetos de resolução como o plenário da Assembléia que deve votá-las respeitam rigorosamente a regra do consenso, evitando confrontações pelo voto capazes de conduzir a cisões desnecessárias e prejudiciais à unidade dos juristas democratas em todo o mundo.

Tal prática, de elevado sentido diplomático e democrático, demonstrou sua eficácia em mais de uma oportunidade. Na questão da guerra Irã-Iraque, a Assembléia optou por não entrar no mérito do conflito, preferindo alertar as duas partes para

os irreparáveis prejuízos e perdas acarretadas pela guerra e também para o gravíssimo perigo de intervenção imperialista na região, conforme já foi tentado no próprio Irã. Nos debates do Congresso, as delegações do Iraque, com doze membros, e do Irã, com apenas um, assim como as outras delegações que apoiavam cada um dos lados, não conseguiram se entender, apesar de manterem a divergência num clima sereno. Resolver a controvérsia pelo voto majoritário da Assembléia Geral não traria nenhuma solução positiva e, o que seria ainda pior, dividiria inapelavelmente a Associação, enfraquecendo as forças democráticas e progressistas diante do inimigo comum, bem maior e muito mais poderoso do que qualquer uma das partes em litígio: o imperialismo e seus aliados na área.

O mesmo procedimento cauteloso e preocupado com a unidade observou-se com relação ao problema do Afeganistão, sobre o qual não se encaminhou nenhuma resolução, embora tenha

Os principais nomes do Congresso

□ A importância do encontro pode ser avaliada pelas seguintes presenças: Sean MacBride, Prêmios Nobel e Lênin da Paz; Djiladi Beghdadi, presidente da Corte Suprema da Argélia; L. Smirnov, presidente da Corte Suprema da Urss; Sergio Insunza, ministro de Justiça do Governo Allende; John Platts-Mills, conselheiro da Rainha da Inglaterra; Alioune Beye, ministro de Relações Exteriores do Mali; Edilbert Rezafindrambo, presidente da Corte Suprema de Madagascar; Mohamed Ould Salek, ministro da Informação da República Árabe Democrática Saarúi; Joseph Ondrej, presidente da Corte Suprema da Tchecoslováquia; Jamal Sourani, do Conselho Nacional

da Palestina; Ramsey Clark, ex-procurador geral dos Estados Unidos; Teodato Hunguana e Antônio Negrão, respectivamente ministro de Justiça e procurador geral de Moçambique; João Cruz Pinto, procurador geral da Guiné Bissau; K.P. Singh, ministro da Justiça do Estado de Madhya Pradesh (Índia); Mariano Barahona Portocarrero e Rodolfo Robelo, magistrados da Corte Suprema da Nicarágua; Maria Regent-Lechwick, vice-ministro da Justiça da Polônia; Heinrich Toeplitz, presidente da Corte Suprema da Alemanha Democrática; Fernando Mendez Espinoza, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador.

DIREITO INTERNACIONAL

sido largamente discutido. Muitas delegações defenderam a legalidade da presença militar soviética, com base no princípio da legítima defesa coletiva e no tratado de ajuda mútua vigente entre os dois países. Outras consideraram que se trata de uma intervenção e que as tropas soviéticas devem deixar o território afgão imediatamente. No voto, pelo que se estimou, a primeira posição venceria. Mas quem ganharia com a ruptura que esta "vitória" acarretaria? As partes divergentes, sem levar em conta a quantidade de votos que poderiam conseguir, acharam melhor não aumentar ainda mais a divergência e, em nome da união e do bom senso, concordaram em não se pronunciar publicamente sobre o assunto, como que deixando que a História acabe apontando quem tinha razão. Esta talvez tenha sido uma das mais valiosas lições políticas do Congresso.

Importantes resoluções

Nada disso, no entanto, deve nos fazer esquecer ou minimizar as dezenas de resoluções aprovadas por unanimidade, condenando ditaduras sangrentas, desaparecimentos de líderes políticos e sindicais, prisões arbitrárias, falsos plebiscitos, pseudoconstituições, massacres e violações dos mais elementares direitos humanos em inúmeros países, entre os quais, obviamente, figuram o Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Haiti, Porto Rico, El Salvador — para só ficarmos na América Latina e nos casos mais brutais.

Merecem destaque duas resoluções de solidariedade: com o povo de El Salvador, vítima de um autêntico genocídio, e com a Nicarágua, alvo de uma campanha internacional de desinfor-

mação e infâmias sobre a revolução sandinista, para desestabilizar o país e eventualmente legitimar uma agressão estrangeira como aconteceu na Guatemala, em 1954, e em Cuba, em 1961.

Sobre o Brasil aprovou-se uma resolução, cujo texto é o seguinte:

"A Aijd constata inicialmente, com satisfação, os avanços obtidos no processo de democratização em curso no Brasil, tais como o retorno ao país dos políticos da oposição e a suspensão da censura à imprensa; declara seu total apoio aos advogados, juízes e professores de direito, bem como às suas associações profissionais e especialmente à Ordem dos Advogados do Brasil, que têm lutado corajosamente contra as leis autoritárias e o sistema político antidemocrático; constata que a luta travada pela Ordem dos Advogados do Brasil, de pleno acordo com o povo brasileiro, já permitiu a conquista de importantes êxitos, entre os quais a exclusão, da respectiva entidade profissional, do médico culpado de haver encoberto o brutal crime de tratamento desumano aplicado a presos políticos, em São Paulo, levando-os muitas vezes até a morte, assim como a condenação de policiais responsáveis de cumplicidade no sequestro ilegal de refugiados políticos estrangeiros; condama os atentados terroristas que já causaram vítimas e danos irreparáveis, rogando que as autoridades persigam os culpados com todo o rigor da lei e da justiça; e declara seu total apoio aos esforços da Ordem dos Advogados do Brasil em favor da convocação de uma Assembléa Nacional Constituinte, único instrumento capaz de exprimir a vontade democrática de todas as camadas sociais do país e encorajar o Brasil a buscar

seu próprio caminho no rumo de uma verdadeira democracia."

Trabalhos em três comissões

O incansável Joë Nordmann foi reeleito Presidente da Aijd, escolhendo-se o argelino Amar Bentoumi para Secretário Geral.

Os trabalhos do Congresso propriamente se desenvolveram em 3 comissões, cada uma com seu tema: 1^{a)} o Direito da Humanidade, das Nações e dos Indivíduos à Paz e o Direito dos Povos à Autodeterminação e à Segurança; 2^{a)} uma Ordem Econômica que crie condições de Igualdade e Cooperação Internacionais; e 3^{a)} os Direitos do Homem à Segurança e ao máximo Desenvolvimento de suas Potencialidades. Em cada comissão, uma enorme quantidade de teses e monografias foi apresentada e discutida.

Dois destaques se impõem, a nosso ver: o projeto de convenção antitortura e desaparecimento ("Convenção Internacional sobre Garantias do Direito à Vida, à Liberdade e à Integridade Física e Psíquica do Indivíduo") proposta pelo argentino Eduardo S. Barcesat, e a volumosa pesquisa sobre as empresas transnacionais realizada por um grupo da Associação dos Juristas Democratas da Bélgica, com 128 páginas e farta documentação sobre como aquelas corporações violam as leis nacionais e os direitos humanos, inclusive mencionando fatos já denunciados no Brasil.

Um apelo final foi feito, pensando-se nos povos da África do Sul e Namíbia: prestigiar de todas as formas o embargo de petróleo decretado pela Assembléa Geral da ONU contra o império do apartheid, para apressar a derrubada do regime racista da África do Sul. □

ÁSIA

SINGAPURA

Uma ditadura com votos

O regime autoritário de Lee propõe ao povo aguentar em silêncio, enquanto entrega o país às transnacionais

Pablo Piacentini



Tal como sucedeu nas três eleições gerais precedentes, nas eleições do dia 23 de dezembro último, o Partido de Ação Popular (PAP), do primeiro-ministro Lee Kuan Yew, ganhou todos os 75 assentos da Assembleia Popular de Singapura.

Esse resultado implica um novo período de estabilidade política para a minúscula e superpovoada ilha do sudeste asiático (2 milhões e 300 mil habitantes para uma superfície de 581km², com uma densidade média de uns 3.800 habitantes por km²), o que permitirá a Lee e à sua equipe de tecnocratas aprofundarem o modelo de exploração transnacional que vêm aplicando durante esses vinte anos, numa competição com Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan.

A política econômica de Lee tem consistido em uma abertura irrestrita — e em privilégios excepcionais — aos investimentos estrangeiros, que têm fluído de modo permanente e maciço, e na manutenção de uma política trabalhista que oferece uma mão-de-obra de custo muito baixo.

Foram conseguidos, assim, índices excepcionais para um país da Ásia: uma renda per capita próxima a 2.800 dólares anuais, que a coloca em segundo lugar no continente, depois do Japão. Conseguiram uma das mais altas taxas de crescimento econômico da região: entre 1966 e 1973, o Produto Nacional Bruto cresceu a uma média de 12,8%; entre 1974 e 1978 — a ilha carece de hidrocarbonetos — oscilou entre 6 e 8% e, no último ano, marcou 9%.

Ganhos para as transnacionais

Porém, tanto os êxitos econômicos quanto os eleitorais exibem reveses: não obstante a existência de um sistema parlamentar formal, Singapura se encontra sob uma ditadura. E apesar de seus indicadores de prosperidade, a dependência da economia em relação às transnacionais é excessiva e faz com que estas absorvam a maior parte dos ganhos. E quanto à massa trabalhadora, está oprimida por salários escassos e quase imóveis (nos últimos anos, registraram-se os mais baixos crescimentos salariais da região).

Não há contradição e sim coerência entre esses fenômenos. O respeito às regras democráticas significaria a possibilidade de sindicatos organizados e com capacidade de questionar a

magra remuneração da mão-de-obra. Pelo contrário, reprimindo e encarcerando, no ato, todo trabalhador ou empregado que pedia melhores condições para seu setor, Lee impediu que nos últimos anos se pudesse realizar uma só greve. Esse regime autoritário trata com igual mão dura todo crítico de sua política e de sua gestão administrativa. Tanto as reivindicações econômicas quanto as opiniões opositoras não têm assumido um caráter subversivo ou revolucionário: pelo contrário, têm-se tratado de propostas moderadas e só tendentes a obter uma democratização. A resposta de Lee foi sempre a mesma: "se cedermos, Singapura perderá competitividade, diminuirá o fluxo de capitais que preferirão a Coréia do Sul, Taiwan ou Hong Kong. Logo, os salários devem ser tanto ou mais baixos que naqueles países e nossa estabilidade política deve ser igual ou maior".

Autoritarismo e arbitrariedade

Dentro desta lógica de ferro, o ministro da Indústria e Comércio, Goh Chok Tong, chegou ao extremo quando afirmou, durante a recente campanha, que "a eleição de um só candidato de oposição poderia alterar a confiança que os investidores estrangeiros têm oferecido a Singapura".

De fato, um regime semelhante não pode tolerar a presença de um único deputado descontente, que certamente não poderia opor o menor obstáculo à ação legislativa oficial. Porém utilizaria o parlamento dessa cidade-estado, onde o regime só tem deixado de pé a imprensa simpatizante, para denunciar a entrega da economia, a exploração dos assalariados e a violação dos direitos políticos e sociais. A estabilidade que Lee propicia, consiste pois, em competir em autoritarismo com uma colônia britânica — Hong Kong — e com duas férreas ditaduras, a Coréia do Sul e Taiwan. Revela, com tal conduta, que os modelos de enclaves transnacionais no terceiro mundo, não importa o grau de evolução que alcancem (Singapura tem uma renda per capita similar à dos países da Europa ocidental de médio desenvolvimento) está associado a um sistema político carente de liberdades. Tal é o modelo que a partir do "Ocidente democrático" exportam as transnacionais.

Os métodos empregados na recente campanha por esse advogado de 57 anos de idade, gra-

duado em Cambridge, ilustram bem sobre o manejo despótico do poder que ele exerce sem interrupção desde 1959.

Só foi permitido fazer campanha eleitoral durante nove dias. Ainda que esse período incluisse a efêmera tolerância de algumas atividades opositoras, estas foram fixadas nas jornadas prévias às festas de Natal, quando a população de Singapura (apesar de estar formada por 75% de chineses e, o resto, por diversas minorias, a principal delas a da Malásia) se concentra nas compras e nas celebrações familiares.

Só aos partidos que conseguiram apresentar seis ou mais candidatos, o Parlamento permitiu o acesso à rádio. Esse meio foi vetado a quatro das sete formações não-governamentais, de tal forma que estas receberam dois minutos cada uma, contra os 122 minutos para o partido oficial. A esse povo, que por causa da incessante propaganda oficial e censura à imprensa não conhece os dirigentes opositores, não foi dada portanto a oportunidade de conhecer o pensamento e a crítica daqueles, a não ser por meio de comícios na rua. Mas estes não são fáceis de serem organizados num país submetido a um cli-

A exploração transnacional

□ Nos primeiros anos depois da independência, mais da terça parte do Produto Nacional Bruto (PNB) desta cidade-estado de grande tradição comercial provinha do comércio e dos gastos militares britânicos. Entre 1961 e 1965, Singapura, Estado-membro da *Commonwealth*, aderiu à Federação Malásia, na esperança de se tornar o seu centro comercial. Mas tanto o governo de Jacarta como o de Kuala-Lumpur preferiram fazer seus negócios de modo direto, sem a participação da ilha. A alternativa apresentada por Lee consistiu na abertura total aos capitais e às empresas estrangeiras. A rapidez da condução desse processo originou um acelerado crescimento da economia, cujos pólos mais dinâmicos são hoje a indústria manufatureira e as finanças.

Segundo dados do primeiro semestre de 1977, a participação do setor comercial (o porto de Singapura, pelo seu movimento, é um dos primeiros do mundo) havia baixado para 28%. Por outro lado, o setor manufatureiro representava 21%, o de transporte, armazenagem e comunicações, 16% e as finanças, 11%.

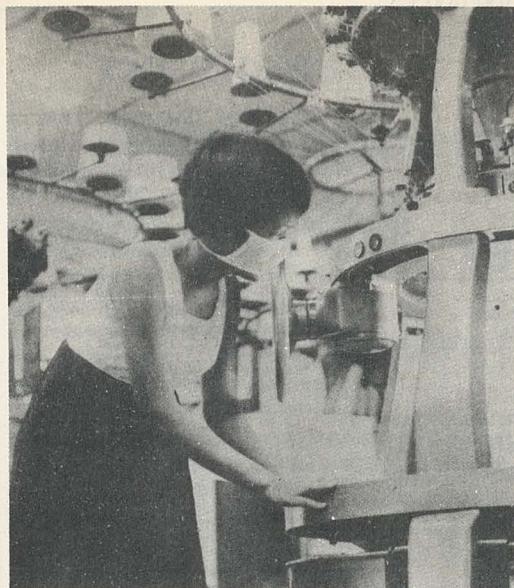
Dessa forma, foi-se modelando uma completa dependência em relação ao exterior. Um cessamento dos fluxos estrangeiros colocaria em crise o modelo de exploração transnacional que repousa exclusivamente sobre as concessões de facilidades ao capital e sobre a mão-de-obra a baixo custo. É, basicamente nessas condições que as grandes empresas estabelecem filiais em alguns países do Terceiro Mundo, para invadir a região com bens industriais baratos, produzidos geralmente por indústrias de tecnologia ultrapassada.

A dependência externa e a consequente fragilidade da economia pode ser constatada pelos seguintes dados:

— Em 1976, o governo de Singapura destinou 375 milhões de dólares locais para investimentos. No mesmo período, os investimentos estrangeiros chegaram a 1.230 milhões de dólares, vindos da Europa (509), Estados Unidos (284), Hong Kong e Taiwan (245) e Japão (192). (Um dólar de Singapura equivale a aproximadamente quarenta centavos de dólar norte-americano)

— As empresas transnacionais controlam três quartas partes do setor secundário.

Esse modelo é sumamente vulnerável tanto no plano interno como no externo. Em momentos de expansão das economias capitalistas centrais, o PNB cresceu a ritmos superiores a 12% anualmente. Mas em conjunturas de recessão e de aumentos do preço da energia, o crescimento se reduziu à metade. No plano interno, a insistência em se manter salários baixos e reprimir qualquer iniciativa grevista, deve-se a uma lógica imiplacável a que está sujeita a ilha. A organização de sindicatos representativos, o aumento dos salários, o desenvolvimento de uma oposição que questione o regime — em suma, uma democratização real — significariam uma diminuição dos privilégios reservados aos investidores. A mesma legislação liberal que acolhe o ingresso do capital estrangeiro, garante-lhe também a sua saída do país a qualquer instante. E a proposição de Lee ao povo é trabalho duro, salários baixos e aguentar tudo em silêncio. (P.P.)



As empresas transnacionais controlam três quartas partes do setor secundário

ma de intimidação pelo governo. Esse mesmo clima fez temer represálias, pois impôs-se um sistema de numeração às papeletas eleitorais, o que fez supor que existiria a possibilidade de controlar quem votasse.

Apatia política

Em tais condições é que deve ser avaliada a importância da oposição ao regime. Nos comícios de 1976, os votos da oposição alcançaram 25% do total. Nessa ocasião, o Partido Operário (social-democrata) recebeu 12% da votação. O seu secretário-geral, J. B. Jeyaretnam, um rico jurista de origem cingalesa, obteve em sua circunscrição cerca de 30%. Nas últimas eleições, a oposição recebeu 22% e, na sua circunscrição, Jeyaretnam perdeu só por mil votos.

Se a oposição não ganhou um só assento apesar de sua importância numérica, foi em grande medida por causa do mecanismo eleitoral de Singapura, herdado da Grã-Bretanha, porém adaptado a um sistema unicameral.

Esse sistema dispõe que o candidato que obtenha a maioria simples receba o assento em cada circunscrição, isto é, quando um partido prevalece em todo o país — e neste caso trata-se de uma pequena ilha —, pode ficar com todas as cadeiras.

Uma grande apatia política surgiu então em numerosos setores opositores ao regime de Lee, cientes da impossibilidade de mudar o atual estado de coisas mediante uma participação eleitoral que só faz o jogo das aparências democráticas promovido por Lee. Por tudo isso, a oposição está dividida e tem um baixo nível de organização. Um exemplo disso é que só conseguiu apresentar candidatos em 38 das 75 circunscrições. E já era prognosticado que os setores potencialmente contrários ao PAP alcançariam baixa representatividade.

Porém, acusada insistente de comunista — opção sobre a qual em nenhuma das suas variantes foi-lhe permitido pronunciar-se ao povo de Singapura — a oposição tem dado provas de moderação, paciência e coragem, ainda que não consiga quebrar o rígido e eficiente sistema que oprime a ilha.

Continua, assim, a parábola regressiva que tem assinalado a trajetória de Lee, filho de uma família rica de ascendência chinesa. Depois de ter se dedicado com êxito à sua profissão de advogado, ele ingressou na política em começos dos anos cinquenta. Em 1955, fundou o PAP, com um programa claramente social-democrata e, nesse mesmo ano, foi designado membro do Parlamento. Em nome do socialismo, o seu partido triunfou nas primeiras eleições após a independência e o colocou no governo.

Dentro do PAP, Lee derrotou a tendência progressista, que se identificava com reformas de verdadeiro cunho social-democrata. Esse dinâmico personagem conseguiu ser aceito como membro da Direção da Internacional Socialista.

Porém, em 1976, os socialistas holandeses denunciaram-no pelas violações aos direitos humanos e Lee, para não ter que enfrentar o julgamento da Internacional, abandonou o organismo.

Desde que ele chegou ao governo, foi levando o seu partido e o próprio país a uma política pró-occidental e a um anticomunismo tão extremado que agride àqueles que, como J. B. Jeyaretnam, são social-democratas autênticos. Na ilha-Estado, só há liberdade para os dirigentes do PAP e do governo e para as empresas transnacionais. E Lee continua a falar de social-democracia. □

Em defesa da mulher jornalista africana

A criação de uma Associação Continental Africana para Mulheres Jornalistas e o exame dos principais problemas do trabalho da mulher nos meios de comunicação, foram os principais pontos abordados num Congresso realizado em Acrá, Gana. O encontro, organizado pela Revista de Mulheres Africanas e pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, teve a participação de 50 jornalistas, locutoras e comentaristas que trabalham em meios de comunicação de massas de diversas regiões africanas.

A Associação, cuja criação foi aprovada na reunião, tem como principal objetivo a defesa dos interesses da mulher jornalista nos meios de comunicação de massas e a busca de fórmulas que permitam incentivar as jovens a seguir essa profissão.

Discriminação

Uma das questões mais discutidas no encontro foi: que lugar ocupam as mulheres africanas no campo das comunicações? Dentre muitas respostas, uma delas foi unânime: muito poucas participam de postos de direção. Analisou-se também por que a discriminação contra a mulher era tão comum e de que maneira isso poderia terminar.

A Conferência concluiu que a mulher profissional casada é a mais discriminada, pois conside-

ra-se que sua primeira e mais importante obrigação é com a família — "aspecto que os empresários levam muito em conta na hora de designar trabalhos para as jornalistas".

Por exemplo: muito poucas vezes lhes dão trabalho à tarde, porque eles supõem que elas, nesse horário, devem estar em suas casas cuidando de suas famílias. Além disso, raramente são designadas para viagens, pela mesma razão.

Barreiras

O Ministro da Informação e Assuntos Presidenciais de Gana, John Nabila, afirmou, em seu discurso, que ainda há um grande caminho a ser percorrido para que sejam vencidos velhos preconceitos, apesar "de já se ter conseguido um progresso considerável para a emancipação da mulher". No entanto, admitiu a existência de enormes barreiras que deverão ser destruídas, a fim de assegurar à mulher uma completa liberdade social e econômica.

Nabila disse ainda que "o que é necessário agora não é desperdiçar energias com o chauvinismo masculino, mas sim mobilizar os enormes recursos que têm as mulheres instruídas, com a finalidade de ajudar os seus países e, principalmente, as outras mulheres que não foram tão privilegiadas como vocês".

Para Yaw Twamasi, Diretor da Escola de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Gana e editor do *Legan Observer*, "os empresários têm a impressão de que as mulheres abandonam seu trabalho quando se casam". Na sua opinião, "se as mulheres jornalistas querem ser eficientes na sua profissão, é importante que aumentem seus conhecimentos políticos: a falta de educação política é um dos motivos da designação de tarefas menores às mulheres nos jornais". O editor fez um apelo para a formação de mais líderes políticas que possam exercer influência no mercado de trabalho para as mulheres.

Um outro apelo foi feito por Esther Ogunmodede, diretora e proprietária da agência de notícias *Champion Features*: que as mulheres se capacitem intensamente nas diferentes especialidades da profissão. Afirmando ainda que as mulheres tinham chegado a um ponto no qual já não podiam deixar o destino de seus países somente nas mãos dos homens e ficarem tranquilas enquanto se multiplicam as injustiças em sua sociedade.

A Associação Continental para Mulheres Africanas será aberta às profissionais da área, enquanto as jornalistas ligadas a movimentos de libertação serão membros honorários. As profissionais não-africanas também poderão participar da Associação após estudo prévio por parte do Comitê Executivo, integrado por uma jornalista de Gana (para os países da África Ocidental), uma da Etiópia (para os países norte-africanos) e uma do Zimbábue (para os países do oeste, centro e sul da África). Também fazem parte do Comitê, representantes do *African Women Magazine* e *Sida*.

Rosemary Katamba

Honduras expulsa correspondente de cadernos

□ Nos primeiros dias de dezembro do ano passado, enquanto começava com grande estardalhaço o Festival Internacional de Honduras — organizado pelo governo para promover a sua imagem no exterior e sensibilizar os investimentos estrangeiros — nosso correspondente Roberto Bardini era obrigado, depois de três anos de residência em Tegucigalpa, a abandonar apressadamente o país. Ainda que oficialmente não houvesse acusação contra ele — exceção as gestões feitas pelo Colégio de Jornalistas, de orientação direitista, para impedi-lo de trabalhar nos meios locais — nosso colaborador chegou a receber ameaças anônimas e, ultimamen-

te, intimidações no seu próprio lugar de trabalho, a Escola de Jornalismo da Universidade de Honduras.

O caso do companheiro Bardini não é, sem dúvida, um fato isolado. Numa campanha iniciada em julho de 1980, vários professores universitários argentinos foram convidados a sair de Honduras por um "esquadrão da morte" que começou a atuar no país em junho de 1979, quando foi assassinado o advogado Gerardo Salinas, que defendia naquela época um grupo de presos políticos.

As intimidações não se limitaram aos estrangeiros: jornalistas, intelectuais e dirigentes universitários hondurenhos também fo-

ram ameaçados. A União dos Jornalistas de Honduras (UPH), filiada à Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), denunciou a diversas instituições internacionais vinculadas à defesa dos direitos humanos (entre elas, a OEA e a ONU) a existência de uma lista de "futuras" vítimas, elaborada pelo "esquadrão da morte".

Além do correspondente de **cadernos do terceiro mundo**, faziam parte da lista o poeta Roberto Sosa (na época, diretor da Editora Universitária), Manuel Gamero, diretor do jornal *Tiempo*, e Ramón Custodio, o seu mais valente colunista; os editores da revista *Alcaraván* e os principais dirigentes da Federação de Estudantes Universitários Hondurenhos (Feuh). Segundo a União dos Jornalistas de Honduras, "o único delito cometido por essas pessoas é o de exercer o jornalismo democrático, progressista e de defesa dos interesses do nosso povo e dos demais povos do mundo".

Pool das Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados

□ A Sexta Reunião do Comitê de Coordenação do Pool de Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados será realizada de 16 a 18 de fevereiro, em Nova Déli, na Índia. O presidente atual, Pero Ivacic, da Iugoslávia, revelou que, de acordo com as decisões da última reunião em Manágua, desta vez, provavelmente, serão dominantes os temas relacionados ao desenvolvimento das comunicações do Pool.

Na reunião de Nova Déli, os representantes das agências nacionais dos países não-alinhados conversarão também sobre a forma como será comemorado o 20º aniversário do Primeiro Encontro de Cúpula dos Não-Alinhados (Belgrado 1961) e sobre a revisão dos estatutos, além de de-

finir o próximo local para a celebração da terceira conferência de cúpula do Pool em 1982.

Os participantes do Pool dos Não-Alinhados optaram pelo desenvolvimento de um método de comunicação baseado nos esforços dos seus próprios sistemas nacionais. Graças às ações coordenadas nesse campo, participam hoje do Pool mais de 60 agências nacionais. Há cinco anos, quando ele foi criado, só participavam 12 agências. Atualmente, elas fazem um intercâmbio de aproximadamente 60 mil palavras diárias e estão em curso diversas ações com a finalidade de determinar prioridades regionais e inter-regionais no setor das comunicações. O principal objetivo é fortalecer a circulação de informações entre os países em vias de desenvolvimento.

Depois da libertação dos reféns

□ Tanto nos Estados Unidos como no Irã, há interpretações discordantes sobre os méritos e os alcances do acordo que permitiu a libertação dos 52 reféns, após 444 dias de prisão.

O centro do debate nos Estados Unidos é a obrigatoriedade ou não desse país cumprir acordos originados de um sequestro de diplomatas, o qual viola as

leis internacionais. O ex-presidente Carter saiu em defesa do acordo e disse que este foi muito favorável aos norte-americanos. Como o que falta cumprir diz mais respeito a vagos compromissos diplomáticos ou políticos, desses que figuram em quase todos os tratados mais como uma praxe do que como uma obrigação (respeito à soberania, não-intervenção em assuntos internos, ajudar a encontrar o

dinheiro do ex-Xá, etc.), na verdade, o fundamental do acordo já foi executado: descongelamento dos depósitos bancários e libertação dos reféns.

No Irã, o presidente Bani Sadr, que parece ter sido marginalizado pelo setor religioso do governo no processo de negociações, considerou o acordo uma grande derrota do Irã e acusou os *mallahs* de não terem sido hábeis nem eficazes nos entendimentos com os Estados Unidos. Os negociadores iranianos do acordo consideram que só o fato de obrigar a superpotência a aceitar suas condições, já foi um êxito diplomático.

Para Carter, embora o atraso da entrega dos presos não o tenha permitido roubar totalmente o *show "hollywoodiano"* da posse de Reagan, o fato concreto é que tornou menos melancólica sua saída da Casa Branca, aparecendo obrigatoriamente no noticiário quando tudo havia sido preparado para que o novo Presidente dominasse com exclusividade a ribalta.

Na verdade, há ganhos e perdas para ambos os lados e o único saldo positivo para todos é que se encontrou uma solução para um fato que agravava as tensões internacionais e poderia, ou hoje ou amanhã, levar os Estados Unidos a uma nova intervenção militar que dificilmente ficaria circunscrita ao Irã. E isso se deve muito à capacidade e à eficácia da diplomacia argelina.

Não há dúvidas, no entanto, de que os Estados Unidos fizeram o mínimo que poderiam ter feito para uma solução. O dinheiro congelado era do Estado iraniano e não do ex-Xá e a suspensão do bloqueio comercial interessava não só ao Irã mas essencialmente era reclamado pe-

Os 52 reféns norte-americanos após 444 dias de prisão: a liberdade às custas de um acordo que poderá não ser cumprido por Reagan, mas que ainda é defendido por Carter



los exportadores norte-americanos e europeus. Mais ainda: a maior parte do dinheiro voltou aos Estados Unidos, seja para pagar dívidas anteriores ou para compra de armamentos já recomendados, dos quais as forças armadas iranianas necessitam urgentemente.

Em relação ao conjunto da situação do Oriente Médio, o acordo tem um aspecto preocupante, que é o retorno dos Estados Unidos como fornecedores de armas ao Irã. Até agora, tanto o Iraque como o Irã usaram os seus próprios estoques ou, no máximo, conseguiram pequenas partidas de sobressalentes que não alteravam a correlação de forças em termos de material bélico. Reaberto o mercado de armas e munições dos Estados Unidos, o Irã receberá — já deve ter recebido — cerca de 500 milhões de dólares em material comprado anteriormente e, com toda a certeza, continuará adquirindo novas partidas. Dos Estados Unidos e também da Europa Ocidental.

Isso significa que a guerra será realimentada e seria ingênuo esperar que o Iraque renuncie à compra do material bélico de que necessita ou que seu principal fornecedor, a União Soviética, se negue a atender os seus pedidos, quando do outro lado, uma torrente de aviões, tanques, foguetes e armas leves possa abastecer as forças armadas do Irã.

Do ponto de vista do desfecho da guerra, não se deve esperar que esse material modifique a capacidade combativa do exército iraniano. A ofensiva, anunciada com toda propaganda pelo presidente Bani Sadr e o próprio aiatolá Komeini, não avançou e a situação no campo de batalha



Bandeiras no Hermitage: uma para cada dia de cativeiro

continuou estável, com os exércitos iraquianos ocupando amplas áreas do território iraniano e tendo ao alcance de sua artilharia não apenas o conjunto do porto de Abadan, onde está a principal refinaria do Irã, como também grande parte dos campos petrolieros do Cuzistão.

Politicamente, aumentaram os conflitos entre religiosos e laicos e acentuou-se a revolta das minorias curdas e árabes que se opõem a Teerã.

Também não há indícios de que haja, na atual composição do Poder no Irã, uma força hegemônica desejosa ou capaz de assumir as responsabilidades de uma negociação com o Iraque.

O governo iraquiano tem manifestado sua disposição de negociar, mas insiste sempre em que não entrou em guerra por um simples propósito belicista mas para criar as condições justas de

uma paz duradoura com o Irã. O vice-primeiro-ministro Tarek Aziz, membro do Conselho do Comando da Revolução e um dos principais dirigentes do Iraque, disse que seu país só aceita uma paz que lhe garanta "todos os direitos históricos" que lhe foram usurados.

Tarek Aziz enumerou assim esses direitos: soberania sobre o seu território e suas águas, "não-intromissão, por parte do Irã, nos assuntos internos do Iraque e renúncia ao expansionismo em suas relações com este país e a Nação árabe" e, por último, restituição dos direitos nacionais árabes.

Sobre as mediações internacionais, o dirigente iraquiano declarou: "Temos tratado com dignidade, honra e justiça a todos os enviados de vários organismos internacionais e demonstramos nossa boa vontade em relação ao estabelecimento de relações de boa vizinhança com o Irã".

É cedo, no entanto, para precisar o verdadeiro alcance do fim da crise dos reféns. O relato sobre denúncias de maus tratos, algumas delas desmentidas pelos próprios reféns, emocionou a opinião norte-americana. Mas isso é passageiro e nem sempre as linhas estratégicas ditadas pelo Pentágono e o complexo industrial-militar coincidem com o pensamento do povo. Se os Estados Unidos voltarem a ser o arsenal de Teerã, é evidente que isso cria outros vínculos e que novas pontes serão lançadas entre os militaristas de Washington e as forças armadas iranianas, cada vez mais presentes no quadro do poder nacional do Irã. E será isso o que poderá ditar para o futuro, o relacionamento entre os dois países e a posição dos Estados Unidos em face do conflito com o Iraque.

PANORAMA TRICONTINENTAL

O pesadelo de Giscard chama-se Bokassa

□ Jean Bedel Bokassa, o ex-“imperador” da República Centro-Africana condenado à morte à revelia, no dia 24 de dezembro passado, por um tribunal em Bangui, reagiu de imediato fazendo declarações que, apesar de seu discutível valor jurídico, causam embaraço ao seu ex-amigo, o presidente francês Valéry Giscard D’Estaing.

A carta do ditador — derrubado mediante o envio a Bangui de um corpo expedicionário francês — dirigida ao governo de Paris, lembra que ele obteve a cidadania francesa. E afirma que, por ter lutado na Indochina pela ex-potência colonial e recebido a Legião de Honra Militar, tem o direito a defender-se e ser julgado por uma comissão internacional nomeada pelas Nações Unidas.

O que Bokassa pede é uma atitude da França nesse sentido. Ele fez uma solicitação similar às Nações Unidas, mas esta não pode atuar pela iniciativa de um cidadão, só pode fazê-lo diante da petição de um governo.

Como explica o ex-sargento, não poderiam julgá-lo na França, pois isso equivaleria a desconhecer a soberania centro-africana. Ele diz que tampouco aceitaria apresentar-se em seu país, pois ali seus juízes seriam seus inimigos políticos. E por fim, rechaça a validade da sentença do tribunal de Bangui em razão de que não lhe foi permitido defender-se.

Em setembro de 1979, ao dar a ordem de derrubar o seu amigo centro-africano (porque, a essa altura, resultava-lhe incômodo), Giscard seguramente pensou que,

exilado em outro país de regime filo-francês — a Costa do Marfim —, Bokassa prefiriria guardar silêncio em troca de desfrutar, sem ser molestado, da enorme fortuna que roubou e retirou de seu país.

Porém, começaram a aparecer os escândalos dos diamantes que ele presenteou a seu colega francês e das complexas relações de ambos (chamavam-se de “pais”) e a consequente confusão permitiu-lhe, aparentemente, uma maior margem de manobra.

Qual é o jogo de Bokassa? Se fosse nomeado o tribunal que solicita, é claro que ele seria condenado pelos numerosos crimes que cometeu. Mas ele sabe que nem o governo francês nem o regime por ele imposto por via aérea em Bangui, aceitariam um julgamento imparcial. Porque acontece que os que hoje governam na República Centro-Africana eram cúmplices do autoproclamado “imperador”. Ele próprio cita dois casos em sua carta a Kurt

Bolívia sai do Pacto Andino

□ O governo da Bolívia anunciou no dia 19 de dezembro passado a sua saída do Pacto Andino, organismo de integração regional do qual fazia parte juntamente com o Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Trata-se de uma decisão que tem certa ligação com a mesma atitude tomada pelo Chile anteriormente. Ambos os países são dirigidos por ditaduras militares repressivas,

mas a renúncia do Chile ao Pacto Andino deveu-se à incompatibilidade de seu modelo econômico, aberto sem restrições ao capital estrangeiro, e à política de proteção industrial do Pacto.

A decisão da Bolívia, no entanto, foi de ordem política. Esse organismo, integrado por países com governos constitucionais, vem se empenhando progressivamente por uma política

de democratização continental, destacando-se nas atitudes tomadas em favor do processo desenvolvido atualmente na Nicarágua. Em relação a La Paz, o Pacto apoiava o processo eleitoral que o general Luis García Meza interrompeu com seu cruel golpe de Estado de 17 de julho de 1980.

O retorno da Bolívia a uma nova ditadura, que prolongava a instalada em 1971, constituía

Waldheim: o atual presidente David Dacko era seu conselheiro e Henri Maidou, que era seu primeiro-ministro, é hoje vice-presidente.

São esses e muitos outros altos funcionários do regime deposto que convocaram e manipularam o Tribunal de Bangui para que, omitindo as suas inegáveis responsabilidades, fosse encontrado um só culpado: Bokassa.

Este, por sua vez, responde com uma jogada na qual sugere um julgamento, quando se discutiriam as relações de seu regime com a França e a continuidade desses vínculos através do atual regime centro-africano. Em tal hipótese, sairiam à luz os múltiplos laços de dependência com a potência colonial, a corrupção e até os interesses econômicos de Giscard e sua família. Obviamente, só a oposição poderia ter interesse na comissão investigadora que, mali- ciosamente, o ex-ditador pro-



Bokassa: criando problemas para seu ex-amigo Giscard D'Estaing

põe. Dentro dessa tática de extorsão, Bokassa combina suas cartas com a entrega ao escritor francês Roger Delpay dos documentos que comprovariam os estreitos vínculos que ele mantinha com Giscard. Alarmado, este conseguiu a detenção de Delpay durante seis meses, o que provocou outro escândalo de grandes proporções.

A imagem de Giscard tem se deteriorado progressivamente.

uma contradição fundamental. A situação tornou-se insustentável quando foi convocada uma reunião, em meados de dezembro passado, entre os Chefes-de-Estado dos países andinos para comemorar o 150º aniversário da morte de Simón Bolívar, em Santa Marta, Colômbia. García Meza foi explicitamente excluído da reunião, evidenciando-se o isolamento da Bolívia dentro do Organismo.

A reação da ditadura consistiu numa saída transitória do Pacto, isto é, absteve-se de parti-

cipar das reuniões da Junta do Acordo de Cartagena, que é o órgão político-legislativo do Pacto. Mas enquanto em La Paz os militares faziam violentas declarações, em Lima representantes diplomáticos bolivianos afirmavam aos funcionários da Junta que a ausência só duraria "por algum tempo".

Além da ambígua situação em que se colocou, o governo boliviano está causando grandes problemas econômicos para o seu povo. Priva-o dos benefícios e das perspectivas de integração re-

gional. Sem ter alternativa, García Meza, furioso com as condenações políticas lançadas por dirigentes andinos, ameaçou organizar um "Pacto do Cone Sul". De acordo com tal recírcíco, as ditaduras da América do Sul

Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia — deveriam marchar para uma integração paralela e politicamente antagônica à ala andina. Mas, apesar da óbvia solidariedade política entre esses regimes autoritários, existem entre eles contradições que os impediram de dar passos concretos nesse sentido.

A morte de Cámpora

□ A 19 de dezembro passado, morreu no México, onde estava asilado desde novembro de 1979, Hector Cámpora, 71 anos, ex-presidente e líder dos setores progressistas do peronismo. Cámpora passou três anos e meio na embaixada do México em Buenos Aires depois do golpe de Estado de extrema direita executado no dia 26 de março de 1976 pelos militares argentinos comandados pelo general Jorge Rafael Videla. Durante esse tempo, a ditadura negou a Cámpora o salvo-conduto para sair do país, desrespeitando as leis internacionais e os tratados firmados pela Argentina.

Somente depois de ter vindo a público o fato do ex-presidente padecer de câncer, como tam-

bém de uma vigorosa campanha internacional encabeçada pelo governo do México denunciando a atitude do regime militar, foi que a Argentina viu-se forçada a conceder-lhe o salvo-conduto, que foi qualificado como "passaporte para a morte": quando recuperou a sua liberdade e pôde submeter-se ao tratamento, o mal já havia avançado de maneira inexorável.

Cámpora aderiu ao movimento peronista desde o seu início. Foi Presidente da Câmara dos Deputados durante os governos do general Juan Domingo Perón (1954-1955). No dia 11 de setembro de 1955, Perón foi derrubado por militares reacionários e o movimento operário que

apoava o seu governo, eleito por ampla maioria, foi duramente perseguido.

Cámpora esteve na prisão com numerosos militantes populares. Durante os anos seguintes ao peronismo, foi limitada ou negada a sua participação eleitoral. Mas, em 1971, a ditadura militar instalada em 1966, desgastada e dividida pela resistência popular, convocou eleições. Perón, a quem foi vedada a entrada no país e a possibilidade de ser candidato à Presidência, designou Cámpora como candidato e seu delegado pessoal, apesar das desfavoráveis condições impostas. Cámpora, no entanto, fez uma campanha decidida e tenaz: teve mais de 50% da votação e assumiu a Presidência em 25 de maio de 1973.

Durante a sua campanha como candidato e depois, no seu governo de 43 dias, o ex-Presidente se identificou com os setores progressistas e populares de seu partido e apresentou um programa de governo bastante avançado. Naquele breve período, foram reavaliados todos os direitos democráticos do cidadão, uma atitude que valeu a Cámpora a aversão por parte de núcleos direitistas do complexo movimento peronista. Mas ninguém pode questionar a sua lealdade a Perón: com o seu regresso, ele abriu-lhe as portas com a renúncia à Presidência.

Depois da morte de Péron e depois do golpe militar de 1976, Cámpora ficou sendo a figura mais importante para aqueles que desejavam a reunificação do movimento em torno das bandeiras nacionais e populares. Por isso, foi perseguido pela ditadura, que só o deixou partir para o exílio quando estava segura de que o velho líder padecia de uma doença incurável.



Cámpora: fiel a Perón

Peru: a Declaração de Arequipa

□ Um pacto de ação política imediata — "Declaração de Arequipa" — foi assinado pelos Partidos e organizações que integram a "Esquerda Unida", para lutar pela defesa do petróleo, pela contenção dos preços, pelo respeito à autonomia nacional e pela investigação e sanção do terrorismo de direita. A Declaração foi subscrita por Alfonso Barrantes Lingan, presidente da União de Esquerda, Gustavo Espinoza, representante do Partido Comunista, Manuel Dammert, do Partido Comunista Revolucionário e quatro prefeitos progressistas de importantes cidades do sul: Arequipa, Puno, Ilo e Moquegua.

A iniciativa da esquerda foi motivada pelo progressivo endurecimento do governo de Fernando Belaúnde Terry, que subiu ao poder em julho do ano passado, como também devido à política oficial de reversão das reformas iniciadas pelo governo Velasco Alvarado e uma onda de terrorismo liderada por *Sendero Luminoso*, uma organização de extrema esquerda de linha maoísta que "deseja criar condições para uma guerra popular", de acordo com as afirmações de um de seus porta-vozes clandestinos.

Todos os partidos de esquerda são contra o terrorismo iniciado por *Sendero Luminoso*, pois o consideram inoportuno e provocador. Eles denunciam que muitos dos atentados a dinamite dirigidos geralmente contra instalações de energia elétrica são cometidos por agentes policiais ou elementos ligados à extrema direita com o propósito de obrigar o governo a reprimir as organizações de esquerda.



Belaúnde: sofrendo intensa campanha das oposições

Um outro aspecto da "Declaração de Arequipa" refere-se à proposição de um plebiscito nacional sobre a nova Lei do Petróleo, considerada pelos partidos de esquerda como entreguista.

MOÇAMBIQUE

Frelimo lança Plano para 81

□ O Comitê Central da Frelimo, numa de suas últimas reuniões do ano passado, constatou que o plano de 1980 não foi plenamente executado, devido, em grande parte, à estrutura do Partido e do Estado. Pôr em prática um Plano Estatal Central para 1981 será prioridade em todo o país. O Plano para 81 concentra-se na produção para exportação e no auto-abastecimento de produtos básicos.

PANORAMA TRICONTINENTAL

Arábia Saudita:

"arabização" do petróleo

□ A Arábia Saudita anunciou que a Companhia Petrolífera Árabe-Americana (Aramco), fundada há 36 anos, será substituída por uma nova companhia nacional. A decisão foi produto de cerca de oito anos de negociações entre o governo saudita e as quatro companhias dos Estados Unidos que formam o consórcio Aramco. No entanto, segundo o presidente da companhia nacional Petromin, Abdel Hado Taher, a medida não implicará o fim das operações da Aramco na Arábia Saudita.

Taher disse que o governo de seu país era dono absoluto da Aramco e que as firmas dos Estados Unidos foram compensadas adequadamente. Desde 1974, os lucros do consórcio foram distribuídos entre o governo saudita (60%), a Exxon, a Socal e a Te-

xaco (12% cada uma) e a Mobil Oil (4%). As quatro empresas continuarão com as operações de produção de petróleo para o governo da Arábia Saudita e serão pagas mediante o estabelecimento de um preço fixo por barril produzido. Elas investirão o seu próprio capital e serão compensadas, caso seja encontrado petróleo.

A Aramco será convertida de empresa concessionária em empresa de operações de serviços no setor petrolífero, atendendo também outros setores: exploração de gás, eletrificação das províncias do leste e execução de alguns projetos industriais. As empresas norte-americanas continuarão como agentes do governo na venda da maior parte das exportações do petróleo cru da Arábia Saudita. A Petromin, se-

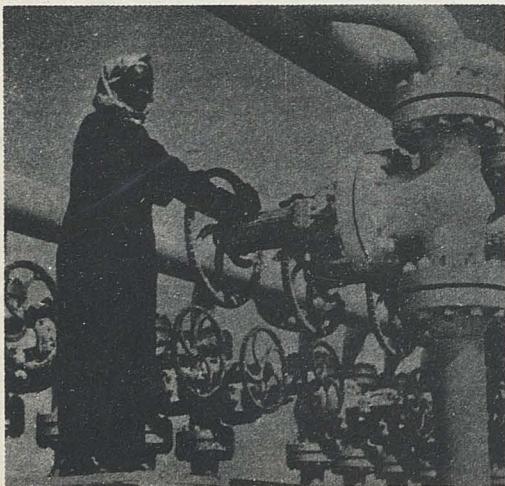
gundo Taher, venderá 1,7 milhões de barris diários.

A nacionalização da Aramco é um passo significativo na "arabização" das indústrias petrolíferas dos países árabes, afirmou o ministro do petróleo dos Emirados Árabes Unidos. No entanto, é óbvio que as companhias petrolíferas norte-americanas ainda serão, por longo tempo, parte integrante da indústria da Arábia Saudita, e seus lucros — que foram drasticamente aumentados desde 1974 — continuarão sendo enormes. Os analistas afirmam que o preço da independência dos sauditas é a crescente presença militar dos Estados Unidos no reino.

Nesse sentido, o futuro secretário de Defesa norte-americano, Caspar Weinberger, declarou que os Estados Unidos continuarão dando prioridade a Israel em seus programas de assistência econômica e militar. Afirmando ainda que não medirá esforços para enfrentar o "bloco soviético", reforçando sua presença militar no Egito, Israel e Arábia Saudita.

O plano para colocar tropas norte-americanas no Egito e Israel foi amplamente difundido desde a proclamação da "Doutrina Carter", que se baseava na presença de 300 a 500 mil soldados na área, com capacidade de intervir em qualquer conflito no Oriente Médio em 24 horas.

No entanto, a política da Arábia Saudita e de outros países do Golfo em relação à sua segurança e à participação norte-americana na região continua sendo bastante ambígua. Esses países conhecem as limitações dos seus potenciais de defesa, e também desejam manter o apoio militar norte-americano a uma razoável distância e utilizá-lo somente na medida do necessário.



"A nacionalização da Aramco é um passo significativo na "arabização" das indústrias petrolíferas dos países árabes"

Para justificar a sua presença militar no Golfo, os norte-americanos divulgaram as previsões feitas pela CIA no sentido de que a Urss necessitaria do petróleo do Oriente Médio em meados da próxima década, o que a levaria a tomar medidas de força para consegui-lo.

Um informe divulgado pela inteligência econômica britânica demonstra a falsidade dessas previsões. Segundo esse meticoloso relatório, a União Soviética continuará exportando cerca de 2,3 milhões de barris de petróleo por dia até pelo menos 1990.

Também não demonstram espírito belicista as últimas propostas do presidente Leonid Bezhnev. O plano por ele exposto propõe um compromisso entre os Estados Unidos, a União Soviética, Japão, Europa Ocidental e China, para não utilizarem a força ou fazerem ameaças nesse sentido contra os países da região como também não incorporá-los a alianças militares com países que possuam armamento nuclear, a fim de não colocar em perigo as rotas marítimas do Golfo. Ele propõe ainda respeitar o não-alinhamento dessas nações, assim como os seus direitos soberanos sobre os seus recursos naturais.

Aos olhos dos dirigentes árabes — dos mais conservadores ainda — esses detalhes não passam desapercebidos. E o dilema que enfrentam é como conciliar os seus verdadeiros interesses com os dos Estados Unidos que, além de apoiarem Israel, se negam a reconhecer os legítimos direitos do povo palestino, e põem o preço da sua presença militar maciça e permanente a qualquer tipo de apoio logístico que pudessem dar para uma eventual guerra no Golfo.

JAMAICA

Manley analisa a derrota

□ Michael Manley, ex-primeiro-ministro jamaicano, afirmou que "a derrota das forças progressistas de seu país é uma vitória dos que servem aos Estados Unidos, é uma vitória da direita, o que aumenta os riscos para países como Nicarágua e Granada". Ao analisar o resultado eleitoral de outubro do ano passado, Manley disse que o povo jamaicano decidiu-se em função do medo, no desejo de buscar o que imaginaram ser segurança, depois da violência comandada pela oposição nos meses que antecederam as eleições, quando cerca de 100 pessoas foram assassinadas.

Segundo o ex-primeiro-ministro jamaicano, já em 1975 podiam ser observadas evidências da intervenção da CIA nos assuntos internos da Jamaica. Ele não afirmou que a CIA tenha tido um papel fundamental na sua recente derrota eleitoral, mas disse: "Estamos muito conscientes de que houve uma participação das forças direitistas norte-americanas, que deram grande apoio à oposição". E frisou: "É óbvio que eles estavam muito descontentes com nossa participação no movimento dos Não-Alinhados; é óbvio que estavam muito descontentes com a nossa

defesa de uma nova ordem econômica internacional".

Manley assinalou ainda que a situação na Jamaica está mudando "de forma profunda, mas cremos que temporariamente. Não vemos isso como uma derrota. Estamos decididos a continuar a luta pelas coisas em que acreditamos de uma forma democrática e esperamos que as forças da História estejam do nosso lado".

Entretanto, com a intenção de reduzir a participação do Estado na economia jamaicana, o novo primeiro-ministro Edward Seaga criou um comitê especial para a venda de empresas estatais ao setor privado, que iniciará suas funções com a avaliação das ofertas já recebidas. O presidente do Comitê, R.N.N. Henríquez, é advogado e membro de uma família tradicional ligada aos altos negócios.

Segundo Seaga, muitas das empresas estatais tinham prejuízos, o que resultava numa pesada carga para os contribuintes. A participação do governo na economia da Jamaica é de aproximadamente 20%, sendo que nos serviços públicos essa participação alcança 90%. A transferência incluirá corporações comerciais assim como meios de comunicação.

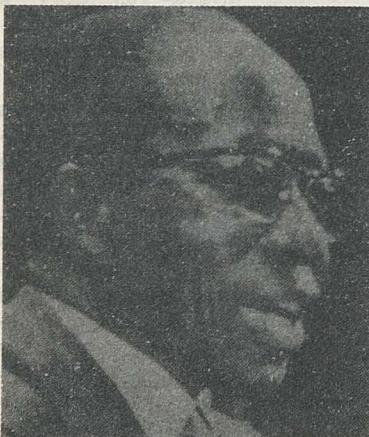
PANORAMA TRICONTINENTAL

Senghor e o socialismo secreto

□ Leopoldo Senghor retirou-se oficialmente do poder no dia primeiro de janeiro de 1981. Presidente do Senegal desde a independência do país (11 de novembro de 1960), passou o cargo para um homem de sua confiança, Abu Diouf, seu Primeiro-Ministro.

Senghor, aos 74 anos, renunciou às responsabilidades administrativas. Saiu do Palácio do Governo para ir morar numa vila sobre o mar que mandou construir num bairro residencial de Dakar. No entanto, a questão que se coloca é até que ponto ele deixará o poder real, que manteve sempre com mão de ferro, levando-se em conta as suas próprias declarações de que se trata apenas de um "semi-retiro". Conservando ainda a sua posição de chefe do Partido Socialista, supõe-se que Diouf o consultará em todos os assuntos importantes.

De qualquer forma, a continuidade do regime está assegurada. O que resultará da decisão de Senghor será uma renovação dos quadros dirigentes, pois muitos integrantes da velha guarda deverão seguir seu exemplo, dando espaço para os mais jovens. A forma como foi feita a sucessão governamental foi severamente criticada pela oposição: Senghor modificou a Constituição a fim de que o Primeiro-Ministro pudesse herdar



Senghor:
mantendo
o poder

automaticamente a Presidência no caso de sua renúncia. Ele impôs um novo presidente sem fazer uma consulta eleitoral, o que é uma contradição entre a democracia que defende e a autocracia que exerce.

Senghor anunciou que a partir de agora se dedicará à poesia e a organizar a social-democracia na África. O autor de "Cantos de Sombra", "Hóstias Negras", "Etiópicas" e "Noturnos", voltará a cultivar as atividades poéticas que lhe deram celebridade, mas deverá dedicar ainda mais imaginação literária a seu projeto paralelo: fundar a Internacional Socialista no continente. Os observadores políticos se questionam como poderia realizar esse plano, já que em vinte anos de governo, Senghor não implantou no seu país nem socialismo nem democracia. As empresas francesas controlam a economia do país e a influência da ex-metrópole continua sendo preponderante em todos os setores chaves do Senegal: defesa, educação e administração pública, isto é, um caso típico de capitalismo dependente.

Entre os grupos de oposição, Senghor selecionou três que não representavam ameaças para seu regime e lhes concedeu legalidade e um reduzido espaço parlamentar. Manteve, no entanto, fora da lei a real oposição e os partidários do socialismo. Entre os movimentos ilegais encontra-se o dirigido por Cheick Anta Diop, combatente destacado e defensor de uma política de descolonização.

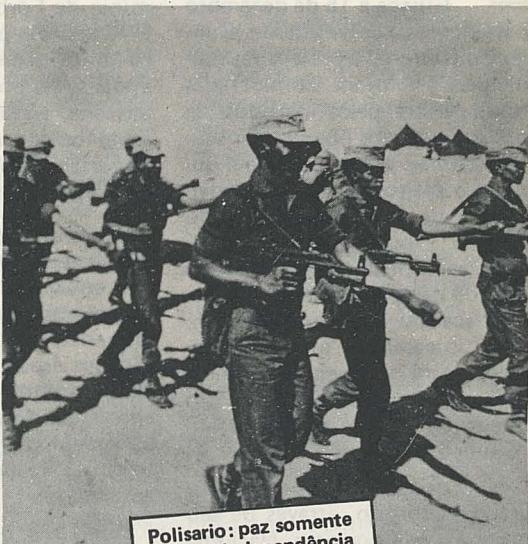
Os interlocutores de Senghor apoiaram a sucessão no Senegal, mas nenhum deles tem condição de autopropor-se partidário da social-democracia. Um deles é Hassan II do Marrocos: supor que uma monarquia autoritária possa se encaixar nos cânones democráticos é provavelmente a maior tirada poética de Senghor nos últimos tempos. O mesmo acontece com as adesões do general Jafaar El Numeiri, ditador do Sudão, e de Habib Bourguiba, que levou o regime da Tunísia para posições cada vez mais conservadoras e autoritárias. Ao contrário, não se incluem na imaginação poética senghoriana os governos que estão socializando os seus países, como Angola, Moçambique e Etiópia entre outros. E mais parece que os planos têm por objetivo uma oposição a eles.

A social-democracia africana de Senghor, aparece como um enigma indecifrável, diante dos estudiosos em ciência política e dos que cultuam a literatura, como um mistério apaixonante, cujas chaves simbólicas procuram interpretar.

Polisario quer a independência e a paz

Fadel Ismail, responsável pelo departamento de assuntos exteriores para a Europa da Frente Polisario, afirmou em entrevista à imprensa que "queremos negociar a paz, mas deve ficar claro que nosso objetivo é a independência e a integridade territorial do Saara Ocidental". "Sobre esses pontos — disse — não há negociação possível".

Ismail revelou que foi realizada no Mali uma reunião entre representantes de Hassan II e da Polisario. No entanto, com a morte, um mês depois, do presidente argelino Houari Boumediene, "Hassan alimentou falsas esperanças de que as coisas mudariam a seu favor e cortou as conversações". Na opinião de Ismail, o Marrocos quer negociar, porém primeiro deseja fortalecer-se militarmente para poder dialogar numa posição menos desvantajosa. É grande a quantidade de homens e material bélico do Marrocos concentrados ultimamente no triângulo Tan-Tan, Smara e Bucra, a zona chamada de "Saara útil", por suas riquezas minerais.



Polisario: paz somente com a independência e integridade territorial

Familiares de desaparecidos

Um encontro regional de parentes de desaparecidos da América Latina foi realizado em San José da Costa Rica de 20 a 23 de janeiro, promovido pela Comissão Ecuménica dos Direitos Humanos da Costa Rica e pela Fundalatin da Venezuela — organização inspirada em princípios de solidariedade cristã, criada em 1977 por iniciativa de um grupo de venezuelanos para a defesa dos direitos humanos no continente. O

presidente da Fundalatin, presbítero Juan Vives Suria, advertiu que a mais grave das torturas consiste em fazer desaparecer o adversário político, "institucionalizando o crime com um selo de impunidade". Participaram do seminário parentes de desaparecidos especialistas em direito, medicina e trabalho social, e representantes de organismos de solidariedade e defesa dos direitos humanos na América Latina, Europa, Estados Unidos e Canadá. Juan Vives Suria explicou que o objetivo do encontro era o de criar uma maior consciência sobre essa "terrível prática das ditaduras militares" e propor bases jurídicas diferentes em relação à situação atual, da qual se utilizam hoje "os governos que pretendem encobrir os desaparecimentos e sequestros".

PANORAMA TRICONTINENTAL

Eleições na Guiana

As eleições realizadas na Guiana a 15 de dezembro passado — para Presidente, Congresso Nacional e prefeituras municipais — foram consideradas fraudulentas pelos partidos de oposição e pelos observadores internacionais que lá estiveram durante o pleito. O principal movimento de oposição, o Partido Popular Progressista (PPP), dirigido por Cheddy Jagan, participou da campanha eleitoral e depois aceitou que seus parlamentares integrassem a Câmara somente para denunciar o regime e para impedir a imposição de um estado autoritário sob um partido único.

O governo considerou-se o grande vitorioso, através de seu partido, o Congresso Nacional do Povo (PNC). O PNC, segundo as estatísticas oficiais, recebeu 78% dos votos, o PPP 19% e a Força Unida 2,8%. Assim, o partido do governo conta com ampla maioria na Câmara, onde obteve 41 cadeiras, contra 10 do PPP e 2 da Força Unida.

As eleições consagraram o domínio de Forbes Burnham e seu PNC sobre o país: ele é o Primeiro-Ministro desde 1964. O PNC apóia-se na população de origem africana, enquanto o PPP representa outro componente étnico importante da Guiana: os de ascendência hindu.

Durante todos esses anos, Burnham nacionalizou a economia em quase 80%, estendendo, no entanto, seu controle sobre a imprensa, deixando para a oposição um espaço muito reduzido. Seus opositores denunciam que, apesar das formalidades legais e parlamentares que ainda existem, na realidade o regime é autoritário.

Em 1978, o Primeiro-Ministro convocou um plebiscito para modificar a Constituição, abandonando o sistema parlamentar ao estilo inglês para substituí-lo por um regime presidencial, onde o chefe do governo tem poderes quase que totais. O governo anunciou que o plebiscito aprovou as modificações por uma grande maioria, mas o resultado também foi denunciado como fraudulento.

Os observadores afirmam que no país reina o descontentamento, particularmente como consequência da crise econômica. Apesar de ser a base do PNC, existem setores de origem africana que passaram a se identificar com a oposição. Os analistas concluem, portanto, que se as recentes eleições tivessem se desenvolvido com garantias plenas e com igualdade de condições para todos os partidos, os resultados poderiam ter sido muito diferentes.

□ O Oceano Índico será em 1981 um cenário estratégico ainda mais tenso do que em 1980 em consequência da sua crescente militarização. Os motivos são claros: por ali passam 60% do petróleo que a Europa e os Estados Unidos compram dos produtores do Oriente Médio.

A potência mundial que deslocou mais efetivos até agora para essa zona foi os Estados Unidos: são 13 mil soldados espalhados pelas suas bases em Bahrain, Arábia Saudita, Djibuti, Egito e Israel. A França tem unidades navais, aéreas, pára-quedistas, infantaria e uma brigada da Legião Estrangeira em Djibuti.

Os países que integram o Movimento dos Não-Alinhados assinalaram que uma das condições necessárias para assegurar a paz mundial é a desmilitarização do Oceano Índico. Mas o mundo ocidental, incluindo seus aliados orientais, como o Japão, não parecem querer aceitar que o Oceano Índico possa se converter a curto prazo numa zona de paz.

A estratégia global norte-americana, depois da liquidação da Organização do Tratado da Ásia Central (Cento), dirige-se para o estabelecimento de uma série de acordos bilaterais com os governos mais amigos de Washington na região, para dispor de uma cadeia de bases aeronavais e depósitos de materiais de guerra e combustíveis para suas unidades.

Por outro lado, as forças de intervenção rápida dos Estados Unidos, que contam com uns 125 mil homens com cobertura de mísseis, aérea, naval, submarina e blindados aerotransportados, deverão coordenar suas ativi-



A militarização do Índico

dades com as tropas dos regimes pró-norte-americanos. Ao mesmo tempo, Washington sugere a seus aliados europeus e à Austrália que participem efetivamente da militarização do Oceano Índico e compartilhem os gastos e as responsabilidades.

Até o momento, a França é o país europeu que apóia com

maior ênfase as propostas norte-americanas. Na zona sob o seu controle, ela dispõe de um comando naval e dois comandos interarmas, um situado no norte, em Djibuti, e outro no extremo sul, na ilha de Reunião. Aí, a França tem estacionados mais de dois mil homens, equipados com armamento nuclear. Na ilha de Mayotte está acampada uma força especial da Legião Estran-

geira. O comando naval francês tem ainda bases de apoio na zona do Canal de Moçambique nas ilhas Gloriosas, Europea, Juan de Nuevo, Bajios de las Índias e Tromelin.

Quanto ao controle dos flancos do extremo sul do Oceano Índico, os Estados Unidos o confiam à África do Sul e à Austrália.

Seychelles: contra as bases militares

□ O Congresso anual da Frente Progressista Popular de Seychelles (FPPS), órgão supremo encarregado pelo planejamento político do país, adotou resoluções que reafirmam a determinação do Partido em continuar a luta pela desmilitarização total do Oceano Índico. Defendeu-se também o desmantelamento e a eliminação de todas as bases militares estrangeiras na região, incluindo a base norte-americana da ilha de Diego Garcia. O Congresso apoiou a restituição do arquipélago de Chagos à Ilha Maurício.



Albert René:
apoio total da
FPPS

Durante a reunião, foram criticados os recentes acontecimentos na área do Golfo e também certos países da região que concedem instalações e bases militares para potências estrangeiras.

O Congresso destacou seu apoio aos movimentos de libertação da África, particularmente a Organização do Povo da África do Sudoeste (Swapo), o Congresso Nacional Africano (ANC) e a Frente Polisario, como também a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

O Ministro da Educação e Informação, James Michel, afirmou que o objetivo da revolução em Seychelles é o de assegurar a liberdade completa de todos os cidadãos e o desenvolvimento pessoal dos habitantes para que possam contribuir plenamente para o bem-estar de sua sociedade. Portanto, disse, "esta revolução tem por objetivo fomentar a fraternidade, a justiça e a igualdade".

O Congresso reafirmou a sua confiança na direção de France Albert René, Presidente do País, que dirigiu pessoalmente os debates do encontro.

PANORAMA TRICONTINENTAL

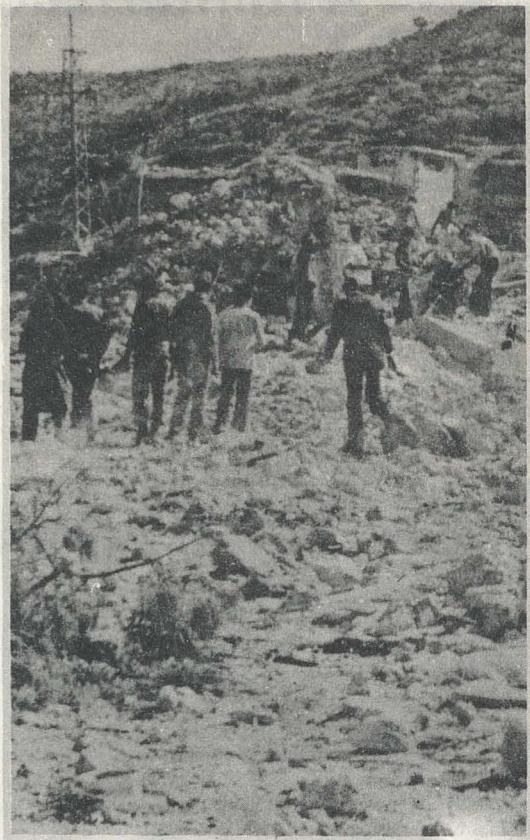
TELEX

Submarinos A autorização dada pelo Conselho Federal de Segurança da Alemanha Federal à Indústria *Howaldtswerke* para a entrega de dois submarinos de guerra do tipo 209 ao governo militar do Chile pode converter-se num escândalo de dimensões nacionais. O mesmo aconteceu na Áustria, quando surgiu a possibilidade de concretizar-se uma venda de tanques ao regime de Pinochet há dois meses. A venda dos submarinos ao Chile foi autorizada pelos ministros do atual governo alemão, uma coalizão social-democrata — liberal, e despertou imediatamente protestos por parte de diversas organizações de ambos os partidos.

Crime No dia de Natal, tropas israelenses mataram cinco guerrilheiros palestinos no sul do Líbano e logo depois queimaram e dinamitaram os corpos. As informações foram fornecidas por soldados do batalhão holandês das forças das Nações Unidas para a preservação da paz no Líbano (Unifil), que presenciaram o assassinato.

Cooperação Representantes moçambicanos ligados às finanças e à cultura, depois de uma viagem ao Brasil, anunciaram em Maputo amplas perspectivas de cooperação bilateral. O ministro governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, revelou que foi assinada uma ata sobre cooperação econômica bilateral com o ministro Saraiva Guerreiro. Em 1980, segundo ele, as trocas comerciais entre o Brasil e Moçambique ultrapassaram os 6 bilhões de meticais. Disse ainda que a cooperação se desenvolverá essencialmente nos setores da agricultura, energia, exploração mineira e transportes.

Denúncia O jornal *Midagge*, do Partido Comunista Sueco, denunciou que o Departamento de Topografia do país deverá prover o exército norte-americano de materiais que poderão ajudar os Estados Unidos na programação de mísseis através da Suécia. Entre eles, estariam mapas de grande importância, valiosos e extremamente detalhados.



Israel continua levando a destruição ao sul do Líbano

Tortura Uma resolução, baseada nas linhas gerais do papa João Paulo II na defesa dos direitos humanos e que excomunga automaticamente os responsáveis por torturas, foi anunciada pelos bispos chilenos Carlos Camus, Alejandro Jiménez, Sergio Contreras e Juan Luis de Arce, de Talca, Linares, Temuco e Ancud respectivamente, cidades situadas entre 250 e 750 quilômetros ao sul de Santiago. Os bispos afirmaram que a medida foi tomada por se ter conhecimento de que "continua entre nós o delito da tortura". A excomunhão dos responsáveis, segundo os religiosos, é para "que se obtenha a correção daqueles que perturbam a ordem ditada por Deus". A medida excomungatória não só atinge quem a pratica, mas também quem a incita, ordena, ou aquele que nada faz para impedi-la.

Direito do Mar A sessão plenária da Assembleia Geral da ONU sobre a Terceira Conferência do Direito do Mar obteve um consenso geral sobre a matéria, depois da questão ter sido bastante conflitiva. Grande parte desse consenso, segundo afirmaram vários delegados, deve-se ao hábil trabalho desenvolvido pelo presidente da Conferência, Hamilton Shirley Amerasinghe, do Sri Lanka, até o dia da sua morte, no início de dezembro do ano passado.

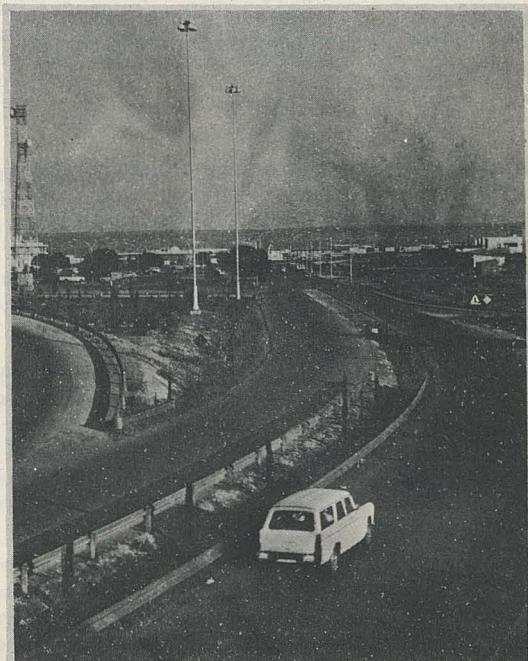
Base Militar O jornal norte-americano *Boston Globe* afirmou recentemente que Washington e o Cairo estariam mantendo intensas consultas sobre as condições para o uso da base militar de Ras Banas, nas costas do mar Vermelho. O jornal revelou ainda que se discutem problemas de recondicionamento e reparações da base para permitir o alojamento de 16 mil soldados. O Pentágono requisitou 400 milhões de dólares para cobrir os gastos de construção desse projeto militar, cujo custo total está estimado em 2,6 bilhões de dólares. Segundo o *Boston Globe*, os norte-americanos gozariam de um regime de exceção e não estariam subordinados às leis egípcias. Esse projeto é o maior e o mais caro empreendimento fora dos Estados Unidos desde a guerra do Vietnã.

Repressão Estão presos em Assunção, sem acusação formal, cerca de 40 argentinos, dois uruguaios e dois chilenos, denunciou o advogado Francisco Vargas, membro da Associação de Advogados Latino-Americanos para a Defesa dos Direitos Humanos (Aala). Vargas disse que a repressão política no Paraguai aumentou depois da morte de Anastacio Somoza e prendem-se pessoas sem acusação prévia, com base no artigo 79 da Constituição paraguaia, que confere esse poder ao presidente da República, Alfredo Stroessner.

Data Foi comemorado em Trípoli no mês passado o décimo aniversário da nacionalização dos bancos e companhias de seguros do país.

Convite O Alcaide de Zaragoza recusou o convite para celebrar a festa do Natal com os militares norte-americanos da base aérea dos Estados Unidos próxima à cidade. O Alcaide, respondendo ao convite por carta, afirmou: "ainda que deseje o melhor para todo o mundo, não tenho nada para celebrar com os hóspedes indesejáveis que me convidaram". Nos últimos dez anos, acidentes com 13 aviões da base norte-americana causaram várias vítimas fatais. O Alcaide disse ainda que nessa região "sobram aviões e material nuclear, mas faltam escolas, moradias e médicos."

Chazli Durante uma reunião de representantes das frentes de libertação e forças nacionais realizada em Aden (Iêmen do Sul), o general Saad Eddin Al-Chazli, líder da Frente Nacional Egípcia, afirmou que a sua organização recorrerá à violência revolucionária para derrotar o regime de Sadat. Ele reafirmou a defesa à causa árabe, tendo como principais pontos o problema palestino e a luta contra o regime egípcio.



Trípoli: vivendo a fase das nacionalizações

PANORAMA TRICONTINENTAL

TELEX

Prefeitos Os prefeitos das cidades de Hebron e Halhula, expulsos pelas autoridades israelenses que ocuparam a margem ocidental do rio Jordão, fizeram uma greve de fome na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Os prefeitos palestinos, Mohadem Milhem e Fahad Kavasmi, informaram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a dramática situação que vivem os territórios palestinos ocupados, onde habitam 1.250 mil pessoas, depois da fuga de 3 milhões de moradores. O Conselho de Segurança aprovou por unanimidade uma resolução que exige que Israel acate as convenções de Genebra e possibilite o retorno dos prefeitos palestinos para exercerem os seus cargos. Até os Estados Unidos votaram a favor da resolução.

Contaminação O Secretário de Informação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente revelou que o Golfo Arábico é hoje considerado como a zona mais contaminada do mundo, com uma taxa 47 vezes maior do que qualquer outra área do planeta. Ele explicou ainda que esta situação se deve à falta de uma discussão séria no Golfo e a um planejamento feito com antecedência.

Mudanças Segundo o novo projeto constitucional divulgado recentemente pelo "Comitê Nacional de Salvação da Nação", que governa a Mauritânia desde o golpe de Estado de 1978, o país adotará um sistema multipartidário, transformando-se numa "República Islâmica Parlamentar". O projeto define a adesão da Mauritânia ao islamismo e aos princípios democráticos, assim como a eleição pelo voto de um Presidente da República e de uma Assembléia Nacional, e um Primeiro-Ministro e um Conselho Constitucional. O projeto assegura ainda todas as formas de liberdade de expressão, de associação e de adesão às organizações sindicais.

Perigo Resultados de uma investigação científica indicam que fósforo, arsênico, pesticidas de mercúrio e, sobretudo, dioxina estão poluindo os grandes lagos da América do Norte, devido a explosões de bombas químicas, criando

um sério perigo à vida humana. Uma breve passagem pela região das cataratas de Niágara pode expor os 15 milhões de turistas anuais a perigosos produtos químicos. Além disso, afirma-se que, se a contaminação continuar sem ser controlada, parte dos lagos tenderia a desaparecer como fonte de água potável ou de pesca.

Leite A Nestlé — multinacional de produtos manufaturados de leite, alimentos e queijos — iniciou formalmente suas atividades no Sri Lanka com o apoio oficial do governo. A Nestlé é uma das companhias transnacionais que se implantou no país desde que o presidente Junius Jayewardene assumiu o poder em julho de 1977, introduzindo uma política econômica liberal, segundo as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Absolvidos O general Contreras — ex-chefe da Dina, a polícia política chilena — e dois de seus colaboradores acusados pelas autoridades judiciais norte-americanas de terem organizado e perpetrado o assassinato de Orlando Letelier e sua secretária Ronnie Moffit, acabam de ser absolvidos e postos em liberdade pelo Tribunal Militar de Santiago do Chile. O caso, que tinha merecido o pedido de extradição dos envolvidos, com a consequente tensão nas relações chileno-norte-americanas, fica agora definitivamente arquivado em face da subida ao poder do novo presidente dos Estados Unidos.

Evasão Foi confirmada a evasão de divisas em ouro depois de investigações policiais sobre comerciantes que atentaram contra a economia nacional. Tomaz Sujo Selva, operador de divisas em Manágua, confessou que fez transações por 50 mil dólares na compra de ouro que saía ilegalmente do país. Ele viajava constantemente ao Panamá, onde fechava operações de compra e venda com os irmãos Germán e Augusto Munkel. Mais de 11 quilos de ouro foram negociados ilegalmente. Sujo é um dos vários "comerciantes de dólares" detidos. A maior parte deles pertence à iniciativa privada de alto capital, que, com seus negócios, encobriam atividades ilegais.

Aníbal Sampayo: cantor e militante

Depois de oito anos de prisão nos cárceres uruguaios, o compositor popular Aníbal Sampayo reafirma seu compromisso

Alicia Hernández

Pobre do cantor de nossos dias que não arrisca suas cordas para não arriscar a sua vida", dizem os versos de uma canção hoje popularizada por muitos cantores latino-americanos.

Aníbal Sampayo arriscou suas cordas e sua vida. Retratando no folclore uruguai o vida sofrida e golpeada do homem do povo, tomando por base os ritmos tradicionais como a *milonga* ou a *huella*, criou uma temática nova que refletia as inquietudes e necessidades do povo.

Um dos precursores do Festival de Cosquín, na cidade de Córdoba (Argentina), seu início como cantor data de 1948. A influência da música paraguaia, produto de sua estadia na terra guarani, fez com que incorporasse a harpa como instrumento. Nascem assim *El Pescador*, *Canción de verano y remo*, que posteriormente seriam difundidas por Jorge Cafrune, Los Fronteri-

zos e Los Trovadores del Norte, todos eles excelentes expoentes do canto popular argentino. No começo da década de cinquenta, atua no Brasil, na Rádio Farroupilha, junto com Chico Alves e Linda Batista.

"Minhas canções têm uma particularidade", diz Sampayo. Todas elas têm algo de denúncia, de testemunho. A paisagem, a fauna, a flora circundam o homem, emolduram-no como o fundamental."

Bem antes de que se falasse formalmente de "música de protesto", o uruguai Aníbal Sampayo já a criava. Em 1962-63 surgem *Garzas viajeras*, *Coplitas del pescador*, *Patrón*, *Señor presidente*.

Em muito pouco tempo surgiu no Uruguai uma vasta gama de cantores populares: "O povo estava necessitando dessa música. Sentia a necessidade de gritar a injustiça, clamar por um mun-

do melhor, por uma sociedade melhor. O alimento desses cantores foi o povo, transmitindo suas ansiedades através do canto. Vestir esses anseios de música e levá-los de novo ao povo. Esse povo se sente identificado com essas canções, reconhece-as novamente e as faz suas", explica Sampayo.

Um canto comprometido

Em 1967, é convidado especialmente para o Festival da Canção de Protesto em Cuba. "Esse encontro — afirma — significou para mim uma experiência muito importante. A possibilidade de conhecer artistas de todas as partes do mundo, fortaleceu em mim uma concepção mais universal do canto e da necessidade de uma aproximação entre nós, que estamos no mesmo caminho, pela defesa da cultura que é também a causa justa da liberdade de expressão e pensamento dos povos".



Aníbal Sampayo

Oito anos e dois meses foi a condenação de Sampayo. Militante do Movimento de Libertação-Tupamaros, como milhares de seus compatriotas, conheceu a tortura e a dureza das condições de vida nas prisões da ditadura. "Essa experiência — afirma — foi grande e dolorosa, mas frutificou em mim, com força, ao ver muitos companheiros que nos momentos mais difíceis e sangrentos sempre tinham uma palavra de ânimo para os demais". E acrescenta: "esses companheiros excepcionais são os que trataram de fazer com que a prisão se tornasse menos sofrida; aqueles que nos faziam compreender que o mundo não terminava aí, que temos e contamos com o apoio da opinião pública internacional".

Referindo-se a algumas das poucas alegrias que recebeu dentro da prisão, disse: "Estando na prisão, nos inteiramos da vitória do povo nicaraguense. Eu sem-

pre pensei que a Nicarágua venceria, pois o triunfo dos povos é impossível de deter. E lá, deu-se a verdadeira expressão popular. Todas as camadas, todos os setores, todas as ideologias se uniram para derrubar a ditadura".

"Eu tinha comigo um violão. Mas não podia nem compor nem passar nada para fora. Tudo que escrevia era requisitado e desatrúido. O que se podia fazer era muito limitado. Mesmo assim, tenho algumas canções que são produto dessa situação. Muitas foram feitas, apesar de tudo, dentro da colônia penal e em circunstâncias muito difíceis. Tratava de memorizar as letras que iam surgindo, em momentos em que a situação era, desde a manhã até a noite, um verdadeiro pesadelo."

Novas vozes, velhos ritmos

Novas gerações de cantores populares continuam hoje man-

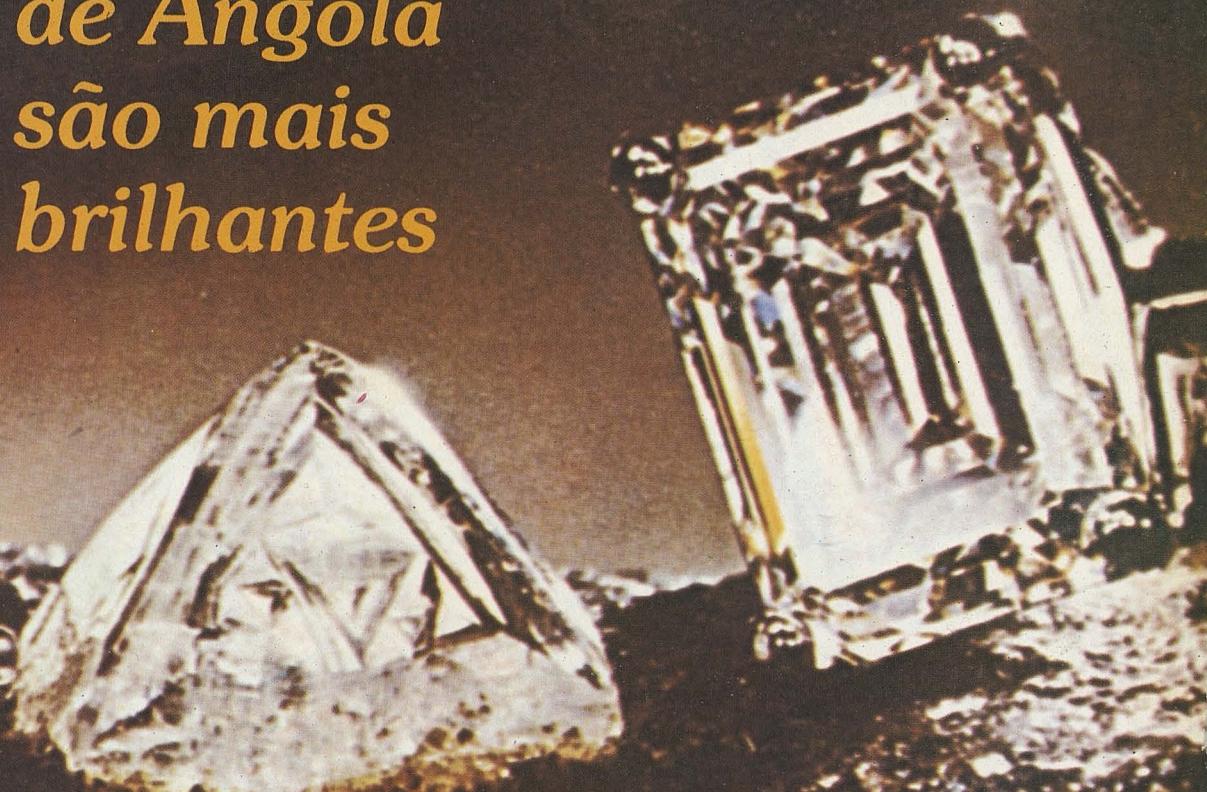
tendo vivas no ouvido do povo as canções de Aníbal Sampayo. Apesar da proscrição expressa e a censura de suas letras, Mercedes Sosa, por exemplo, continuou incluindo-o em seu repertório.

O impasse de oito anos de prisão fez Sampayo refletir profundamente, em particular, sobre o caminho a percorrer pelos novos poetas e pelas novas vozes que nascem, escapando da repressão.

"A arte e o compromisso — afirma — estão estreitamente ligados. A um maior compromisso social corresponde uma melhor criação artística. O povo é possuidor de uma verdade e de uma experiência insubstituíveis. Portanto, quanto maior é o compromisso e a integração do artista com o povo, é inevitável e imprescindível que o criador faça suas as necessidades e os direitos de sua gente. Por isso, o artista necessita ser livre, entendendo a liberdade como o conhecimento das necessidades humanas. Eu lhes diria, a todos os jovens que cantam, que a única maneira de servir é militando politicamente, experiência através da qual o homem vai se formando junto aos demais companheiros."

Proibido de cantar "inclusive em rodas de amigos", Sampayo viu-se obrigado a abandonar o Uruguai depois de ser libertado. "Mas eu penso — disse — continuar fazendo o que sempre fiz: compor, cantar, fazer atos culturais. Gostaria imensamente de reencontrar-me com Viglietti, Zitarrosa, dar-lhes um grande abraço e pedir-lhes, a todos esses cantores, como Mercedes Sosa, que lutem por todos os que sofrem, pelos que estão encarcerados e não têm liberdade. Quero ajudar a todos aqueles que, no mundo inteiro, estão se mexendo para derrubar a ditadura uruguaia". □

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
económica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

**CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar**

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacuaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

